

# MANI FESTO

N.<sup>os</sup> 1 a 5

COIMBRA

1936-1938

PC

13

41

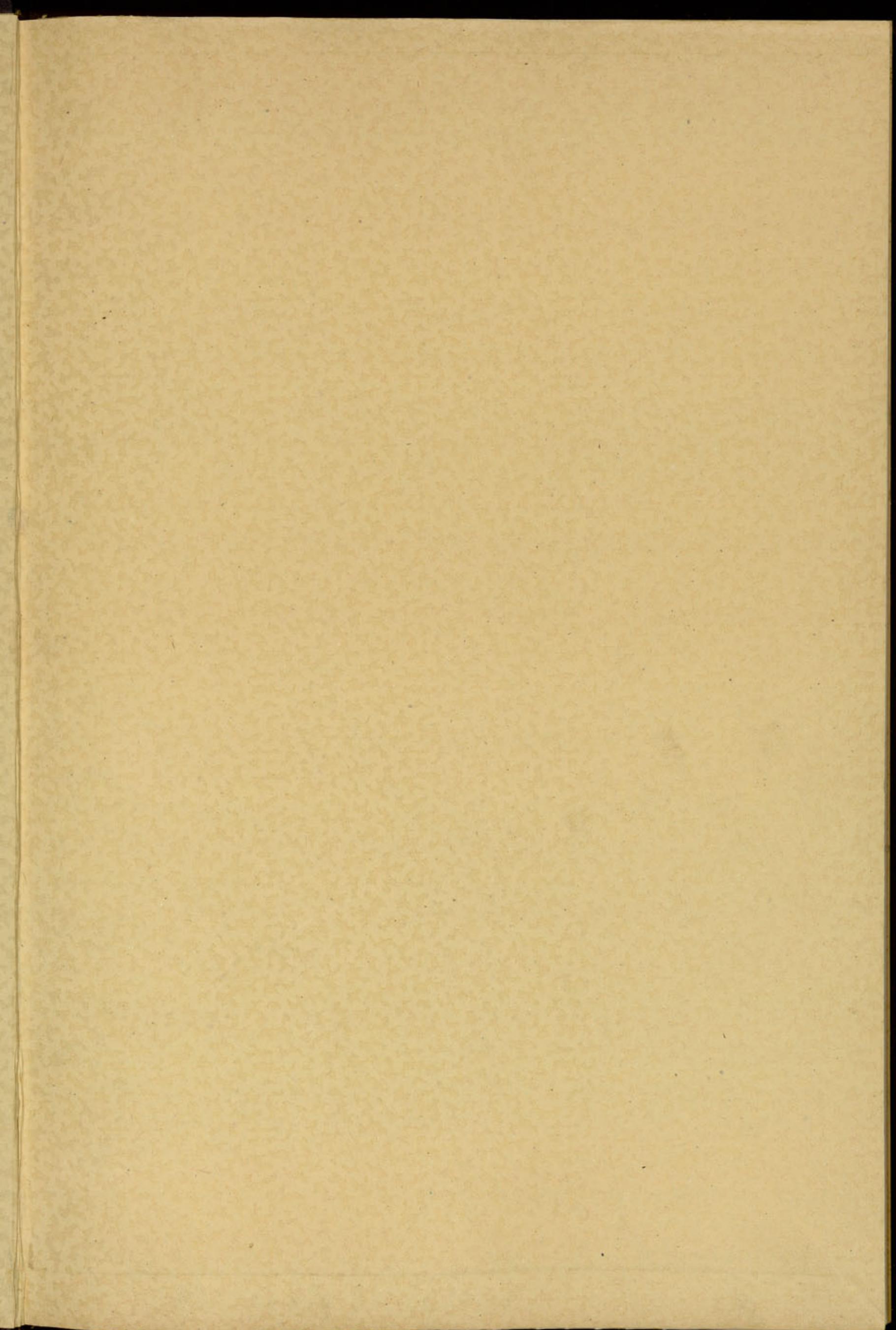


LIVRARIA  
MANUEL FERREIRA  
ALFARRABISTA  
PORTO - PORTUGAL

Rc

13

41



878

AC

13

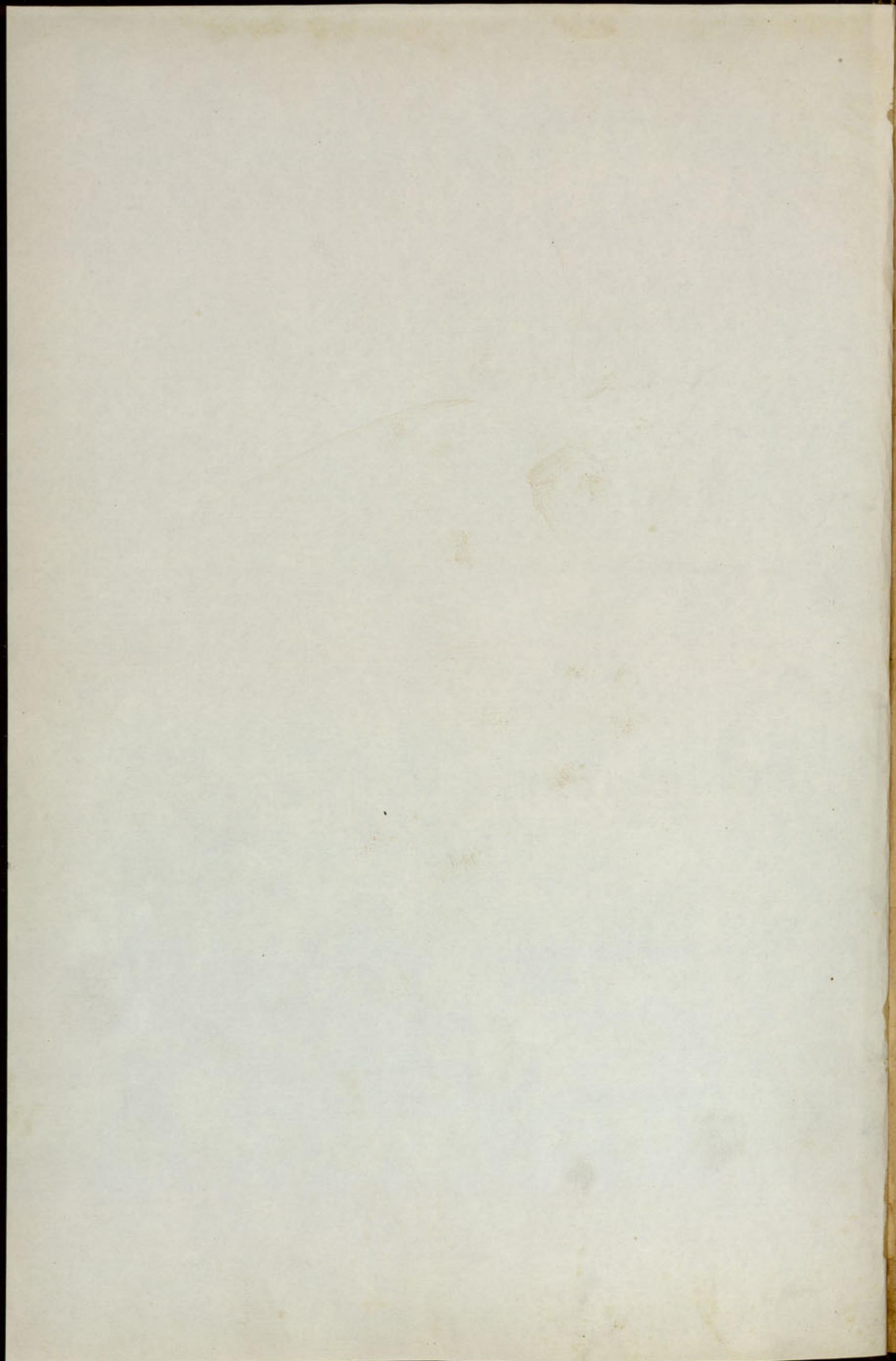
41

NMLRR



REVISTA MENSAL

1



# MANI FESTO

REVISTA MENSAL

SUMÁRIO: *Via Pública*; Paulo Quintela — *A lição histórica do «Fausto»*; António Madeira — *Poemas*; Albano Nogueira — *André Gide e o imperativo da consciência*; Miguel Torga — *O Lázaro*; F. Lopes Graça — *A Música e o Homem*; Panorama: A. N. — *Um inquérito de «O Diabo»*, — *Posição*, — *«Unidade da juventude»*.

1

---

coimbra

janeiro de 1936

Os directores desta publicação humildemente confessam que não inventaram a palavra *Manifesto*. Ela foi por eles encontrada no segundo volume, páginas cento e seis, do dicionário dum tal senhor Cândido de Figueiredo. Sabemos que aquele falecido senhor a tinha arquivado ali para que ela servisse de expressão a todos os habitantes da Terra, mormente aos Portugueses, porque o dicionário é, como sabem, da Língua Portuguesa. Consta-nos que já várias pessoas se utilizaram dela com mais ou menos êxito e a devolveram intacta ao lugar que lhe cabe na estante. Agora é a nossa vez. Quando acabarmos de tirar-lhe todo o sentido que para nós tem, entregá-la-emos na primitiva decência do seu desenho. E, então, senhores, sirvam-se...

Do *Diário de Lisboa*, de 7 de janeiro:

Na rua Serpa Pinto, 28, o poeta António Pedro, a contar de ontem, tem patente ao público 20 *poemas dimensionais* e alguns desenhos.

E' sua intenção separar a poesia da literatura, a fim de lhe salvar a essência puríssima — qualquer cousa de parecido com a música em relação ao ouvido.

Em vez de andar sujeita ao léxico e à lógica do discurso, o desenho pode encarregar-se de transferir do intelectual para o sensível a vibração íntima que Rimbaud apreendeu num harpejo subtil. A poesia entrará pelos olhos, como a pintura, a escultura e a poesia. O verso passa à categoria de fóssil.

Os leitores que desejem «actualizar-se» devem ir observar os *poemas dimensionais* e, depois de bem certificados do que viram, hão-de pegar num lápis, a-fim de desenharem no papel as reacções da sua sensibilidade. Se o não fizerem, é que ainda não estão aptos para renascer das próprias cinzas.

Claro que não fomos à rua de Serpa Pinto, 28; mas, embora longe, pegámos num lápis para desenharmos as reacções da nossa sensibilidade. Quando reagimos tudo, naturalmente, parámos. O lápis desenhara um *t*, um *o*, um *l*, um *i*, um *c* e um *e*.

Recordando os grandes mortos de 1935, *Manifesto* sente o dever de destacar, neste seu primeiro número, os nomes de René Crevel, Henri Barbusse e Fernando Pessoa.

*René Crevel*, cuja morte não encontrou eco nos jornais portugueses, queimou a sua admirável mocidade num suicídio cheio de beleza no seu heroísmo e na sua tragédia. São de Marcel Jouhandeau estas palavras a seu respeito: *Foi a tua exigência imperiosa, absoluta, irredutível que passou por ti em rajada como um ciclone e te esconde de nós, e nos priva de ti para sempre. Tu não nos julgaste dignos das tuas esperanças e tu abjuraste de nós, tu desvias-te, desgostoso. E ainda:... doente e pobre enfim, tu abriste a tua casa e albergaste toda a gente com aquela tua graça despreocupada, um pouco gauche e um pouco altiva, recusando-te até ao último dia o necessário, para ajudar por vezes pessoas menos infelizes que tu.*

Prestando homenagem à sua memória, *Manifesto* transcreve d'ele a frase seguinte que ultra-

passa em muito o seu exemplo desesperado: — *Il se frustre en effet de ses meilleures chances, l'individu qui, sous prétexte de se mieux connaître, s'enferme en lui-même, oublie les autres, donc nie l'action réciproque des autres sur lui et de lui sur les autres, donc se refuse à tout rapport vivant.*

*Henri Barbusse*, — conhecido e admirado como um dos maiores da França contemporânea, é um daqueles a quem os adjectivos, pela sua insuficiência, só servem para diminuir. Ouçamo-lo apenas: — *Se li e reli dia e noite os Livros Santos e estudei tantos trabalhos que se tem escrito sobre o Dogma... é para poder dirigir-me aos inquietos e aos mortificados do tempo presente — hoje que fatalidades económicas, sociais, políticas, intelectuais e morais, incitam o homem a ser, segundo o sagrado exemplo que nunca lhe foi dado mais do que entrever, um demolidor de ídolos.*

*E' para mostrar, a todos os que esperam, o paralelismo grandioso que se desenha rigorosamente entre a decadência do mundo contemporâneo (no seu apogeu de progresso material), e a do mundo antigo; entre o cristianismo nascente e as novas alavancas que se põem a erguer o universo. (Jésus, pág. 247-8).*

*Fernando Pessoa*, era porventura o maior poeta português d'este século. Engrandecido pelo seu isolamento, obscurecido pela sua obra só parcialmente publicada, — é cêdo ainda para julgá-lo. Quiseram abafar-lhe o gesto numa camisa incómoda; dela se desprende depressa pela ironia e por algumas atitudes que causaram escândalo. Colocando sobre a sua lembrança imperecível o epitáfio que lhe oferece o seu Ricardo Reis:

Coroae-me de rosas  
Coroae-me em verdade  
De rosas —  
Rosas que se apagam  
Em frente a apagar-se  
Tam cedo!  
Coroae-me de rosas  
E de folhas breves.  
E basta.

— *Manifesto* deixa arquivado nas suas colunas o último poema da *Mensagem*. E' a *Mensagem* o seu único livro, premiado pelo *Secretariado da Propaganda Nacional*, num concurso em que o primeiro prémio foi atribuído à *Romaria* do sr. Padre Vasco Reis. Segue o poema:

#### NEVOEIRO

Nem rei nem lei, nem paz nem guerra,  
Define com perfil e ser  
Este fulgor baço da terra  
Que é Portugal a entristecer —  
Brilho sem luz e sem arder,  
Como o que o fogo-fátuo encerra.  
Ninguém sabe que coisa quer.  
Ninguém conhece que alma tem,  
Nem o que é mal nem o que é bem.  
(Que ânsia distante perto chora?)  
Tudo é incerto e derradeiro.  
Tudo é disperso, nada é inteiro.  
O' Portugal, hoje és nevoeiro...  
E' a Hora!

# A LIÇÃO HISTÓRICA DO «FAUSTO»

WAS DU ERERBT VON DEINEN VÄTERN HAST,  
ERWIRB ES, UM ES ZU BEZITZEN.

(O QUE HERDASTE DE TEUS PAIS,  
CONQUISTA-O PARA O POSSUÍRES.)

Goethe — *Faust*, 682/3

Nesta época de «modo de existir áspero, agrio, roto, lleno de inminencias», como diz Ortega y Gasset no seu ensaio «Sobre a Sinceridade Triunfante», tão longe da «suavidade», da «perfeição», da «quietude» dos tempos de vida clássica, mais agudamente que nunca se põe o problema do valor da História e do Historicismo.

Uma vez disse Goethe:

«*Uebrigens ist mir alles verhasst, was mich bloss belehrt, ohne meine Tätigkeit zu vermehren oder unmittelbar zu beleben*» — («De resto eu odeio tudo o que apenas me instrui sem aumentar ou imediatamente vivificar a minha actividade»). Assim, todo o saber será pessoalmente condicionado pela sua utilidade ou utilização imediata e só digno de aquisição e guarda quando venha cimentar ou provocar uma vivência individual. Eu suponho que isto vem esclarecer não só a atitude negativa de Goethe em face da História, que é sobejamente conhecida e que variadamente se exteriorizou, como por exemplo em conversa com o Chanceler von Müller, em que corajosamente afirmou que «a história do mundo não passa dum tecido de disparates para o alto pensador, e pouco há a aprender dela». Não só a atitude de Goethe se esclarece por aqui, digo, mas eu suponho mais que isto é, em antecipação, todo o desespero da velha Europa de hoje perante o passado. Com o dizer atrás citado abre Nietzsche o estudo sobre «A Utilidade e Desvantagem da História para a Vida». Se Goethe assim pensou, êle que foi, como alguém lhe chamou, o «protótipo do herdeiro espiritual», o «homem que se sustentou com as rendas de todo o passado», nós temos o dever de pôr a descoberto as raízes do seu pensar, com aquela dolorosa coragem do Filósofo do Zarathustra de falar e pensar-até-ao-fim, — não vamos nós cair em negro pecado de dissimulação e sacrificar cobardemente a um trágico cepticismo. Vivemos em época de impiedosa «sinceridade triunfante» — uma das raras qualidades positivas do nosso tempo. Sejamos, pois, sinceros, e, uma vez que o problema se nos põe, esclareçamo-nos, no exemplo de Goethe, a nossa situação perante a História.

O *Kultur Mensch*, o homem civilizado, porque o é, vive amarrado à maldição da História. Só o primitivo e o animal de que se avizinha conser-

vam a paradisíaca virgindade histórica e a feliz incapacidade de se não lembrarem. Quanto mais adiantada a Cultura — ou a Civilização, se a esta dermos a extensão do conceito germânico daquela — tanto maior e mais pesada a experiência histórica, tanto mais sufocante a nossa ânsia de libertação das correntes que nos ligam irremediavelmente ao que foi e que em nós de certo modo continua a ser, tanto mais imperiosa esta necessidade de nos submergirmos no momento que passa — no belo momento por cujo gôzo pleno ardia a alma de Fausto.

— Mas... não há aí uma contradição?

— Há, sim — e é a isso que eu chamo a maldição da História, que numas épocas nos acabrunha mais do que noutras, mas de que nunca conseguimos libertar-nos — ou só sob pena de aniquilamento. A História nos humaniza — e nos escraviza. O homem-culto é em certos momentos — cuja motivação circunstanciada não tratamos agora de apurar — atormentado dum estado hiperestésico da consciência histórica. Dói-nos a consciência secular que em nós trazemos, ao pêso de toda a experiência que arrastamos como uma cadeia de forçado. E' então que sentimos ao vivo os sintomas daquela «febre histórica devoradora» de que fala Nietzsche. Nesse delírio febril é que o homem tenta quebrar as cadeias — e então pomos em perigo a nossa vida no que ela tem de mais preciso, na sua humaníssima essência — e vendemos, como Fausto, a alma ao Diabo. «*Civilización avanzada es una y misma cosa con problemas arduos. De aquí que cuanto mayor sea el progreso, mas en peligro está*» — diz Ortega y Gasset em «La Rebelión de las Masas».

Ora me parece que uma das causas da grave crise febril que a velha Europa atravessa está exactamente aí. Sinal de senilidade da nossa cultura?..... Verdade é que a América, país novo, «que, na sua maior parte, renunciou ao histórico, quer dizer, à continuidade espiritual, e desejaria gozar apenas da Arte e da Poesia como simples formas de luxo», como o grande Burckhardt disse já à volta de 1870, — a América que nos dava ainda há pouco tempo uma impressão de juvenil pujança invejável na sua dourada *prosperity* e na sua confiante marcha despreocupada, juvenil mesmo quando macaqueava a Europa, de quem

herdou os velhos trastes históricos sem lhe absorver a substância cultural, se vê agora a braços com os mesmos problemas com que nós nos debatemos. Mas aqui, na Europa, adquire o problema, no seu reflexo individual, uma agudeza e uma gravidade, que lá não tem, em proporção com o cabedal de cultura em jôgo. Nós estamos, de facto, à beira do desespero histórico: — basta contemplar o panorama político europeu que nos rodeia. História — Mestra da Vida? A Europa parece não o crer nem o querer já. «Se o europeu fizer com alguma perspicácia o balanço da sua situação, advertirá que não desespera do presente nem do futuro, mas precisamente do pretérito» — dizia em 1932 o sagaz crítico que, êle mesmo desesperado do que a ciência literária lhe serviu durante um século de estudos goethianos, pede a altas vozes um «*Goethe desde dentro*». Mas ao crítico perspicaz escapou exactamente, como a tantos outros, a suprema lição histórica que Goethe nos legou no Fausto e que nos desvenda, a meu ver, o segrêdo estranho da atitude do Sábio de Weimar perante o mundo histórico.

\* \* \*

Eu vejo exactamente no «Fausto», como eu o vivo neste momento — (reservo para mais tarde estudo mais circunstanciado dêste modo de ver) — a tragédia perene do *homo historicus*, juntamente ou além do drama da incapacidade libertadora da Ciência e da eterna luta do homem que aspira, que o poema fundamentalmente é.

Não se queira ver nisto mais uma tentativa de submissão total do «Fausto» a uma simples idea abstracta, pois lá está o próprio Poeta advertindo na conversa com Eckermann de 6 de Maio de 1827, tantas vezes esquécida:

«*Em geral nunca foi o meu feitio aspirar a corporizar, como poeta, qualquer coisa abstracta. Recebi no meu íntimo impressões, e impressões de natureza sensual, cheias de vida, deliciosas, variegadas, múltiplas, como mas oferecia uma imaginação viva; e eu, como poeta, nada mais tive que fazer do que arredondar e dar forma artística a tais visões e impressões e apresentá-las tão vivamente que outros recebessem as mesmas impressões, ao lerem ou ouvirem o que eu representara. . . Eu sou antes da opinião: quanto mais incomensurável e inapreensível pela razão (*Verstand*) for uma produção poética, tanto melhor*».

Eu nada mais quero do que seguir o são preceito que se contém nas palavras do Poeta que Nietzsche aproveitou e que transcrevi acima. Só procuro lição que venha «aumentar e imediatamente vivificar a minha actividade».

Fausto é o Homem-Culto, o Europeu moderno, saturado de cultura e vergado ao peso ingente de muitos séculos de experiência histórica, que nos aparece rodeado de toda a aparelhagem da Ciência, mas de ciência vivida *históricamente*, ciência herdada, e testemunhada até à náusea pela presença do *Urväter-Hausrat*, dos trastes ancestrais que tornam bafienta e irrespirável a atmosfera do seu gabinete gótico, onde a própria luz do sol, símbolo de vida forte e livre, só penetra através de vitrais historiados. E' o homem que sente preci-

samente esta ânsia indomável de acção e que nos «tempos passados» vê só «um livro de sete selos».

«O espírito dos tempos não é, no fundo, senão o vosso próprio espírito. . . onde o passado se reflecte», como êle diz ao fâmulo Wagner — seu discípulo e sua criatura, seu indispensável pressuposto. E' o homem que aspira a elevar-se às «esferas da pura actividade» e que, «em sua obscura aspiração. . . consciente do bom caminho», se lança na Acção, em que vê o Princípio-de-todas-as-Coisas e o «Logos» do Evangelista. É o homem que, no alto desespero das suas aspirações malogradas, amaldiçoa a posse de todo o herdado, a glória, o amor que nunca gozou, a riqueza que não tem, a esperança que o abandona, a fé que o não salva, e, sobretudo, a paciência que o escraviza e o logra. Ennojado do saber e da cultura, quer regressar ao primitivo; e, uma vez «partido o fio do pensar», precipitar-se «nos abismos da sensualidade».

*Des Denkens Faden ist zerrissen,  
Mir ekelt lange vor allem Wissen.  
Lass in den Tiefen der Sinnlichkeit  
Uns glühende Leidenschaften stillen!*

(1748 e segs.)

Fausto submete-se então à grande prova do regresso ao primitivo, para ver se o gozo consegue satisfazê-lo:

*Kannst du mich mit Genuss betrügen —  
Das sei für mich der letzte Tag!*

(1696/7.)

Ainda possuído da melodia das palavras do «*Welt-und Tatengenius*», o «Espírito do Mundo e da Acção» — (é assim que Goethe, adiantando-se a todos os comentadores, define, nos *Paralipomena*, o *Erdgeist*, o Espírito da Terra) — que não consegue captar, aparece-lhe Mefistófeles com a sua promessa de vida:

*Damit du, losgebunden, frei,  
Erfahrest, was das Leben sei.*

(1542/3.)

Fausto então tenta despir-se de todo o histórico — lançar-se desabrido na caça ao «momento belo» a que possa dizer:

*Verweile doch, du bist so schön!*

«Detém-te, que és tão belo!»

Alheio até agora às alegrias da terra, que supunha indignas do alto vôo da sua «aspiração precipitada», quer agora deixar-se possuir delas — e por toda a parte as procura, e por todos os processos.

*Ihm hat das Schicksal einen Geist gegeben,  
Der ungebändigt immer vorwärts dringt,  
Und dessen übereiltes Streben  
Der Erde Freuden überspringt.  
Den schlepp' ich durch das wilde Leben,  
Durch flache Unbedeutenheit,*

*Und hätt' er sich auch nicht dem Teufel übergeben,  
Er müsste doch zugrunde gehn!*

(1856 e segs.)

(CONCLUI NA PÁGINA 12)

# p o e m a s

## *Outra lamentação de Jeremias*

A minha escada de Jacob subiu como fumo... Mas escorregou em volta do mundo e do outro lado do globo caiu pelo céu abaixo...

Agora passo os dias e as noites a medir a distância fechada da vida inteira.

Dói-me a alma desde o fim do horizonte até à medula dos ossos...

Gastei-me por dentro como um pôço que tem lama no fundo, sem lua...

## *R e l ó g i o*

No sino da torre esguia e branca ao luar, batem as horas lentamente, lentamente... e o som espalha-se pelas ruas e por cima dos telhados das casas adormecidas. Mas de repente imenso no espaço, êste som é a noite, a côr da noite tôda que sobe desde as pedras enterradas no chão, até às estrêlas...

E tôda a gente está já adormecida dentro das casas com as portas e as janelas fechadas, sem pressentir que são *horas* que passam pelas ruas e pelas vidas, e se desfazem no ar... São as horas de viver a perderem-se por todo o mundo, como fumo pelos céus, sem alguém as poder apanhar. Cada minuto é para todo o mundo: não chega para ninguém. Mas se todos erguessem as mãos em fôrça, ao mesmo tempo, ah! os céus estremeciam!... Porém, aqui, só eu é que sinto tudo a perder-se... Nunca poderei correr tão simultâneo como o tempo no mesmo instante em tudo, como era necessário e total. Fica aqui pelo chão a ânsia e a consciência imperfeita de Não-Ser. Lá vai o Tempo sempre antes de mim, que nunca chego porque cada *momento* já passou quando o sinto... e vejo-o aqui e universal escoar-se e renascer contínuo sempre mais longe de cada instante dêle próprio...

## *I d o l o s*

Ranger dos dentes! que a porta fechada faz sentir o estremecer da terra e lá em baixo, dentro, o revolver do fogo desconhecido, como a serpente calcada!

Mas quem são os inimigos?...  
— Contra que lutamos?!...

Quando um homem mata outro homem sem motivo nenhum, eu digo:

—... talvez porque nesse momento lhe foi preciso *definir, localizar*, criar os símbolos, como as imagens dum deus em pedra ou madeira pintada.

## *S o m b r a*

... Pesa... ah! só sinto que pesa dentro da cabeça... como uns nevoeiros em que é já também o meu corpo... Aperto as mãos uma na outra sôbre o peito, e os dentes cerrados...

Já não tenho necessidade de palavras. Já tudo está fora de mim...

Ai, dormir!...

E foi por tudo: — pois não foi por nada.  
E eu que não soube: — só eu é que sei...

Portanto, amanhã hei-de vestir uma camisa bem passada a ferro e meias azues... Tomarei um copo de sais de fruta e só direi que o dia está bom para passear, para gozar o belo sol...

## *L u a r*

Pela noite clara tinha os pés pesados, arrasados pela estrada branca... E em volta nas florestas onde o vento passava aos encontrões à folhagem negra das árvores, sentia cercarem-me ali agora, ao mesmo tempo, todas as sombras que na vida andam contra mim.

A lua no céu fazia-me companhia como antigamente... mas vinha-me vontade de caminhar depressa, de correr no vento para apagar a visão daquele homem afogado que de tarde deu à praia nu e verde...

Durante o dia, pelos caminhos há flores e há relvas verdes e macias onde a gente se deita ao calor do sol, mas de noite é como se um Deus tivesse morrido deixando o homem sòzinho.

*do livro inédito CORES DO MUNDO, poemas em prosa, de*

ANTÓNIO MADEIRA  
(BRANQUINHO DA FONSECA)

# ANDRÉ GIDE

e

## o imperativo da consciência

*Mais un âge vient où il importe plus de s'affirmer que de s'instruire.*

*André Gide.*

A relativamente recente publicação, na *Nouvelle Revue Française*, de algumas novas páginas do jornal de André Gide, veio trazer ao caso do grande escritor francês um interesse que êle está longe de desmerecer. E' certo que Gide tem sido sempre, através duma obra vasta e vária, o portador duma novidade; mas não é também menos certo que muitos o proclamam com cega teimosia — um caso gasto. Nunca, porém, o prestígio de André Gide sofreu o ataque de mãos poderosas: — vacilante num qualquer momento, sempre uma novidade, uma daquelas impressionantes novidades que êle é capaz de dar-nos, o cimenta na atitude rara dos eleitos. De facto, tem havido por parte do Destino uma generosa transigência para com êle — transigência que o faz ora profeta ora valor actual (isto é: sincrónico com certo momento), — nunca aquele sobrevivente inútil, portador duma triste mensagem já esgotada. Andre Gide (passe a expressão ché-ché), é um problema que se multiplica, que se desenvolve nas mais complicadas e inesperadas incógnitas; porém, a-pesar-de tantos aparentes contrastes, de tantas enganadoras contradições, nunca êle deixou de manter-se numa coerência apenas irritante para aqueles que se perdem e nunca foram suficientemente hábeis ou fortes para dominar a dispersividade da sua obra. A sua atitude de isolado, sem compromissos de geração nem obrigações estranhas a si; o seu anti-barbèsimo tão vivamente expresso (de quando em quando quasi anti-gideamente desequilibrado); a sua curiosidade incorrigível de *esprit non prévenu*; a sua adesão a certo novo sistema social (adesão *sui generis* mas importantíssima), — no que representam de mistura de determinantes pessoais com sugestões e ensinamentos adquiridos, tornam-no centro daquilo a que podemos chamar — uma cultura. Mas esta cultura oferece uma dualidade a um primeiro exame desconcertante: — é que ela se realiza tanto mais quanto mais progride na sua própria destruição. Paradoxo? Parece;... e, diria o sr. João Ameal se aqui tivesse que meter o seu intelectual nariz, não será de estranhar tal diabrura em quem tem gravados na sua obra os estigmas aviltantes do cinismo. (Que, nisto como para os amanuenses de secretaria, o que importa é a católica submissão às *disciplinas superiores*).

Um amator de puras formas, para quem as invisíveis linhas subterrâneas não existam, decerto estabelecerá duas fases distintas no longo processo

evolutivo da *cultura* de Gide: — uma fase indifferenciada, dispersiva ou fase de aquisição, primeiro; — uma fase dirigida, dispositiva ou fase de submissão, depois.

Não nos repugnará aceitar tal critério; simplesmente condicionaremos a nossa aceitação pela rejeição de tudo quanto delas pretenda fazer duas fases conflituosas. Mas começa agora a ser preciso distinguir aquilo que o tal amator das puras formas não distingue, — isto é: a forma e o fundo, a expressão e a substância, a adesão e o valor ou significado da adesão.

Algumas das mais modernas declarações de Gide, despertando um debate ainda agora não extinto, têm dado lugar a que sôbre a atitude daquele se lembre uma palavra importuna: — a palavra *conversão*. Falar da conversão de Gide parece-nos, porém, simples mas perigoso jôgo de palavras. Porque, se não erramos, em Gide é preciso distinguir (não para que os isolemos, sim para que melhor os compreendamos), a cultura considerada como sistema e o *élan* individual considerado como modelador daquele sistema.

Ligar o juízo sôbre uma personalidade, avaliar a coerência de quemquer que seja por aquilo que é simples tentame de descoberta do que melhor responde às solicitações invariáveis da consciência, é deslocar o problema atirando-o para a confusão onde tudo se desagrega em deshumanidade. A linha certa, o *mot d'ordre* verdadeiro, a luz que ilumina, sendo embora sempre uma só, pode indicar vários caminhos; mas ninguém prenda ou divida por êsses caminhos o núcleo inamovível da consciência. Aquele Gide desorientado que um dia confessava: *les extrêmes me touchent*; que definia os seus livros como sendo todos êles a *mise en valeur d'une incertitude*, êsse Gide afirma agora com eloquente e persuasiva convicção: — *Celui qui demeure contemplatif aujourd'hui fait preuve d'une philosophie inhumaine, ou d'un aveuglement monstrueux*.

*Duma filosofia deshumana*, escreve Gide. E, decerto, não foi por acaso que êle o escreveu.

Sempre para o grande moralista francês o sentido duma cultura humanamente fecunda se conjugou com a sôbre-estimação do Indivíduo. O Indivíduo — eis a advertência da consciência de André Gide. Mas o que se lhe dava como voz da consciência era logo desatendido e falseado pela solução prática. O Individualismo degrada-

va-se na aberração mais fácil: — o Egoísmo. A cultura, influenciada pelas reminiscências dum humanismo abstracto de raiz francesa, iludia o apêlo das insatisfeitas vozes interiores. O mundo fazia-se quantidade inumerável, de ilhas incomunicáveis (refiro-me ao lado *generoso* da comunicação), e nelas o homem seria tanto mais Homem quanto mais completamente fôsse Robinson.

Descontinuidade portanto entre o *élan* individual e a resposta ou realização da cultura, é o que Gide revela durante um largo período de tempo. A luta para vencer essa descontinuidade (luta a que o optimismo de Gide anulou todo o seu lado trágico), é o que faz da sua obra um constante e indominável esforço da inteligência.

Com efeito, e usando a palavra no seu sentido por assim dizer *artístico*, Gide não é um criador. Nele os conflitos não sofrem a *contrainte* duma elaboração, digamos, romanesca, para nos serem, antes, apresentados nas linhas rígidas da sua real realidade. A sua grande dúvida é êle próprio. Tôdas as lutas só valem pelo que nelas há da sua própria intervenção. E despertando dúvidas e valorando inquietações foge de dar-lhe a solução mais cômoda para lhe dar a solução preferível. Que isso seja missão do moralista, ninguém com certeza contestará. Por isso a sua obra não tem sido tentativa de superação ou desejo de comodidade, mas apenas (e tanto isso é!), busca de si, integração de si, — conquista.

A consciência estava todavia insatisfeita com os primeiros resultados; ora a consciência insatisfeita não permite desfalecimentos ou deserções.

Há um Humanismo verdadeiro como há, em contrapartida, um Humanismo falso. E êste último, se pode alguma vez iludir, o que não pode é prender a um duradouro convencimento.

Claro que o Humanismo, o Humanismo de base real e a-retórico, tem como valor mais alto — o homem; porém, encarecendo e exaltando êste, não é preciso que o isolemos nas torturas do Individualismo. Sabemos já o preço dos grandes ideais com letras maiúsculas. Por isso (a experiência é mestra), só se revela como verdadeiramente fecunda e verdadeiramente humana aquela cultura que equilibra o *homem* com os *homens*, de modo que dêsse equilíbrio resulte não a vitória isolante do Indivíduo nem a vitória cilindrante do Colectivo, — sim a vitória daquilo a que enfática-mas necessariamente teremos de chamar o **HOMEM**.

E não se julgue que assim caímos na já atrás acidentalmente condenada reverência às maiúsculas. Será, de facto, má fé o confundir a poesia com a vida — ou, o que é o mesmo, adoptar um único padrão para julgar os deductivismos abstractos e as realidades.

Ora Gide concluiu pela aceitação do real. Daí que, hoje, considerado já o seu ponto de chegada, a obra daquele que por muitos é considerado o maior escritor francês dêste século, mereça uma legenda certa e magnífica: — nela e por ela o seu autor encontrou a justificação social do Indivíduo.

Ao considerar o caso de André Gide, haverá portanto que falar em conversão? Descoberta a continuidade da linha da consciência daquele;

verificado o que de primacial e premente ela representa na modelação da sua cultura, a palavra é, sem dúvida, incômoda porque traiçoeira. Já se falou também em *conversão ao social*; mas pode dizer-se que nunca o autor das *Nourritures terrestres* esteve mais firme no seu individualismo e a êle se manteve mais conscientemente fiel.

Em Gide não houve (diga-se mais uma vez), qualquer transposição ou subversão de valores. Pelo contrário: o autor das *Nouvelles Nourritures*, ao proclamar a sua simpatia e o seu devotamento a um novo sistema social, frisou sempre que o fazia por só nesse sistema ver reunidas as necessárias condições para a integral realização dos homens-indivíduos. Deu o grande moralista a sua grande lição. Aqueles que se queixavam do seu egoísmo e do seu cinismo talvez ainda não ficassem satisfeitos. Não importa: — entre Gide e Massis a escôlha é feita.

\*

André Gide é, porém, um génio tentacular. Por isso se me afigura que tem qualquer coisa de jôgo perigoso a tentativa de dominá-lo pela sua definição total através dum sistema. Simpatizante com uma nova doutrina social, por momentos êle parece esquecer que essa doutrina tem atrás de si, estruturando-a e vivificando-a, uma filosofia de acção: — o materialismo histórico. Dando-se até ao extremo da promessa do sacrificio da sua própria vida se tal fôsse necessário para a vitória daquela doutrina (êle, o cínico e o ególatra...), por momentos parece desprezar e esquecer o que há de conseqüente entre o sistema filosófico e a doutrina social. Daí que uma tendência libertativa, de única submissão a si, nunca tenha deixado, a-pesar-de tudo, de acompanhá-lo. Numa carta de 1933, dirigida a Barbusse, há até uma frase, sob êste aspecto, lapidar: *J'ai récrit déjà à ce sujet pour protester à neuf de ma sympathie, tout en maintenant mon abstention.*

Mas, sem paradoxo, ainda aqui André Gide se apresenta generoso e providencial.

Um sistema filosófico, principalmente quando êle é, mais do que dinâmico, anti-estático, exige forçosamente dos homens um constante esforço de atenção. Nunca os homens (excluídos aqueles que se entregam cândidamente aos mistérios e aos dogmas), — nunca os homens podem ser simples receptáculos de verdades; e quando a verdade aceite se caracteriza, como é o caso presente, pela progressão tese-antítese-síntese, mais aqueles precisam de exercer-se em rigorosa crítica. Ficar na cômoda adoração, estacionar na simples apreensão dum movimento sem atender à insinuação dêsse movimento na sua própria dialética e no seu aspecto de adequação ao concreto, será decerto trair o sistema, — mumificando-o. Exercer a crítica na dialética, controlar a progressão do movimento, parece-me, antes, que o exige a essência e a dignidade do sistema referido. O contrário é sacrificar a um mito, obedecer pela renúncia, — e pouco importa que o mito seja originado pela palavra divina ou pela palavra humana divinizada.

(CONCLUI NA PÁGINA 16)

O

L

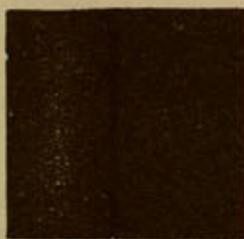
Á

O Lázaro sou eu, não foi o Outro,  
o das migalhas e das chagas podres.  
O Lázaro sou eu, aqui sentado  
à mesa do Vicè-Rei  
a mastigar com nojo êstes faizões!...  
Sou eu, vestido de holanda,  
a prègar a nudez que sempre usei  
nas grandes ocasiões!...

Sou eu, nado e criado para amar  
e que não sei amar!  
Sou eu, que disse não e me perdi!  
Que vi Deus e nunca acreditei!  
Que vi a estrada impedida  
e passei!...

Sou eu, que não sou feliz no Céu nem no Inferno,  
porque no Céu há paz, e no Inferno há guerra,  
e a minha Paz é outra, e a minha Guerra é outra...  
Sou eu, tão Grande e Pequeno  
que nem sirvo para grão  
da parábola da mostarda!  
Sou eu, que há vinte e sete anos  
vivo sem Anjo da Guarda!

Sou eu, que ou tudo ou nada, ou Vida ou Morte,  
e acerto sempre na Morte!  
Que espeto sempre o punhal  
onde não quero ferir!...  
Que sou assim, às cegas e às golfadas,  
como as dores abençoadas  
de parir!



Venha ler a c  
que me dá vinte e  
que jura que sou  
cidadão do Universo. P  
(os versos... e o  
e a prosa é muito

De O outro livro  
de

MIGUEL TO

# Z A R O

Sou eu, que me disse adeus  
e fiquei à minha espera!...  
E que naquela manhã de ano bissexto  
—que podia ter sol e teve chuva—  
recebi nestes meus braços  
o esqueleto verdadeiro  
da saúde amargurada  
de quem não tem ausentes nem distâncias!...

Sou eu, o louco sem asas,  
que se lança aos abismos a cantar  
a Canção do Inocente...  
E que do fundo dêsse sonho novo  
atira a praga  
que o traga  
àquela redentora incompreensão  
do seu povo!...

Sou eu, o Alfa e o Omega  
e os sentidos singulares  
que o Anjo-Satanaz me prometeu!...  
Sou este Nobre-Vilão descalço e de gravata,  
sou este jornal sem data  
que traz a infausta notícia  
que ninguém leu!...

Sou eu—e mostro-me todo!  
Quem puder, arranque os olhos  
e venha cheio de Fé  
ver o Lázaro real  
que não vem nos Evangelhos,  
mas é!...

er a certidão  
vinte e sete anos,  
ue sou solteiro,  
rso Poeta e Prosador!  
... e o que se vê,  
muito pior...)

tro livro de Job

de  
EL TORGA

# A MÚSICA E O HOMEM

*Os músicos têm probabilidades de subir pouco a pouco da categoria de rouxinóis ou de lunáticos à de membros da sociedade humana.*

(Moussorgsky)

Num recente e alarmado inquérito, que o jornal francês *Candide* fez junto de alguns intelectuais franceses, à cerca do que poderia acontecer à França, caso viesse a tomar conta do poder um governo da Frente Popular, figura o depoimento do compositor Darius Milhaud, uma das figuras mais notáveis da música contemporânea.

Não é muito vulgar interrogarem-se os músicos sobre problemas de ordem social. Em geral, o músico é considerado um lunático, que vive no reino abstracto e irreal dos sons, indiferente ao que vai por este mundo terreno das coisas concretas. Pasmei, pois, com a liberalidade do periódico francês, concedendo a um músico o direito de exprimir a sua opinião a respeito de um assunto de ordem política, que, segundo parece, trazia alvoroçada meia França. E passei a ler, interessadíssimo, o depoimento, aliás breve, do autor de «La création du monde».

Fiquei desiludido. Afinal, Milhaud vem dar razão àqueles que pensam que um músico é apenas... músico. Depois de ligeiras considerações, que nem adiantam nem atrasam nada, Milhaud acaba por concluir: «a música deve rir-se da forma do regime. Um quarteto de cordas nunca será fascista ou comunista. Uma sonata em mi bemol será sempre uma sonata. Graças a Deus, os músicos não têm outro ideal além da música, nem outras preocupações além das escalas e dos acordes».

Havemos de reconhecer que isto é bastante inferior. Um Beethoven ou um Wagner nunca fariam afirmações destas, porque as considerariam humilhantes para a sua inteligência, e porque já jamais abdicaram da sua categoria de membros do corpo social. E quasi podemos ter a certeza de que um Bach (o músico-músico por excelência) não procederia diferentemente, se no seu tempo as questões sociais se pusessem explicitamente com a agudeza com que vieram a pôr-se depois da Revolução.

Que a música nada tenha que ver directamente com a forma do regime, é perfeitamente compreensível, e parece-me que nunca ninguém afirmou o contrário. Que um quarteto ou uma sonata não sejam imediatamente nem comunistas nem fascistas, é já uma coisa discutível, mas que, em princípio, se pode também aceitar (1). Agora,

(1) Em princípio, somente, e considerando o fascismo e o comunismo apenas nos seus aspectos restritos. Porquanto, considerados amplamente, como mentalidades ou como formas de consciência, se torna imediatamente evidente que um quarteto ou uma sonata

que o músico não tenha outros ideais e preocupações além da música — eis aí o que é, historicamente, falso e, moralmente, monstruoso.

Que é falso historicamente, atestam-no, entre outros, os seguintes casos ilustres: Glück, Haydn e Mozart franco-maçãos; Beethoven, democrata e republicano; Berlioz, sempre contraditório, combatendo nas ruas de Paris ao lado da «santa canalha», e denegrindo, mais tarde, a ideologia revolucionária; Wagner, caudilho da revolução de 48; Moussorgsky, anti-tzarista, socialista *in herbis*, e concebendo a sua actividade artística como uma forma de combate; Ricardo Strauss, aderindo ao nacional-socialismo e às teorias racistas; Schönberg, simpatizante com as ideologias políticas avançadas.

E não foi, certamente, por serem apenas músicos que Mozart recusou o confessor à hora da morte; nem que Beethoven arriscou algumas vezes a liberdade por delitos de opinião; nem que Wagner se teve de expatriar, após a revolução de Dresde; nem que Schönberg foi obrigado a abandonar a Alemanha, depois do advento do nazismo...

Mas, pelos vistos, Milhaud prefere continuar «rouxinol» e «lunático». Muito bem: isso é consigo. Para que afirmar, porém, que todos tenham sido ou devam ser apenas rouxinóis ou lunáticos? A história desmente-o, e logo com os mais altos nomes da sua arte, provando-lhe nunca êles terem permanecido indiferentes aos problemas e às lutas do seu tempo.

E como o permanecer? — Eis aqui o que se me afigura moralmente monstruoso: a indiferença do artista perante o jôgo patético das forças sociais.

A sorte da Arte é a sorte do corpo social. As vicissitudes dêste repercutem-se na vida daquela. O próprio artista é, afinal, uma roda da engrenagem do corpo social, ainda que não aspire senão à categoria de rouxinol ou de lunático. A verdade, todavia, é que a dura realidade contemporânea mata impiedosamente os rouxinóis e os lunáticos. E há, portanto, que tomar partido: ou ser rouxinol morto ou homem vivo.

A Revolução Francesa já tinha dado ao músico o sentimento da sua dignidade humana. Se compararmos a condição social do músico, antes do século XIX (quando, tanto a sua pessoa como a sua actividade, estavam geralmente dependentes

podem, na realidade, ser comunistas ou fascistas, e pelas mesmas razões por que existiu uma música informada por uma mentalidade religiosa.

da vontade dos *senhores*, laicos ou religiosos) com a que veio depois a usufruir, como indivíduo independente e senhor absoluto do seu destino, não podemos deixar de considerar quão importante êsse grande movimento libertário foi para a causa da música e dos músicos.

Não será de menor alcance para o seu futuro o tomar êle no presente plena consciência da sua função social, considerando não só as condições em que lhe será permitido continuar a gozar da mesma dignidade, mas, outrossim, aquelas que lhe hão-de permitir trabalhar com as garantias de sucesso material e espiritual por que todo artista aspira, e ainda aquelas (dependentes, em verdade, destas) que lhe hão-de conceder as possibilidades da completa realização da sua personalidade, bastante precárias, umas e outras, na crise tremenda que atravessa a sociedade burguesa.

Demais, apregoando-se hoje tanto a necessidade de uma sólida cultura como factor do robustecimento das faculdades criadoras do músico — como conceber-se que seja menosprezada justamente aquela parte mais vital, mais dinâmica, mais fecunda, mais actual, e que se chega mesmo a confundir com o próprio conceito de cultura: o problema social, o destino social do homem?

O homem e o seu destino, o homem e a sua salvação: eis o grande tema de tôda grande obra de Arte. Especialmente daquelas modalidades da Arte que são capazes de animar, agitar, alevantar o homem, despertar-lhe sentimentos, criar-lhe paixões, insuflar-lhe ideais, fecundar-lhe pensamentos — e a música é uma dessas.

Ora, desde sempre que todo o músico que quis comunicar ao homem alguma coisa sôbre o homem (e todos os grandes nas suas grandes obras o fizeram), foi o alto tema do seu destino, da sua salvação que, sobretudo, êle abordou nos seus cantos.

Mas há a notar que, com o andar dos tempos, a salvação vai passando do plano da idealidade transcendente para o da realidade humana. Assim, para Bach, místico protestante, a salvação está na Piedade. Para Beethoven, místico da Revolução, na Fraternidade. Para Wagner, místico humanitarista, no desprêzo do ouro vil. Para Moussorgsky, místico por assim dizer populista, talvez na emancipação do trabalhador (1).

Hoje, está o problema da salvação do homem nitidamente colocado no campo social. Pode abstrair disto o músico que não queira ser simplesmente rouxinol? Desprezariamos nós o génio que, *mutatis mutandis*, se dirigisse aos homens como se dirigiram um Bach, um Beethoven, um Wagner ou um Moussorgsky? A verdadeira Arte é uma prêgação; o verdadeiro artista, um prêgador. Há os que prêgam apenas a Beleza. Mas há os que prêgam a Beleza e *mais alguma coisa* (2): e não

são os menores. Há aí algum músico que, tendo fôrças para isso, se acobardasse de prêgar aos homens de hoje o que é necessário prêgar-se hoje aos homens?

Desce a Música com isso? Desceu ela, porventura, alguma coisa quando Bach escrevia a *Paixão segundo S. Mateus*, o monumento incomparável do lirismo pietista?; ou quando Beethoven, compunha a 9.<sup>a</sup> *Sinfonia*, o hino sublime da Liberdade e da Fraternidade humanas?; ou quando Wagner elaborava a tetralogia do *Anel do Nibelungo*, verdadeiro drama social (se não socialista, segundo as melhores interpretações)?; ou quando Moussorgsky, em Boris Godounoff, fazia ulular o povo oprimido pela tirania czarista?

Não atingiu ela, pelo contrário, nas primeiras, porventura os dois mais grandiosos e, nas últimas, dois dos mais belos momentos da sua história?

Trata-se, então, de vincular a Música à Política, objectar-se-á.

Não se trata de vincular a Música a coisa alguma, a não ser àquilo a que ela pode e deve, naturalmente, estar vinculada — à Vida.

Mas, se pois a Arte é, como se afirma, uma expressão totalista da Vida, não se trata, também, do contrário, isto é: de negar a possibilidade de um dos aspectos da Vida — o social, para o nosso caso — poder servir de centro ou de ponto de partida à obra de arte, visto como tôda obra de arte só vem, afinal, a alcançar êsse totalismo vital através uma irradiação do particular para o universal, mediante um aprofundamento e sublimação de certos momentos ou aspectos singulares da Vida.

Ora, se o sentimento totalista da Vida, que a Arte nos dá, se pode polarizar no Amor, no Ódio, na Dor, na Alegria, na Filosofia, na Religião — porque não há-de poder também polarizar-se na Política, tomada a palavra, evidentemente (como, aliás, aquelas o são correntemente) no seu mais elevado sentido: qual é o do problema social do Homem? Amor, Ódio, Dor, Alegria, Filosofia, Religião, Política — não são estas coisas tôdas aspectos da Vida igualmente aceitáveis, igualmente ricos de possibilidades, igualmente carregados de potencial emotivo? Ao artista a missão de tirar partido dêles.

Na verdade, nem Bach, nem Mozart, nem Beethoven, nem Wagner, nem Moussorgsky, fizeram profissão de fé política, nem enfeudaram a música à política. O que êles fizeram foi exprimir, no campo da sua actividade, certos desejos, certas aspirações, certos problemas, que inquietavam os homens seus contemporâneos. Desejos, aspirações e problemas que noutros campos — no filosófico, no político, no literário — se chamaram, por exemplo, Teocracia, Dogmatismo, Classicismo, Democracia, Criticismo, Romantismo,

harmonia, de equilíbrio, de perfeição, etc. A Arte é para mim, como já disse algures, uma « actividade de conhecimento ». Aquele *mais alguma coisa* refere-se apenas ao poder que certas obras e certos artistas têm de nos comunicarem, além de uma vivência *artística*, um tal ou qual impulso dinâmico numa determinada direcção do pensamento ou da acção, de fecundarem em nós germes metafísicos, que movem a nossa consciência a uma revisão e estimação de valores éticos.

(1) Sabe-se que o terceiro drama da trilogia popular russa, que Moussorgsky projectava realizar, e de que só chegou a escrever *Boris Godounoff* e *Khovanschina*, seria uma representação do levantamento revolucionário dos muíques, cossacos, kalmucos e kirgizos contra os gentilhomens.

(2) É claro que não pretendo diminuir o conceito de Beleza, reduzindo-a, como fazem muitos, a um hedonismo estético ou limitando-a às categorias formais de

Desce à boçalidade da taberna de Auerbach — e é simples espectador mudo e enojado. Por bruxedo rejuvenesce, mas os instintos do primitivo, embora o impulsionem inicialmente, desfazem-se para dar lugar ao amor de Gretchen:

*Mich drang's, so grade zu geniessen,  
Und fühle mich in Liebestraum zerfließen!*

(2722/3.)

O convívio sempre renovado com o Espírito da Terra, representando uma ascensão no espiritual, é uma fuga do primitivismo mefistofélico. «Ainda tens o Doutor metido nos ossos» — chasqueia o Diabo. A consciência humana não está de todo obliterada, a-pesar-da sua magnífica confissão de deshumanidade:

*Bin ich der Flüchtling nicht? der Unbehauste?  
Der Unmensch ohne Zweck und Ruh,  
Der wie ein Wassersturz von Fels zu Felsen brauste,  
Begierig wütend, nach dem Abgrund zu?*

(3348 e segs.)

E nem a orgia satânica da noite de Walpurgis lhe rouba a essência humana. Com a tragédia de Gretchen, a que sobrevive, fecha a primeira parte, que é, segundo o próprio Poeta, «*Lebens Genuss der Person von aussen ges(ucht?) in der Dumpfheit Leidenschaft*» (gôzo da vida da pessoa buscado (?) de fora, na incerteza do instinto, na paixão) (*Paralipomena*).

Os espíritos mágicos, guiados por Ariel, embalam-no em esquêcimento... Fausto esquece, é de novo in-histórico. E então recomeça a Acção, naquela grandiosa sinfonia dos tempos que é a segunda parte da Tragédia, magnífico processo de ascensão no humano, de consciencialização: «*Thaten Genuss nach aussen und Genuss mit Bewusstseyn Schönheit*» (gôzo de acção por fora, e gôzo consciente — Beleza) (*Paralipomena*).

Desta vez é a consciente vivência histórica, é a intervenção deliberada no desenrolar dos acontecimentos, é a criação própria de cultura e de história — de Beleza — desde a descida ao sinistro

Nota: O que aí fica em forma de ensaio foi essencialmente dito em Bragança, a 9 de Abril de 1935, em sessão de homenagem ao Abade do Baçal.

PAULO QUINTELA

Socialismo, Materialismo ou Naturalismo, sem que tal diversidade de denominações implique uma diferença de conteúdo entre as concepções artísticas, filosóficas e sociais de determinada época, pois que, no fundo, a questão é uma e só uma — o Homem e o seu Destino (1).

(1) Que êsse destino seja terreno ou extra-terreno não importa sob o ponto de vista puramente artístico; embora sob o ponto de vista moral seja menos divina a aspiração a uma plenitude celestial com tôdas as características terrenas, do que o desejo de uma realização na terra do Reino dos Céus.

reino das Mães, passando pela Grécia antiga com a posse de Helena e a absorção e vivificação de tôda a cultura clássica, atravessando tôda a história moderna, para vir acabar, embrenhado fortemente na Acção, o olhar interior invulnerável ao hálito cegante da Dona Cuidado, de pés bem firmes neste mundo:

*Der Erdenkreis ist mir genug bekannt,  
Nach drüben ist die Aussicht uns verrannt:  
Tor! wer dorthin die Augen blinzelnd richtet,  
Sich über Wolken seinesgleichen dichtet!  
Er stehe fest und sehe hier sich um;  
.....  
Was er erkennt, lässt sich ergreifen.  
.....  
Wenn Geister spuken, geh' er seinen Gang,  
Im Weiterschreiten find' er Qual und Glück,  
Er, unbefriedigt jeden Augenblick!*

(11441 e segs.)

(«A roda da terra é-me conhecida bastante. Para além está-nos vedada a vista. Insensato quem para lá dirige os olhos piscos, e fantasia para além das nuvens um seu semelhante! Esteja êle firme e olhe em volta aqui;..... O que êle conhece, pode-se apreender..... Se aparecerem fantasmas, que continue o seu caminho, e que neste avançar encontre tortura e ventura, insatisfeito a todo o momento!»)

Assim, velho e outra vez sábio, mas desta vez duma sabedoria vivida, cheia de realismo actuante, «avançando sobre tumbas», nos lega a lição grande da sua *Weisheit*:

*Nur der verdient sich Freiheit wie das Leben,  
Der täglich sie erobern muss.*

(11575/6.)

(Só merece a Liberdade e a Vida  
Aquele que diariamente tem de conquistá-las.)

E assim morre, liberto da história pela história, presentindo o momento belo em que pudesse

*Auf freiem Grund mit freiem Volke stehn.*

Coimbra, Janeiro de 1936.

Objectar-se-á que, afinal, essa tem sido sempre a condição da Arte; e que nunca ninguém pretendeu divorciar a Arte da Vida, nem afirmou que a obra de arte não mergulha as suas raízes na Vida. Pois sim. Mas para que amputar então à Vida, e, por conseguinte, à Arte, um dos seus mais humanos e mais dramáticos aspectos: o jôgo das forças sociais?

Esta é que é a questão, que não sei como poderá ser iludida, na música tanto como em qualquer outro ramo da actividade artística.

COIMBRA, DEZEMBRO DE 1935

FERNANDO LOPES GRAÇA

# PANORAMA

## Um inquérito de "O Diabo,"

Não somos daqueles que atribuem a inferioridade manifestada hoje pela mulher a uma insuficiência mental da sua parte. Para nós (e para muita gente boa), a mulher é apenas a vítima dum sistema familiar onde ela não conta mais do que como simples máquina procriadora, propriedade do marido. Mas grande, certamente, tem sido o rigorismo dos maridos portugueses para que a mulher da nossa terra tenha chegado ao que infelizmente chegou. *O Diabo*, no intuito muito simpático de valorizá-la, resolveu recorrer ao meio mais certo e mais louvável: — pô-la a falar e ouvi-la na sua fôrça, na sua fraqueza, nas suas queixas e nas suas reivindicações. Para tanto, abriu um *Inquérito às mulheres portuguesas*. Muitas responderam já, outras decerto responderão ainda — e de tôdas que responderam, nenhuma verá na grande imprensa o seu nome desacompanhado de adjectivos sonoros. Mas, falando *as melhores*, nem por isso elas foram longe... E pode até dizer-se sem escândalo que algumas nem chegaram a ir...

Na verdade, depois de lermos o que a maioria respondeu, não podemos deixar de melancolicamente pronunciar tristes palavras de desalento. Escrevemos agora — *a maioria*, e isso de algum modo nos traz um luar de esperança. E assim é: — uma mulher respondeu já, mostrando que (seja ou não discutível o seu depoimento), o que pensa tem a solidez consciencia do que conscientemente se liga pelo fio da coerência sistematizadora. Referimo-nos à sr.<sup>a</sup> doutora Elina Guimarães. As outras (salvando ainda, mas não totalmente, as senhoras Raquel Bastos e Heloisa Cid), limitaram-se a embrulhar em lirismo pífio o produto dum pensamento pindérico e estéril.

Assim mesmo, infelizmente. E, para quem não acredite, aí vão algumas amostras:

A sr.<sup>a</sup> doutora Maria Carolina Ramos, justamente a primeira a depor, ao ser-lhe observado pelo jornalista o aparecimento «de um novo tipo de mulher», deu esta resposta incompreensiva, unilateral e desoladora:

— Sim. Existe nas cidades um modelo de mulher ociosa, fútil, pintada, inútil, que não é bem homem e pensa que não é mulher. Mas, meu Deus! *isso* não tem nada com a mulher, a verdadeira mulher, a que trabalha e é muitas vezes a encarnação inalterável do lar.

Ora francamente, francamente, a sr.<sup>a</sup> doutora M. C. R. julgará que *isso* é que é o novo tipo de mulher?! julgará que foi pela criação dum fantoche ou dum espantalho que trabalharam mulheres como Kolontay, Hildegart e outras?! Era só o que agora nos faltava...

Mas, antes de passar adiante, julgamos oportuno desfazer um equívoco da sr.<sup>a</sup> doutora M. C. R.. Efectivamente, a uma pergunta acêrca do papel que o amor representa na sociedade, s. ex.<sup>a</sup> respondeu:

— Respondo-lhe com Augusto Gil: — «o amor quando aparece dizem que faz maravilhas». E' assim hoje. No futuro será a mesma coisa.

Ora, é sabido que Augusto Gil não escreveu só aquilo: escreveu aquilo e *mais* alguma coisa. E o que em boa verdade escreveu foi:

O amor quando aparece  
Dizem que faz maravilhas,  
Eu nunca vi que fizesse  
Mais do que filhos e filhas.

Pelo menos é assim que vem no *Canto da Cigarra*...

A seguir depõe a sr.<sup>a</sup> Aurora Jardim Aranha, que começa em enternecedora linguagem de gata borralheira:

— Quais são as aspirações da mulher?

— Ser livre, não deixando nunca de ser docemente escrava.

O palavriado é, de facto, bonito e faz uma linda vista; mas s. ex.<sup>a</sup> não está ainda contente e por isso dispara depois:

— O que é o trabalho feminino na actualidade e o que será no futuro?

— Uma afirmação de carácter e de independência. No futuro intensificar-se-á. Restará um papel ao homem: acompanhar a mulher.

«Docemente escrava», acima; levando o homem pela mão, aqui — *all right*... E continua mais ou menos assim, sempre numa linguagem lamechas e ridícula, embora querendo parecer profunda.

Os depoimentos das sr.<sup>as</sup> Raquel Bastos e Heloisa Cid não escandalizam. Banais, sem nada que denote um pensamento sólido ou uma visão ampla das coisas, fogem pelo menos à retórica pedante que encontramos no da sr.<sup>a</sup> Jardim Aranha.

Mas já o mesmo não acontece com o da sr.<sup>a</sup> Lucília Simões, onde se lêem, por exemplo, estas palavras emolientes:

— ... Confio no futuro, como vê. E as mulheres influirão para que êle seja como o sonho. Já hoje os homens superiores são os que tem mulheres no mais nobre sentido da palavra.

Enfim: tudo neste mundo será possível. Já se disse que o génio é loucura. Mas é mentira. Agora as coisas mudaram. *Nous avons changé tout cela*. Agora, — queres ser homem superior? E' simples: casa com uma mulher — mas com uma mulher no mais nobre sentido da palavra...

Porém, o melhor, o mais açucarado, ainda está para vir. Porque nem a sr.<sup>a</sup> Lucília Simões consegue libertar-se da literatice. E diz a certa altura:

— No futuro, o Amor será uma fonte de felicidade humana e social, porque os homens amarão a vida através o Amor...

Não duvidamos que isto seja bonito como final de acto. Como conceito não se salva: — é chocho.

Do depoimento da sr.<sup>a</sup> Emília Araujo Pereira, merece referência o que passamos a transcrever:

— A's vezes penso que é já difficil encontrá-lo (ao amor). Há muitas illusões... Na sociedade futura, em que a Humanidade deve ser mais perfeita, êle representará um papel mais saliente. O amor, no seu sentido nobre, relaciona-se muito com a educação e a intelligência dos seres.

... e mais isto:

— As *outras mulheres*, eis, sempre, o inimigo maior de cada mulher.

Em última análise, eis no que se resume, para esta senhora, uma das mais apaixonantes questões sociais: — ao amor negócio de saliências e à bisbilhotice provinciana das más línguas...

Fôrça é que nos detenhamos porque ir mais longe poderá ser tido como crueldade. No entanto, será injusto esquecer um outro depoimento: — o da sr.<sup>a</sup> Ludovina Frias de Matos. E sinceramente confessamos que muito desejaríamos transcrevê-lo todo. O espaço é tirano; arquivemos só dois ou três dos mais expressivos passos:

— Que papel representará o Amor na sociedade futura?

— O futuro do amor está garantido. Continuará sendo o que tem sido até agora.

Esta nem ao diabo lembra! Garantir assim o amor como quem garante canetas de tinta permanente; considerá-lo assim garantido sem ao mesmo tempo o considerar fixíssimo, caramba, lembrou à sr.<sup>a</sup> L. F. de M.!!!

— Qual a influência da Maternidade na vida espiritual da Mulher?

— Vasta e profunda.

— E na vida social?

— Importantíssima.

Agora nos detemos — varados. O que acaba de ler-se é a centelha estonteante, a faísca gloriosa, o raio magnífico que nos deslumbra. E contra tal centelha, contra tal faísca, contra tal raio — só batatas. Porque, que diabo!, a mulher sempre é o anjo do lar...

A. N.

P. S. — Já estava composto êste comentário quando *O Diabo* publicou os depoimentos de trez alunas das Faculdades de Direito, Letras e Medicina da Universidade de Lisboa. Nenhuma delas é, felizmente, consagrada — e talvez por êsse facto os seus depoimentos revelam um anseio e uma curiosidade que não andamos habituados a encontrar em mulheres portuguesas. Por isso queremos declarar que foi tão grande a nossa satisfação ao ler as suas palavras lavadas, quão grande foi o nosso desalento ao verificar a triste indigência intelectual das nossas... mulheres de letras.

A. N.

## P O S I Ç Ã O

Diz-se que o nosso país vive sob o signo cultural da França; e esta idea, mais repetida do que meditada, é hoje uma daquelas frases feitas para que vai uma aceitação incondicional. Contudo, e pelo que ao actual momento diz respeito, nada de mais falso.

E' certo que a França organizou um tipo de cultura, saído da Revolução Francesa, que, em certo tempo, conseguiu uma influência positiva em todo o mundo. Nos nossos dias, porém, o eixo de influência parece transferir-se para outro e diferente ponto. E, na França, já Albert Thibaudet há pouco notava o desvio que o seu país sofreu de país exportador para país importador.

Fase de transição, não está hoje a França apta a oferecer ao mundo sequer os germes duma cultura nova. Daí que Portugal não possa estar *hoje* sob o seu signo de cultura. Mas se isto é certo, não é menos certo também que ainda hoje nos encontramos presos a qualquer coisa que daquele país nos veio: — a sua cultura passada, — o seu admirável século XIX.

Em Portugal há, todavia, uma tendência para o estatismo, estatismo que, abalado pelo influxo daquele século, hoje se encontra sofrendo o drama da sua inactualidade através do lirismo do que se encontra já longe duma nova vida que há muito o transpôs.

Seria curioso (mais ainda: muito oportuno) o frizar a falta de sincronismo entre a nossa cultura e aquela que se pode dizer conquista e já parcial realização dêste nosso século. Mas, aonde isto nos poderia levar!...

Não nos parece, contudo, inoportuno pôr em

evidência a baralhada que em Portugal se fêz entre a cultura viva e a illusão duma cultura. Por cultura viva entendemos, necessariamente, uma cultura actual e humana que, pelo simples facto de o ser, foge à sua fixação no lirismo inconveniente daqueles que entre nós mais a apregoam. Por illusão duma cultura entendemos aquilo que entre nós lamentavelmente se verifica, — isto é: a mistificação lírica da intelligência e das ideas.

Com efeito, dizendo-se que Portugal é um país de poetas, não se repara em que poetas são exactamente aqueles que a si próprio se confessam ou se consideram os homens de cultura. E que, debaixo dum ponto de vista humano (de satisfação humana), os poetas autênticos estão mais perto da verdadeira cultura do que êsses senhores respeitáveis que se erguem às baixezas do artigo de fundo.

Surge daqui um conflito muito interessante, que nos faria rir se não estivesse marcado pela miséria dum drama doloroso: — a *soi-disant* cultura que condena os poetas — e justamente pelo que neles há de mais em harmonia com a vida sem mutilações nem abdições.

Mas Portugal já será um grande país de poetas se poetas só forem os que verdadeiramente o são. E, visto que nos faltam homens de pensamento e homens de acção, *Manifesto*, que pretende realizar um honesto balanço de fôrças, convida todos os transviados a abandonarem o caminho que os não leve à sua verdadeira estrêla. Queremos ouvi-los; êles que falem, se em verdade, como dizem, alguma coisa têm a transmitir.

E não se julgue que, tomando esta franca

atitude de convite, *Manifesto* exorbita dum direito que não tem — pois, sôbre todos aqueles pesa o dever social de realizarem uma missão que para si sós não pode existir.

Se queremos ainda hoje receber a lição da França, recebamo-la, não no que tem de velho e já anacrónico, mas sim no que tem de inquieto, de saudável e de verdadeiramente novo. Abramo-

-nos como ela aos ventos que sopram forte e que nos levam a aderir ao que P. Vaillant-Couturier exprime assim: «*Nous sommes des civilisés infatigables. Nous donnons à la culture ce sens d'appeller l'homme à toujours plus de dignité, de faire participer à cette dignité un nombre d'hommes toujours plus grand et sur cette dignité conquise, de construire enfin l'unité humaine*».

## “UNIDADE DA JUVENTUDE”

Nestes tempos agitados, tem-se falado bastante entre nós em «unidade da juventude». E agora mesmo, um jornal de Lisboa — *Revelação* — de que é director o poeta dimensionista António Pedro, no número que inicia a sua segunda série, deixa exarado, em artigo programa, as seguintes palavras àquela referentes: «Escolhemos esta palavra — *Inconformismo* — para lema do nosso jornal. Nenhuma outra seria melhor para timbre dêste novo acordar de homens a que se chama uma geração. Só sôbre ela pode assentar com eficiência a tentativa duma unidade da juventude».

Como se vê, a *Revelação* pretende realizar a unidade da juventude (note-se, todavia, que nela se lê *uma* unidade e não *a* unidade), sob o signo do inconformismo; mas, como a palavra só por si não comporta um significado rigoroso, entendeu o autor do artigo delimitar a seguir o sentido em que a tomava. E escreveu: «Inconformismo quer dizer: consciente não-aceitação voluntária (sic) da ordem e do sentido actual de tôdas as coisas, implicando essa não-aceitação a procura sistemática de outros caminhos, sem ideas preconcebidas, nem o propósito premeditado duma solução combinadinha».

Não duvidamos, sequer por momentos, da sinceridade e honestidade dos intuitos do jornal reaparecido; no entanto, muito sincera e honestamente também, arriscamos que tudo quanto acaba de transcrever-se não passa de — frases, frases, frases . . .

Com efeito, deu-se à palavra *Inconformismo* um sentido simultaneamente destrutivo e construtivo — o que implica, desde que através dela se pretenda atingir a sonhada «unidade da juventude», um encontro dessa juventude, não apenas na atitude negativa, mas ainda na procura «não premeditada» de novos caminhos. Parece-nos, porém, que a unidade assim conseguida acarretaria necessariamente transigências ou abdições...

Encarada a palavra pelo seu lado destrutivo, pode de certo modo admitir-se (posto que tal admissão se mostre muito precária), que toda a juventude se encontre em campo comum e único. A negação, enquanto atitude, tem qualquer coisa de literário; como, enquanto acção, tem qualquer coisa de irresponsável. Por isso o seu sentido pode ser vago ou mal definido. E por isso também, segundo o que o mundo nos ensina, a destruição pode não oferecer um caminho para o

futuro. Mas, logo que passemos para êste campo, logo que do gesto cego do destruir passemos para a rota do construir, — então parece-nos que não poderemos abdicar das possibilidades da previsão. E inútil será dizer que a previsão supõe fatalmente um método. Ora é mesmo aqui que começa a revelar-se com mais evidência o que há de insubsistente nas palavras transcritas.

De facto, parece-nos brincadeira estéril, quando não coisa muito perigosa, o caminhar para o futuro «sem ideas preconcebidas», — uma vez que essas ideas devem ser um produto da inteligência esclarecida pela história. O homem conhece o seu passado pela história e pela história pensa o seu futuro, — embora não agrade muito o reconhecê-lo ao sr. Paulo Valéry. . . Mas, se assim é, se a previsão é determinante da acção e se a história é mestra, — como desprezar «ideas preconcebidas», ou, pelo menos, um esquema de fundamentais proposições sociais?

De-resto, a impossibilidade de caminhar «sem ideas preconcebidas» (e claro que não identificamos estas com as birras de menino teimoso), é afinal reconhecida no próprio jornal onde colhemos as frases citadas. Efectivamente, a páginas 6 do n.º 2-3, de 16-1-936, deparamos com estas palavras, simpáticas no que revelam de elegante tolerância: «... Vão depois os nossos melhores desejos para o «Diabo», com cuja redacção nos honra manter o diálogo cortez das nossas discordâncias».

Mas *O Diabo* é jornal que encontra eco num largo sector da juventude portuguesa; ora a *Revelação*, que parece não acreditar na eficiência das «ideas preconcebidas», — como concilia essa ausência de crença com a declaração prévia e formal da discordância? Por as «ideas» de *O Diabo* serem «preconcebidas»? Mas — que poderá obstar a que uma solução não preconcebida se adeque a uma «idea preconcebida»?

Claro que não fazemos ao novo jornal a injúria de considerá-lo defensor duma unidade de geração como geração (oposta a outras gerações), independentemente duma particular atitude espiritual. E é porque estamos longe de pensá-lo que o louvamos na sua sinceridade. Mas, tal como êle foi formulado, ainda assim consideramos o seu programa inútil, estéril e desde logo inaceitável. A unidade exige uma única posição concreta. O resto é lirismo.

---

N ú m e r o v i s a d o p e l a C o m i s s ã o d e C e n s u r a

Ora, uma vez aceites as bases, uma vez adquirido o esquema, há nos homens (isto é: no homem médio), uma tendência acomodaticia para o adormecimento, — para a aceitação a-crítica do que, sendo por êsse modo aceite, fatalmente se sente torturado numa camisa de fôrças que lhe não serve. E dizer aonde isto pode levar, bem se vê que não será coisa difícil: — Pois, não leva isto a substituir a crítica pela frase, a observação pelo catecismo? Pois, não leva isto a secundarizar a própria dialética, ante o prestígio da lição do mestre? Ai do que só consegue explicar a vida, ai do que só consegue encontrar a justificação duma circunstância em frases mais ou menos apropriadas, sejam elas de Cristo ou de Marx!... E feliz, verdadeiramente feliz daquele que, acercando-se da vida e penetrando-a, depois conclui pela justeza da frase lida!... E, pelo que ao materialismo histórico diz respeito, nada de mais anti-mítico e de menos precisado do suporte espectacular das frases. Não há dúvida de que, antes de tudo e sobretudo, êle deve ser tido como um sistema de submissão, de sacrificio à vida.

Mas, tudo quanto fica dito nos leva, porventura, a uma conclusão de algum modo inesperada: — é que o sistema ganha e o homem se pode enriquecer quando, na aceitação de certas bases daquele, êste último se manifesta em crise. Porque a crise não é apenas uma dúvida da intelligência: sendo dúvida da intelligência e desta derivando, ela desperta a crítica, aguça-a e exercita-a em ordem a uma melhor compreensão. E já isto seria muito, se mais não houvesse, afinal, a valorizá-la. Há mais, todavia — como no-lo prova o caso tão fecundo do homem de que estamos tratando.

Aceite em bloco um sistema, relaxada a actividade crítica, não admira que se caia no marasmo do improgressivo e na monotonia da repetição. Ao contrário, despertadas as dúvidas, acendidas as incertezas, muitas vezes novas ou insufficientemente reveladas perspectivas dêsse sistema ganham uma luz que até aí não tinham. Então, há, por assim dizer, um acordar de adormecidas virtualidades, uma *mise en valeur* duma potencialidade até aí estéril, — a revelação duma amplitude já entrevista mas ainda mal conhecida. É um cliché que, descoberto já em superficie, então se atinge na riqueza da sua profundidade. É a negação da frase consagrada do *trop beau pour être vrai*, agora dando lugar a uma outra em que a beleza e a verdade se encontram e se identificam. E não poderá dizer-se até que de aqui provém o devotamento de Gide, já atrás referido?

Com efeito, não é atrevido dizer-se que Gide veio a descobrir a beleza na verdade, ao descobrir a justificação social do indivíduo. Hesitante primeiro, enquanto fundamentava as suas novas simpatias (e, vá lá à cautela, já sabemos como o adjectivo deve ler-se), pelo que nelas via de efi-

ciente para libertar o indivíduo das cadeias familiares e religiosas, — isso, que a princípio era simples factor destrutivo, breve começou a modelar-se em construção, em cada vez mais e mais completa realização. Já não há que falar somente no homem que se liberta; já não há que falar somente no homem que se adivinha: — há que falar, sim, no homem integral, já conquista positiva e já quasi vitória. As últimas páginas do jornal, publicadas na *Nouvelle Revue Française* de Janeiro, dão-nos um Gide na fase da certeza, — na fase da alegria.

\*

Alegria, é verdade, mas alegria que por êle mesmo foi alcançada. E alcançada num duro combate da intelligência activa, — daquela intelligência que vai além do já revelado, que penetra nos desvãos mais escurecidos, que, num constante e árduo trabalho, procura resolver os problemas pelo total esgotamento das suas possibilidades. Por êste lado, salvando os direitos da sua intelligência, Gide se salvou duma escolástica lamentável e infecunda.

Bem sei que do seu caso, fiel ainda ao cultivo das diferenças cuja defesa Guéhenno parece censurar-lhe, êle quer fazer um caso à parte, — o seu caso. Bem sei que êle claramente o revela quando escreve, por exemplo: *Non, chers camarades. Le plus clair résultat d'un pareil engagement serait tout aussitôt de me retenir de plus rien écrire.* Mas, pugnando pela diferenciação individual, integrando esta no colectivo, pode dizer-se que assim Gide pugna, não pela aceitação passiva do que quer que seja, mas por um esforço de clarificação, de activização de todos e de cada um.

Contudo, o caso de André Gide não vale apenas pelo que representa de crítico (na dupla acepção que engloba a crítica e a crise), em face de determinada doutrina social ou de determinado sistema filosófico. Ou, o que é o mesmo: a attitude do moralista não vale apenas pelos seus reflexos individuais. Para além dêsses reflexos, já vimos que há uma doutrina social a merecer a sua simpatia; para além dessa doutrina, já vimos que está uma filosofia só parcialmente aceite e por isso sempre em revista. E é sobretudo pelo muito que nesta influi, pelas novas perspectivas que lhe abriu e pela plasticidade que lhe deu, — é sobretudo por isso que a crise de Gide se mostra generosa e providencial. O seu grito é, aí, um grito de descoberta. O seu grito é, aí, um grito de vitória contra um argumento fácil mas ainda não combatido pela inércia dos teóricos caídos na simples exegese e na escolástica. Nesse grito, não o duvidamos, vai a morte duma frase feita: — a frase que afirma o colectivo necessariamente amorfo e cilindrado.

ALBANO NOGUEIRA

# MANIFESTO

DIRECTORES: Albano Nogueira e Miguel Torga. — EDITOR: Álvaro Taveira. — REDACÇÃO e ADMINISTRAÇÃO: Livraria Gonçalves, Rua de Sá de Miranda, 52, Coimbra. — ASSINATURAS: 3 números 5\$50. Número avulso: 2\$00  
Composto e impresso na Tipografia da «Atlântida» — Rua Ferreira Borges, 103 a III — COIMBRA

# MANI FESTO

REVISTA MENSAL

SUMÁRIO: *Via Pública* ■ Álvaro Salema — *Nietzsche e a insinceridade da nossa civilização* ■ Afonso Duarte — *Poemas* ■ Carlos Sinde — *Monólogo a umas tantas da noite* ■ Miguel Torga — *A procissão* ■ *Uma tradução de Goethe* ■ Silvio Lima — *O verdadeiro perfil do pacifista* ■ *Panorama: A. N.* — *A propósito de «Tá Mar»* ■ Ramos de Almeida — *Novos e velhos* ■ *Varição em ré menor* ■ *Dum discurso de André Malraux.*

2

---

coimbra  
fevereiro de 1936

**E**m 29 de janeiro passado completou setenta anos o grande Romain Rolland. Esquecer o autor do *Jean-Christophe* é, decerto, apenas privilégio das nossas *élites* boçais e pretensamente cultas. E, contudo, trata-se de alguém que, pelo *não* de nobre ressonância mundial que pronunciou durante a guerra, pela sua coragem sempre heróica e nunca desmentida, pela sua vida espantosamente coerente, bem merece o qualificativo raro de cidadão exemplar. Para comemoração daquela data gravou George David uma legenda certa: — «O homem, o espírito, o intelectual de língua francesa, o músico de *Jean-Christophe* — e o trabalhador de coração forte e de grandes golpes de rins, de grandes golpes de rins contra as monstruosidades imbecis. Aquele que, agora, abrindo à frente de todos as suas mãos corajosas, tem o direito de perguntar: «E' possível fazer melhor, camaradas?»

Mas a síntese da sua vida, fê-la Romain Rolland em artigo recente. Dêsse artigo extraímos: — «E agora, quando olho atrás de mim a longa estrada dos meus 70 anos, vejo, com uma clari- dade de que não tinha consciência, o pensamento que constantemente foi o meu guia durante esta peregrinação. O duplo pensamento fundamental:

1.º O primeiro é a comunhão com todos os vivos, o sentimento profundo e permanente da uni- dade do género humano através das idades, das raças e das nações.

2.º O segundo é a indivisibilidade do pensa- mento e da acção. Por mais penetrado que eu estivesse, desde a infância, das fontes da alma, da poesia e da música, nunca admiti o isolamento na contemplação e na orgulhosa torre de marfim. Desprezo a arte pela arte e o pensamento enrolado em si como uma serpente que esmói a sua refeição. O pensamento é um rio que sai das entranhas da terra. Nunca as suas origens serão mais profun- das. Mas uma vez saído daí, o rio em marcha deve abrir o seu largo caminho através das planí- cies e dos montes, banhando e fecundando a terra. Todo o pensamento que não age é um abôrto ou uma traição».

**V**isto que de Romain Rolland tratamos, não será inoportuno recordar o que, da arte, em carta àquele dirigida, Tolstoi um dia escreveu: — «Só tem valor a arte que serve para unir os homens. O único artista que conta é aquele que sacrifica alguma coisa às suas convicções; a condição de tóda a vocação verdadeira não é o amor da arte, mas o amor da Humanidade; e só quem está penetrado dêsse amor dos homens pode esperar a criação, em arte, duma obra de valor».

**E**m cada manhã, lá voltam os jornais a lem- brar-nos que há guerra na Abissínia. Ainda bem que os jornais são zelosos e lutam com falta de notícias; de contrá- rio, esta guerra, que o Raposo diria passar-se lá em cascos da Núbia, arriscava-se a perder todo o

interêsse e a entrar numa simples categoria histó- rica ao lado, por exemplo, da guerra das Duas Rosas. Vale-lhe a insistência dos periódicos, pro- curando convencer-nos de que o caso é muito sério, é de importância mundial, e que por isso mesmo as grandes nações estão empenhadas em complexas conferências internacionais. Mas essas conferências, ainda as públicas e solenes, têm um ar tão decorativo, tão pouco convincente que as falas deixam a impressão de que o melhor está para além do cenário, ou que o aparente é guiado por certa lógica inatingível pelos profanos. E' natural que assim aconteça e que o primeiro dos pontos de Wilson fôsse, juntamente com o último e os intermediários, um daqueles idealismos com- patíveis com a máquina em que os americanos são mestres... Não, longe de nós estranhar que os diplomatas não sejam mais claros e simples. Como fiéis compradores do jornal e por isso fiéis leitores dos seus discursos aparentes, desejaríamos apenas que êstes não fôsem tão espaçados e lite- rários para que, sôbre a guerra, alguma coisa mais houvesse além da prosa oficial impressa em tipo oito.

O silêncio activo dos diplomatas só causa apreensões angustiosas às pessoas emotivas, que são por natureza levadas a imaginar muito mais do que os periódicos não dizem; as pessoas equi- libradas, comedidas, sabem perfeitamente que o destino e a vida dos milhões de habitantes de cada pátria estão entregues a meia dúzia de diplo- matas com mais segurança que o dinheiro em cofre de avarento.

Todos sabem ainda que o segrêdo, além de ser a alma do negócio, é de ouro. O silêncio dos diplomatas — quem o dúvida? — é construtivo e revela não só o gôsto pelo serviço acabado, mas o desejo de não prejudicar com um rosário de emoções o grande efeito do último acto. O pior são os cardíacos, que necessitam ser avisados com certas precauções, e perguntam ansiosos o que sairá de tantos passos e tantas vozes perdidas... Era por isso desejável que os diplomatas soubes- sem que nem tôdas as pessoas têm o seu coração integérrimo e o seu inabalável sistema nervoso. Sim, haja um pouco de caridade...

**D**os jornais: — «Tomás Mann renunciou à nacionalidade alemã».

E' absolutamente lógico o passo do romancista e — confessemos-lo com franqueza — longamente êle se fez esperar.

Era também o que nos faltava ver: — que o facto de ter obtido há anos o Prémio Nobel de Literatura, a bagatela de ser autor dos *Budden- brooks*, de *Tristão*, *Tónio Kröger*, *A Morte em Veneza* e tantas outras novelas exemplares, da *Montanha Mágica*, das *Histórias de Jacob* e de *O Jovem José*, — a teimosia do mundo civilizado em continuar a considerar Tomás Mann o maior

(CONCLUI NA PÁGINA 16)

# N I E T Z S C H E

## e a insinceridade da nossa civilização

### I

Umas das mais dolorosas incertezas do pensamento contemporâneo na sua difícil revolução é a impossibilidade de compreender os grandes espíritos criadores na sua realidade humana.

Tudo que atinge o verdadeiro nível da grandeza, tanto nos homens como nos acontecimentos, é transformado impassivelmente num tipo abstracto de compreensão simbólica que em muito se aproxima da interpretação religiosa.

Um demorado esforço científico, uma esgotante penetração analítica exercida sobre as ideias pelo cuidadoso conhecimento dos factos, arrastaram o homem moderno a uma progressiva libertação das fórmulas, aparatosamente mascaradas de transcendência. Perdeu-se assim o sentido da apreciação sintética, largamente explorada pela mentalidade metafísica e substituiu-se esse poder da íntegra compreensão por uma perigosa ginástica de símbolos.

As pseudo-filosofias do nosso tempo — a de Ortega y Gasset, a de Spengler, a de Max Scheler — caracterizam bem essa fadiga científica que buscou na história e no conhecimento das doutrinas morais as raízes indispensáveis dum pensamento renovado.

Na apreciação comum das personalidades mais acentuado e mais perigoso se manifestou esse pendor da inteligência burguesa decadente. A análise implacável, que não consegue afastar o objecto exposto, que perde a capacidade de ignorar deliberadamente, acabou por despir o homem vulgar e revelá-lo até às últimas raízes de miséria, sem o confortável cenário das mentiras estéticas. Perdeu-se de vista a imagem da fantasia e descobriu-se no homem o animal do prazer e da brutalidade, da carne delirante e da selvajaria das classes; descobriu-se o gorila do amor familiar e do ciúme, do ouro e da comédia monstruosa, que transforma o desejo de viver numa insensata corrida de apetites. O desesperado idealismo literário com que se falsificou a vida, a impotência de sinceridade com que se deformou o real, pertencem principalmente ao mitologista da cultura, ao fraseador da poesia que se exprime e não se sente, ao especulador das formas — ao grande falsário da «civilização». Foi ele o primeiro a descobrir e foi ele o primeiro descoberto.

O espírito burguês ainda sobrevive porque não acabou de se desiludir. Resta-lhe, no universal naufrágio das mentiras, essa falsa clareza de converter em símbolos o que não quer confundir com a universal miséria do vulgar; nessa última

defesa vai mantendo a religião e a arte, a inteligência e a moral, com a hipocrisia de saber enganar-se para morrer em estado de graça.

Nietzsche é o exemplo trágico desse delírio do símbolo. Reconheceu a falsificação monumental, sem que a impiedosa condição do tempo em que nasceu lhe permitisse encontrar o caminho da completa libertação. Mas essa clarividência que o levou à loucura concedeu-lhe o mágico poder de se antecipar e de viver a sua dramática mensagem na encruzilhada em que morre o passado e desponta o futuro. Não foi a perda progressiva das qualidades bovinas, ruminantes, da inteligência moderna, que tornou *ilegíveis* os seus escritos, só compreendidos até hoje numa «jonglerie» de superfícies, indigna das intenções com que procurou destruir e construir. Ele mesmo soube tocar a realidade quando afirmou a necessidade de ser íntegro até à dureza nas coisas de espírito para poder suportar a sua seriedade e a sua paixão — isto é, quando exigiu a sinceridade de olhar para os abismos sem tremer. Insincera em toda a sua essência, nunca o poderia compreender a mentalidade burguesa; e só em frágeis pormenores os podem entender aqueles que no presente esperam a mentalidade futura, erguendo laboriosamente, sobre uma doutrina de realidade operante, os fundamentos difíceis da nova humanidade. A clarificação do seu pensar alucinatório, a descriminação teimosa do que nele pertence à herança pesadíssima da civilização individualista e do que nele pertence à predestinada civilização do homem colectivo, será uma lenta actividade de conquista em que intervirá mais o *realizar* do tempo do que a ardente vontade de conhecer.

«E' preciso ser superior à humanidade, em força, em grandeza de alma, em desprezo...». Nada mais duramente animador para a juventude do espírito do que este renegar do mundo falsificado, arrastando consigo a esperança não-expressa — convite para a verdade implacável àquêles que pela violência do salto fora do tempo e pela intensidade da fuga revolucionária manifestam as virtualidades do *homem* a nascer.

Em Nietzsche tudo se converte em símbolos para os que tentam interpretá-lo desde premissas arqueológicas. Só isso explica que no seu testamento espiritual continuem as explorações de parasitas que seriam grotescos, se uma real inteligência de artifício não doirasse com interesses de cultura a perfídia da deformação.

E' o caso de Paulo Landsberg ao interpretar a

filosofia nietzscheana (porque se há-de chamar-lhe filosofia?) no sentido augustiniano, como se o torturado de Sils-Maria fôsse um viandante involuntário do caminho cristão. E' certo que um entendimento peregrinal da vida, um apaixonado desejo da migração e da soledade transmitem ao seu devaneio literário como à sua correria filosófica um carácter penitencial, ansioso da graça; mas o que se manifesta sob essa forma de inquietação, na tempestade íntima do amor e da repulsa, não é a revelação imprevista de Deus. Pelo contrário: o que preside a essa vida profunda de crises morais é uma aspiração permanente de fuga às solicitações místicas, é uma contínua insurreiçãõ contra Deus, que das mais fundas lembranças da mocidade continuava os apêlos invencidos.

A filosofia do desespero em Nietzsche é uma atitude de sinceridade com que apresenta a sua marcha de viandante infatigável para a conquista do conhecimento, quebrando continuamente as cadeias que as almas frágeis apreciam como providencial amparo.

E' afinal um desespero da recusa, sustentado pelo violento desejo de viver sem interrogações sobre a Eternidade impensável; mas o que anima a sua migratória recusa não é a expectativa religiosa do conhecimento a *receber*: é a certeza indefinidamente adquirida de que o conhecimento resulta da própria marcha, com as antíteses dolorosas como espinhos e as sínteses consoladoras como sombras de árvores sob o sol ardente.

«Não conhecemos as coisas dêste mundo senão ao despedirmo-nos delas; conhecemo-las um pouco quando chegamos a elas, e muito mais ao abandoná-las...»

Foi essa convicção relativista e dialética do conhecimento, como conquista dramática de experiências vitais, o mais seguro ponto de partida para a sua missão providencial de criador de uma nova cultura. Já Schopenhauer lhe oferecera a larguíssima sugestão de um vitalismo negativo, ao tomar como valores metafísicos, absolutos e substanciais os relativos valores humanos.

Sobre essa exaltação arrebatada das experiências morais e históricas, Nietzsche soube entender a vida como uma peregrinação, o conhecimento como uma marcha oscilando entre as antíteses, e por êsse caminho levar a sua concepção do espírito a um plano claramente dialético, a um vitalismo afirmativo e creador, mesmo no delírio da destruição.

O que um geométrico distribuïdor de ideas,

iludido de si e das coisas, tomaria como concepção impassível, foi para a alma trágica de Nietzsche uma infinita revelação. Na sua sensibilidade musical, de vibrações morais convertidas em angústias e de levíssimas aragens transformadas em tempestades, essa descoberta do humano como conhecimento histórico creou-lhe uma mentalidade de assalto a todos os valores reconhecidos. O mundo acomodaticio e mesquinho com a sua infinidade de «minguadas virtudes, de minguadas omissões e de minguada resignação», apareceu-lhe insuportavelmente despido de sinceridade e portanto incapaz da desejada oferta de verdade. Tudo a conquistar e nada a receber «gratuitamente» — eis o desesperado caminho do refúgio interior, da descoberta do *eu* como única imagem acessível do super-homem. Numa falsa humanidade esquecida do orgulho e da coragem de se reconhecer, Nietzsche só se encontrou a si mesmo como objectivo das aspirações de grandeza. Não consideremos o seu arrebatado impulso de «puissance» individual, perante um ambiente histórico onde quási tudo precisava de ser quebrado pela dominadora ansiedade da Fôrça e da Vida, como paixão desenfreada de renunciar à humanidade.

As suas armas haviam sido forjadas no mesmo desalento que levava Fichte à hipertrofia filosófica do *Eu*, e Schopenhauer ao histerismo duma vontade de garras demolidoras. Armas ordinárias para uma aspiração cósmica de batalha, fizeram dos seus rudes golpes um gesticular estranho de Prometeu entre as cadeias. Assim lhe foram mostradas as doutrinas da redenção proletária sob o aspecto das negações anti-aristocráticas, sem que o olhar agudo do seu instinto histórico — «essa segunda vista indispensável»... — conseguisse descortinar o que nelas existe de ardentemente nietzscheano, de humanamente aristocrático no seu propósito de elevação universal.

Pelo que *foi*, Nietzsche pertenceu em muito a um passado que transtornou de loucura; mas pelo que *poderia ser*, a sua mensagem é uma canção ardente do futuro — dêsse futuro que se oferece à mocidade e que tanta mocidade recusa.

Somos ainda demasiadamente contemporâneos daqueles que nos cercam; e ninguém melhor do que Nietzsche nos ensina que ao sentimento da revolta e ao sentimento do desprezo — nascidos do nosso bom olhar que regressou à terra — deveríamos acrescentar um sentimento de distância em face da mentira e da destruição, odiosamente mascaradas de boa-vontade.

LISBOA, FEVEREIRO DE 36

ÁLVARO SALEMA

---

■ *Manifesto* agradece tôdas as referências que na imprensa lhe foram feitas e afirma o seu desejo de não vir a desmerecer de tudo quanto em seu favor se disse.

■ *Errata*: — No primeiro número de *Manifesto* há a fazer as emendas seguintes: na página 3, 2.<sup>a</sup> coluna, linha 30, saiu *precioso* em vez de *precioso*; e na página 12, 1.<sup>a</sup> coluna, linha 36, saiu *por fora* em vez de *para fora*.

O anjo branco da lua adormeceu  
na lagoa dos limos:  
Que insuportável mundo a que nós vimos,  
tendo asas do céu!  
Na lagoa dos limos,  
onde estava luar e a lua não esteve,  
as rãs coacham,  
os charcos encharcam,  
e o Luar é de neve.

## charcos ao luar

## versos brancos

Ai que me levaram, ai que me levaram  
a doida que eu criei ao peito:  
minha vida que sofreu tôdas as pênas,  
— ainda que inocente vida dum poeta  
muito amigo de flôres e de crianças.

A minha sombra é longa como o leito de um rio:  
Tenham cuidado os que vão de rio acima  
Porque só podem ir de rio abaixo.

A minha sombra é longa como a vela dum navio  
Que sai da barra para inhóspito clima,  
E em vão procurareis o que eu não acho.

## pará- bola

Em vão procurareis: que só em mim  
A minha sombra tem princípio e fim.

## goivos

Venha o momento eterno em que hei de ir,  
sereníssimo do céu, até ao túmulo,  
separar-me dos vivos:  
Venha o momento eterno  
de esmagar as corolas dos meus goivos  
— a flor pura das almas que entristecem.

AFONSO DUARTE

# MONÓLOGO

## A UMAS TANTAS

### DA NOITE

#### I

«— Se quisesse, podia apagar esta luz. Está aqui na minha frente e vem por um fio. Já esta fragilidade — estar por um fio — era o bastante para eu a poder apagar, se quisesse. Mas eu sou um pouco como as crianças e sei, por isso, o que representa apagar uma luz, demais quando ela surge de um fio que tem prêso um botão, pensado e feito para ser premido pelos dedos.

A luz — dizem — vem pelo fio; mas só começa onde acaba o fio. Para que serve então o fio? Os sábios é que sabem e já em tempos me explicaram tudo muito bem.

Entretanto, humildemente confesso que bastou convencer-me da certeza e suficiência da explicação para a pouco e pouco a esquecer. Hoje, encontro-me perante um facto que considero estranho, mas que me não perturba: acho natural que a luz venha pelo fio e só comece quando acaba o fio. Com algum esforço talvez eu chegasse a reconstituir a explicação dos sábios; mas isso não me tornaria o facto mais razoável; tornava-o apenas, de certeza, mais complicado. E' possível que em mim qualquer coisa se recorde, dando-me êste à-vontade a que não encontro alicerce. Não posso averiguar se é êsse o motivo, mas repugna-me aceitar que a naturalidade do caso esteja na minha ciência do caso. Agora, parados os eléctricos e a avizinhar-se o instante de começar o treino para a morte, o meu estado de espírito é oposto a êsse plano explicativo; cada vez me sinto mais levado a crer que a naturalidade pouco ou nada tem com ciência.

Acontece-me, como já sucedeu em outras noites, julgar que para os sábios as coisas não são naturais, que é pela mão da ignorância que se consegue a verdadeira naturalidade.

Uma pedra só existe como tal para um cabouqueiro, uma caixa com fósforos é uma coisa diabólica quando não está nos dedos torpes duma criada de servir. E a *outra* pedra, a que tem carbono e oxigénio, não será também natural? Nada me impele a demonstrar que não: neste momento, creio que é impossível e lembro-me que ontem de dia provei que não era lógico admitir outra naturalidade, pois que, além da confusão que isso traria, não pode haver duas naturalidades da mesma coisa. Até me recordo que ao acabar a demonstração fiquei, só para mim, duvidando se seria possível existir a mesma coisa. Dúvida foi essa que me fez resvalar para um terreno tão alagadiço, tão mole, que ainda me causa arrepios, embora sem ter presente nenhuma das razões que para lá me atiraram.

Conforta-me esta luz que brilha na minha frente e vem por um fio. Se quisesse, podia apagá-la, já disse. Agrada-me repeti-lo, talvez porque assim se me torna mais firme a impressão de que ela se não apagará, muito embora a insistência no apregoar dos meus poderes me cause certa angústia. Sinto que a raiz desta angústia se afunda na consciência vaga de que todo o possível o é imediatamente em dois sentidos opostos; logo, reconhecer a possibilidade de apagar a luz é também reconhecer a possibilidade de a não apagar. E não era isto o que me satisfazia; para não cair no fatalismo do necessário, eu queria uma possibilidade sem avêso.

E' nestas ocasiões que a palavra angústia que significa — aprendam lá!... — estreiteza, compressão, me sugere a imagem das máquinas de laminar.

Outra dúvida: e se eu não conseguisse o que julgo possível? Se, mesmo depois de cortar o fio ou calcar o botão, a luz ficasse imóvel na minha frente, brilhante, pura como a estrêla que Liliom trouxe no bôlso quando voltou do céu?

.....  
— «Não podia ser.»

.....  
Mas então isto não é um monólogo? Aqui, neste quarto, não estou eu apenas com vários objectos afogados na luz que brilha, serena? Quem me respondeu tão sêcamente?... Sim, percebo... Eu estava a pressentir alguém que me contradizia e por isso é que o monólogo ia tomando o ar duma discussão. E' possível que assim seja, o que só vem aclarar porque é que desde há tempos eu penso e ajuízo sob a forma de interrogações; explica-se porque é que muita vez, antes de adormecer, me lembro das razões opostas às que me são caras com a sensação de quem está a reconstituir o que lhe disse o argüente num exame...

Neste quarto há outros monologantes que interferem nas minhas meditações e astuciosamente as encaminham; também eu sou monologante, mas talvez o menos valioso no tumulto comum. Sinto-me levado, prêso duma fôrça que se dispersa e esgota em bastilhas trémulas, uma fôrça que tem a audácia impotente dos repuxos. Vejo agora a verdade com tanta lucidez que os problemas que a descoberta deveria fazer brotar se afogaram no brilho com que compreendo; nesta noite, que eu adivinho cinzenta e formando um halo à minha volta, só isto é claro. Não me distingo bem da luz que

(CONCLUI NA PÁGINA 10)

# A procissão

«Naquele ano os de Donelo armaram o andor de S. Brás. A festa da freguesia tem lugar em Agarez pelos 15 de Agosto; mas com o arraial, que é antes, feira de gado, comédias, etcétera e tal, começa aí pelos 11 ou 12 e monta até aos dezassete. É um festejo de nome, conhecido até Além-Doiro, e que mete uns cento e tantos anjos na procissão da Senhora.

Desgraçadamente, «a Donelo e a Agarez ide uma vez, e que não seja pelos vossos pés...»

Visitam-se quando vêm a enterrar e mesmo assim é um perigo para vivos e mortos.

Ainda aqui há tempos, na mortalha do vendeiro, por causa dum nada, foi tudo raso no adro. Dizem até que o padre nem benzeu verdadeiramente o defunto, porque o sacrista do João Podre pôs mijo na caldeirinha.

O andor tinha três lanços e representava a torre de Agarez... Aquilo era chega dos de Donelo, por causa dum relógio que já fez a infelicidade de muita gente. Aí estão as viúvas do Lourenço, do Gaspar e o pobre Sarranhico, arruinado para sempre com aquela facada na veia.

O armador foi o cara-de-lata do Ruivo da Magalhã, que se fôsse outro até se envergonhava de meter um Santo no sítio dos rodízios do relógio.

A procissão sai da igreja às 11 e meia e atravessa todo o povo antes de se meter pela serra acima.

Os de Donelo, se haviam de ajustar o andor pôsto em Agarez armado e pronto, não senhor: andaram a imprimir reportórios no quinteiro do Joaquim Teodoro, outro maroto que Deus haja, e só quando a procissão ia na fonte é que se ouviram foguetes nas alturas da Barrosa!

O Chichanas, um dos mordomos, chegou-se perto do pálio e resmungou: Aí vêm os de Donelo... Logo o Manuel da Tia, que pegava à vara dianteira, se pôs a suar em bica e a olhar de-soslaio o padre Capão que levava uma pistola de guerra no bôlso da batina e o Santo Lenho à altura do coração.

Os de Donelo entraram pelo caminho largo.

O andor bandeava, bandeava, que parecia um castanheiro em Novembro. Os rapazes da comunhão, assim que o viram, ficaram doidos e com opas e círios saíram da forma a berrar: Ih! com mil raios!...

A procissão ia andando. A música era de Magueija, neutral, e tocava o «Queremos Deus». As zeladoras do sagrado coração andavam numa dobadoira.

O encontro foi no eirô.

Como um odre, o farçola do Rodrigo adiantou-se alguns passos dos companheiros e, sózinho no meio da estrada, ergueu as mãos e gritou: — Pare a procissão!

O animal do Jaloto, que levava o estandarte, titubeou, pôs o mastro no chão e ficou-se a olhar pra trás e pra diante, lorpa de todo. As figuras foram parando também, é claro. O Chichanas, que andava numa fona, corre aqui, corre ali, dá água àquele da cruzada, dá vinho à Samaritana, quando deu com os olhos no patife de Donelo à frente da procissão e no Jaloto parado, perdeu a cabeça. Dum salto, chegou-se ao do pendão e berrou-lhe: — Adiante, grande bêsta, então tu páras?!

— Pare a procissão! gritou-lhe o outro.

— Qual pare nem meio pare! Rompe, cagão dos infernos! Rompe!

— Pare a procissão!

Já ninguém lhe pôde valer...

O Rodrigo caiu logo ali redondo com três facadas no ventre. O Pálio desfez-se num ai, porque viu-se logo que as varas eram precisas.

Os de Donelo, mal viram cair o de lá, foram como leões: atiraram o andor ao chão e romperam fogo.

Morreram sete pessoas. S. Brás ficou sem um braço e a Mãe de Deus esquadrihadinha de todo. De feridos nem é bom falar. Basta olhar para o Chichanas que ainda é vivo e tem uma cova na cabeça, tão funda, tão funda que as crianças, no inverno, tiram dela, com gravetos, aos quarteirões de pilhos...»

# Prometheu

**E**ncobre o teu céu, ó Zeus,  
Com vapores de nuvens,  
E, qual menino  
Que decepa a flor dos cardos,  
Exercita-te em robles e cristas de montes;  
Mas a minha Terra  
Hás-de-ma deixar,  
E a minha cabana, que não construístes,  
E o meu lar,  
Cujo braseiro  
Me invejas.

**N**ada mais pobre conheço  
Sob o Sol do que vós, ó Deuses!  
Mesquinamente nutris  
De tributos de sacrificios  
E hálitos de preces  
A vossa majestade;  
E morreríeis de fome, se não fóssem  
Crianças e mendigos  
Loucos cheios de esperança.

**Q**uando era menino e não sabia  
Por onde entrar nem por onde sair,  
Voltava os olhos desgarrados  
Para o sol, como se lá houvesse  
Ouvido pró meu queixume,  
Coração como o meu  
Que se compadecesse da minha angústia.

**Q**uem me ajudou  
Contra a insolência dos Titãs?  
Quem me livrou da morte,  
Da escravidão?  
Pois não foste tu que tudo acabaste,  
Meu coração em fogo?!  
E jovem e bom — enganado —  
Mandaste ao Deus que dorme lá no céu  
O mais quente louvor de salvação?!

**E**u venerar-te? E por quê?  
Suavizaste tu jámais as dores  
Do oprimido?  
Enxugaste jámais as lágrimas  
Do angustiado?  
Pois não me forjaram Homem  
O Tempo todo-poderoso  
E o Destino eterno,  
Meus senhores e teus?

**P**ensavas talvez  
Que eu havia de odiar a Vida  
E fugir para os desertos,  
Lá porque nem todos  
Os sonhos em flor frutificaram?

# Uma

# tra-

# dução

# de

# G Æ T H E



**P**ois aqui estou! Formo Homens  
À minha imagem,  
Uma estirpe que a mim se assemelhe,  
Para sofrer, para chorar,  
Para gozar e se alegrar,  
E pra não te respeitar,  
Como eu!

# O VERDADEIRO PERFIL DO PACIFISTA

E' filha da ignorância, ou da calúnia que suja como carvão, a tese que apresenta o *pacifista* como sinónimo de covarde ou de varão sem heroísmo.

Para certos críticos, o pacifismo seria espécie de roupagem faúlhante a encobrir um corpo ulcerado e verde de temor; ou — para utilizarmos o calão psico-analítico hoje tão em voga — espécie de *dispositivo ideológico* destinado a superar um escravizante e oculto «complexo de inferioridade». O pacifismo representaria, como afirmaria Nietzsche, uma atitude insincera e impotente de *escravo*. Pobre da grei que se deixa obnubilar pela oratória fascinante do pacifista, e não obtura, como Ulisses, os ouvidos com cera! Incapaz de ser forte e de lutar (lutar, sim!) o pacifista, que teme a vida e dela deserta, refugia-se no pacifismo como numa cidadela, e aí, posturando como apóstolo de olhos extáticos, semeia aos quatro ventos palavras de paz e harmonia.

Esta interpretação é errónea. Decerto: Há um pacifismo falso e perigoso, como há um amor falso e perigoso. Mas o verdadeiro perfil do pacifista não se assemelha a essa caricatura grotesca.

O pacifismo pressupõe auto-domínio, tensão permanente e lúcida, agrilhoamento do «instinto combativo» e sua sublimação em amor universal. Longe de ser débil e covarde, o pacifista é um forte moral, *um herói*. Só na aparência a calma do pacifista é sinal sintomático de fraqueza e temor; tal como a calma do asceta, a sua sinceridade resulta dum *trunfo* constante da Razão esclarecida e mesurada sobre o Instinto cego e bruto. Porque repare-se: o pacifista *segue sempre a linha da maior resistência*.

O fácil para o homem não é remar, e entre ventos desencontrados, contra as correntes vivas da maré, mas sim deixar-se arrastar, como pedaço inerte de cortiça, ao sabor da natureza.

Que pretende o pacifista? Organizar *juridicamente* a paz universal; estabelecer entre os povos

em dissídio um *jus cosmopolitanum*; sobrepôr aos particularismos nacionais a unidade do género humano; jurificar a fôrça; subordinar o biológico ao ético. Ora para realizar esta faina, quanto labor e coragem, quanto idealismo e nobreza! Há que saber triunfar instante a instante sobre os mil obstáculos que dentro de nós próprios brotam; há que saber triunfar instante a instante sobre os mil obstáculos que do real periférico veem; há que disciplinar e vencer o mundo *interior* e o mundo *exterior*.

O pacifista é, pois, um guerreiro... da paz; cumpre um mandato; exerce uma «campanha» de fraternização. «A paz — escreveu Espinosa — não é a ausência da guerra; é uma virtude que nasce da fôrça da alma». Aí está! Viu bem o filósofo. A paz é uma *virtude*; ora qual a virtude que, por definição, não pressupõe fôrça anímica, *libertação* varonil do eu em relação a tôdas as seduções terrenas, *via purgativa* de todos os apetites irracionais? Qual? Virtude vem de *virtus*, e *virtus* de *vir*, varão. Se a paz é uma virtude, o pacifista é um virtuoso, portanto, um forte, um varão de alma.

E não se afirme que o verdadeiro pacifista foge da guerra! Teme-a, sim (e quem não a teme, a essa guerra moderna tão espantosa de técnicas mortíferas?) mas não foge dela. *Temer* não é fugir. O heroísmo não está em se não sentir temor e medo (o medo é, em certas constituições individuais, uma reacção fisiológica inevitável, um reflexo espontâneo, mecânico; «tu trembles, carcasse?»; dizia Turenne) mas em se saber vencer ou superar o medo. A missão do pacifista é, por assim dizer, idêntica (mas não igual em altitude ética) à do médico *higienista*. Que pretende o higienista? Conservar a saúde. Para isso luta a cada instante, mediante o livro, a conferência, o exemplo e a lei, contra tôdas as ciladas morbígenas; procura organizar, pacientemente, as condi-

ções científicas da salubridade. Suponde que, apesar de tudo e de todos, estala uma epidemia. Que vai fazer agora o higienista? Abandonar a urbe? Desertar do campo de batalha onde as vítimas tombam às dezenas? Não. Ele não quizera a peste; temia-a; lutara contra ela; procurara preveni-la, tecendo-lhe em redor um ambiente hostil. Mas perante a brutalidade implacável do facto, há que «guerrear» o micróbio, e vencê-lo. O mesmo realiza o pacifista. Este não ambiciona a guerra; procura evitá-la, preveni-la por todos os meios jurídicos e éticos. Mas se o conflito armado, que viola a lei internacional, se desencadeia, que fazer? Lutar, mas repare-se: lutar dentro de certas e definidas condições de *humanidade*. Lutar, tendo sempre pre-

sente na consciência que o escôpo imediato da guerra é a *paz*, e não o jôgo frenético e irracional de forças brutas. A guerra deve então aparecer como um mal diabólico, um instrumento barbaresco «fora da lei» que urge substituir pelo império criador do direito puro. Se o médico higienista leva até ao cabo, e sem rodeios, a «guerra» contra o micróbio, e o suprime radicalmente, o pacifista coerente não pode olvidar que os homens não são micróbios que se destruam com ondas de gazes asfixiantes ou mediante projectores de chamas a dois mil graus, e que a força material não é argumento que persuade o espírito; só o espírito pode organinar a paz, porque a paz, como escreveu outrora Espinosa, é uma *virtude* que nasce da força da *alma* e só dela.

COIMBRA.

SÍLVIO LIMA

(CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 6)

diante de mim continua perfeita e calma; por uma coisa de nada, por um fio, perde-se nesta luz uma estrêla...

Observo perfeitamente os que aqui dentro falam e discursam, talvez que sempre os conhecesse, mas, lá porque não lhes concedia a palavra, supunha-os inertes e sem voz. Eles falavam, concordo, mas eu julgava que era todos êles e que, para além do que eu era, existia um resto que se chamava tábuas, vidros, livros e caixas de madeira, dormindo sob a luz serêna que brilhava no alto. A minha pequenez alimentava-se com esta rica megalomania. Nunca me admirei de pensar uma coisa quando olhava para um livro aberto e outra quando olhava para os vidros da janela, nunca foi para mim um problema a existência dêsses objectos diferentes e vários em contraste com a minha permanente identidade perante êles. Quando muito, humildava-me o suficiente para aceitar que talvez êles actuassem sobre os meus sentidos, modificando-me insensivelmente por influências naturais (aos senhores sábios, que sabem o que são dificuldades, peço a tradicional benevolência para esta expressão anti-científica...), o que tudo vinha a dar em conhecimentos que deixavam inalterada a minha essência.

Sim, é isto, eu considerava-me para tal efeito como estátua de mármore que os olhos não conseguem desgastar por mais que a olhem. A acção do exterior sobre mim que conhece traduzia-se em conhecimentos, nunca em alterações do que em mim conhece.

Mas agora ensinaram-me que não é isso, agora tenho aqui à minha roda, como nos contos de fadas, a caixa de madeira, a estante, a caneta que parece um ponto de admiração, dispostas a falar de si próprias e a demonstrar que não serei o mesmo se elas não existirem, que sou diverso

quando as percebo diversas, que vario quando elas variam. Sinto que esta descoberta é o terramoto da minha personalidade; e esta idea é insupportável. Tenho que me impor, obrigando-as ao silêncio e à existência morta de outrora, se não tudo se vai confundir e a luz que brilha no alto será daqui a pouco como a primeira Luz criada por Deus para alumiar o cáos. Deixemo-nos de transigências: as coisas, afinal, estão a dialogar comigo porque são criações minhas, talvez que eu seja um fala-só, um dialogante com os meus fantasmas, mas com os *meus* fantasmas, reparem bem!

.....  
Não é assim?... Bem sei, bem sei que esta ciscalhada em que estrebucho há-de ser arrastada e assentar, bem sei que o meu espírito voltará à sua categoria de água limpa com um centímetro de lodo no fundo; eu sei tudo isso, até sei os nomes dos que mais agitaram a água. Mas os nomes não resolvem coisa alguma: quando é que um rótulo foi um medicamento? Resta-me a luz... Mas a luz muda e fria que me envolve para que serve, de que me vale? Disfarça-me, como a cal branca disfarça uma parede a esboroar-se, nada mais. Fica à superfície, nos olhos, e os meus olhos são à flor do rosto. Esta ou outra, a luz não basta, consegue às vezes cegar mas isso também não basta. Ainda mesmo na estrada de Damasco foi preciso que a Voz falasse para a estrada ficar clara...

O mal é que de tudo o que à minha volta tem palavras — a caixa, os livros, a estante — nada me interessa que fale. Que importa tudo isso? A luz é que eu queria que falasse, a luz é que eu queria com voz para que as palavras fôsem claridade penetrante e iluminassem por dentro, pois é por dentro que eu sou escuro!...

CARLOS SINDE

# P A N O R A M A

## A propósito de "Tá Mar,,

Que o povo, o povo classe social e, entre as diferentes classes sociais, aquela que mais baixo se escalona, seja capaz de oferecer fartos e valiosos temas aos homens de teatro, — eis o que, por tão evidente ser, a ninguém causará surpresa ou espanto. Nele, em quem ainda não conseguiram fixar raízes as mil maneiras de dissimulação e cálculo das classes ditas superiores, a alegria é naturalmente alegre, o amor é naturalmente devotado e forte, a dor é naturalmente violenta e sinceramente sentida. Mas, o dar-se assim o povo ao dramaturgo, como fôrça em sua primitiva humanidade, como vida em sua espontânea simplicidade, tem levado a que, entre nós, êste último caia num de dois equívocos infelizes.

Na verdade em frente do povo, os nossos dramaturgos, quási todos de formação burguesa (há sempre que admitir excepções possíveis), ou se limitam na apreensão literária dos sentimentos, ou escorregam na sedução exterior do pitoresco.

E não se julgue que minto ou exagero. A sustentar-me no que digo aí estão, espalhados na nossa literatura teatral, os casos inúmeros da prostituta que se desunha em sacrificios heróicos, do marceneiro que afoga em fado a sua grande desventura, dos camponeses que proliferam seus beijos ternos sob a cumplicidade fácil do marulhar de águas cantantes, etc., etc., etc.; — como aí estão ainda os cenários espantosos a quem só falta falar, os interiores mais parecidos do que o próprio original, os vestidos de minhota, o *v* trocado por *b*, a candeia e o fuso, a guitarra e o anzol, etc., etc..

Ora nada de isto pode merecer louvor porque tudo isto é, em boa verdade, muito pouco. No primeiro caso temos claramente um equívoco que leva a uma falseação; no segundo caso, um equívoco que se confina numa evidente insuficiência. E desde já podemos afirmar que do exagêro do primeiro equívoco nasceu certo tipo ignóbil de opereta hoje em período de perigoso renascimento, assim como do segundo equívoco nasceram e nascem peças tal o *Tá Mar* de Alfredo Cortez.

A origem do mal não será difícil de localizar, tanto mais que o duplo equívoco se unifica no ponto necessário para que uma só explicação baste a ambos. Com efeito, ela reside na simples curiosidade do dramaturgo, senhor repimpado quási sempre ausente do verdadeiro e necessário interêsse. O povo é para êle uma entidade estranha. Como entidade estranha, é simples espectáculo ou filão a explorar. Existe como *motivo*; não como solicitação. Daí que só exista para o dramaturgo através da sua curiosidade.

Mas é evidente que ver o simples *motivo* ali onde um conflito se agita e onde portanto o dramaturgo deveria mergulhar, nada mais pode dar do que total falhanço ou incompleta reali-

zação. E por isso, diga-se de passagem, as peças portuguesas de ambiente burguês (banqueiros, mulheres da alta, canalhas, *escrocs*, um ou outro honesto, etc.), são quási sempre mais fiéis.

Não basta, pois, que o homem possuidor da técnica ou... carpintaria teatral (extravagância a que em Portugal se usa chamar — um dramaturgo), se debruce sôbre certo meio para que êsse meio se lhe dê em tôda a sua verdade. Não basta que o motivo fira os olhos do dramaturgo sem que, ao mesmo tempo, neste sejam acordadas tôdas as suas possibilidades de amor. Em síntese: a diferença entre o dramaturgo do povo e os nossos dramaturgos do povo está em que o primeiro é *um homem no meio dos homens* enquanto o segundo é o *homem que se debruça* do miradoiro da sua distância.

\*

Um exame, tanto quanto possível completo, de *Tá Mar*, a última peça de Alfredo Cortez, representada no Teatro Nacional de Lisboa e já saída em volume, tem de incidir não só sôbre aquilo que ela realmente é, mas ainda sôbre aquilo que, na intenção do seu autor, ela deveria ser. E então, feito o balanço e definida a peça, fácil é de concluir que ela se filia no já referido equívoco que leva à insuficiência.

E' certo que Alfredo Cortez, sempre tão desejoso de enfrentar conflitos sérios, procurou ali ultrapassar o pitoresco para, embora não o esquecendo e antes valorizando-o, se erguer às alturas duma luta forte. O já longo martírio da Maria Bem, tão devotada ao sonho do desejado lar que não possui, batendo forte contra o sortilégio do mar que domina o Lavagante, é, na verdade, enquanto reduzido a estas linhas mestras, qualquer coisa de que pode nascer um drama do nosso povo pescador. Mas o vê-lo assim obriga a cair no símbolo; e na peça de Alfredo Cortez nada ou muito pouco há que permita a incarnaçãõ simbólica do lar e do mar nas personagens da Maria Bem e do Lavagante. E' aqui que reside afinal o ponto fraco da peça: — o conflito é demasiadamente amplo para poder ser reduzido à acção que o não comporta. O símbolo é, e por isso que o é, a expressão duma generalidade; ora não pode ser entendido como opposiçãõ de símbolos aquilo que, na própria peça, se revela excepcional. Excepcional, sim: porque a Maria Bem é uma mulher como as outras e, sendo-o, nunca encontra confôrto comparando o seu caso com o das outras mulheres. Pelo contrário: o seu caso é único e, por via disso, é ela reconfortada pelas outras mulheres que sentem o seu drama como drama estranho.

Temos portanto de reduzir o Lavagante à sua própria humanidade. Lavagante é um homem

para quem o mar é tudo. Mas então começa a soar falso o conflito, pelo que de pensado sobre êle nos revela tudo quanto diz a Maria Bem. Por êste lado tem sem dúvida muito mais realidade o caso da Lianor e tudo o que, dêste caso, na Maria Bem se reflecte. Mas aqui, aqui onde o conflito, posto que banal, se me afigura mais adequado às possibilidades do meio e da acção, um inútil desejo de definir situações ou de extrair moralidade, prejudica, pelo que tem de intelectual e directo, o que pela acção e só por ela devia ser sugerido, isto é: o amor incontido e não resignado da Lianor pelo marido da Maria Bem. Ora a peça não nos dá isto de modo convincente; antes, por muito tempo, aquela se nos afigura, não uma possessa do amor, mas uma desavergonhada vulgar,— impressão que, de resto, Maria Clementina, sua intérprete, teimosamente pretende fixar em nós. Só quasi no fim, passado o perigo do naufrágio que o desvairado gesto da Lianor poderia ter tornado mais trágico, é que a certeza da existência dêsse amor nos é dada—e então com o mote oferecido pelas *vistas largas* da Maria Bem, mote de que a pequena Rosa, raciocinante e conceituosa, logo se socorre num final de frase repenicado. E é pênna isso. Bem conduzida a acção por êsse lado, mais verdadeiro e mais humano a-pesar-de menos original, *Tá Mar* ficava como peça perfeita no género em que o seu autor terá pretendido enquadrá-la Assim...

\*

Longe de ser a peça que a Nazaré tem o direito de requerer dum dramaturgo *interessado* com a vida e não apenas *babado* com o bonito, *Tá Mar* fica como documentário, ainda assim notável, da vida

heróica dos pescadores. E' certo que assim se atira a acção para um plano secundário, precalço que vai contrariar as intenções de Alfredo Cortez. Mas, de boas intenções está o inferno cheio e, se elas foram iludidas, ficam ao menos, como bom prémio de consolação, pormenores felizes, cenas flagrantes, frases lapidares. Sirva ao menos isso para justificar o clamoroso elogio da nossa critica official. E sirva isso também de pretexto para que possamos pedir mais *amor* pelo povo e menos *caridade* para com os humildes aos senhores que em Portugal têm como profissão ou sub-profissão — fazer teatro.

\*

A companhia do Teatro Nacional deu à peça de Alfredo Cortez uma interpretação que bem merece especial referência. E não admira: Palmira Bastos, Adelina (mas para quê o exagêro, a caricatura, senhora?), Amarante, e outros, são capazes de fazer coisa de algum jeito. Há porém que destacar três nomes: Maria Lalande, Amélia Rey-Colaço e Robles Monteiro.

Maria Lalande é o grande papel de *Tá Mar*. Tudo o que faz é mais do que bom porque é perfeito. E, diga-se: Como a seu lado Amélia Rey-Colaço é insignificante, com a sua pronúncia martelada e chata, as suas frases monocórdias e enfadonhas, os seus olhos arregalados e o seu todo de *senhora fina* que se vestiu de mulher da Nazaré!...

A Robles Monteiro ficou o público devendo um grande favor: o de ter aparecido apenas em duas ou três cenas sem importância. Obrigado, Robles Amigo, obrigado. O senhor é decididamente o que se chama um camaradão...

A. N.

---

## U M D E P O I M E N T O . . . . NOVOS E VELHOS

O problema da incompatibilidade de velhos e novos parece à primeira vista debatido, gasto e rotineiro; para alguns é questão já sem sentido entre a «irreverência desvairada da juventude» e a «fecunda experiência da velhice»; para outros é necessidade natural de afirmação das energias mûças opondo-se às energias cansadas; para muitos é apenas demonstração de snobismo que orienta e define todo o élan da mocidade verdadeira.

Tôdas estas interpretações são erradas, são pelo menos superficiais e falsas, mas a culpa de que o problema seja visto de tais maneiras é mais daqueles que saiem à liça dizendo-se novos do que dos outros que depois de os ouvirem os interpretam assim.

Certas proclamações de «novos» — ou pseudo-novos — afirmam apenas opposição sistemática ao «formal do velho» e afirmam quasi sempre sem razões nem argumentos; proclamam irreverência

e desordem apenas por amor da própria irreverência e da própria desordem.

Tal attitude platónica é apenas prejudicial à verdadeira luta da mocidade, porque lança nevoeiro e poeira sobre o substratum da nossa vida, sobre os verdadeiros problemas agónicos do nosso momento, transformando a nossa ânsia titânica de «renovação» — *honny soit qui mal y pense* — num turbulento lirismo de palavras sem sentido.

A irreverência lírica e romântica «pode ser simpática» porque é no fundo inocente e ingénua mas é sempre estéril, quasi sempre insensata e infantil.

E' preciso que as palavras de inadaptação que os nossos vinte anos nos fazem bradar aos quatro ventos tenham apenas o sentido do S. O. S. e que para além das nossas afirmações de irreduzibilidade haja fôrça mûça, equilibrada e séria, capaz

de impor aos valores caquéticos defendidos por forças muito superiores às nossas os valores da nossa idade e do nosso momento que formam a nossa cultura no sentido vivo e integral que esta palavra tem.

«A decantada fecunda experiência dos velhos» — no fundo é apenas comodismo, egoísmo e inferioridade — será muito fácil de combater se nós soubermos racionalizar a nossa irreverência, pondo-a ao serviço das nossas razões e dos nossos problemas e não pondo os nossos problemas e as nossas razões ao serviço da nossa irreverência.

Não é pois só irreverência, a irreverência é apenas um meio para alcançar um fim.

Também não é substituição de energias velhas pelas energias mças, porque entre nós que somos conscientemente novos e os outros que forem conscientemente velhos não pode haver solução de continuidade possível, porque nós não seremos apenas pacíficos sucessores, nem iremos sacrificar as nossas energias ao serviço de ideais e de valores que cheiram a podridão e a bafio. Compreendemos que é cómodo aceitar essa solução pacífica e simples como produto do inevitável e do natural, mas o que pretendemos também é declarar sinceramente que tal conclusão não é verdadeira.

Não, meus senhores, nós não poderemos seguir jámais os vossos caminhos porque temos os nossos.

Quanto à afirmação de que a atitude dos novos é puro snobismo, é lugar comum balofo e vazio que não merece sequer a consideração de um comentário.

O problema não é pois tão simples, excellentíssimos senhores, nem tão gasto, embora pareça já há muito resolvido pelo genial e consagrado Monsieur de La Palisse.

Tais interpretações são erradas porque são unilaterais e desprezam as causas determinantes das acções e das reacções humanas.

Não é só irreverência desvairada e pretenciosa, nem pacífica sucessão de forças e energias; o

que sobretudo nos interessa é o momento universal que vivemos, os dramas de que fazemos parte, os problemas que devemos resolver, as crises que sofremos, o embate com todo o mundo exterior a nós mesmos que determinam a nossa acção e limitam a nossa vida.

Nós temos o nosso momento histórico e ser novo é compreendê-lo, é sofrer as angústias e gozar as possíveis alegrias que o imperativo do temporal e do espacial nos dá, é procurar afirmação para as interrogações que o meio nos põe, é lutar pela vida, não sómente o banal e limitado «struggle for life» mas a luta pela verdadeira vida que não é essa que nos deram para viver.

Nascemos numa hora ensangüentada, numa época em que os homens morriam mais do que nasciam, esquecidos da própria vida, roubados de tôdas as forças morais e intelectuais, esfarrapados e podres nos buracos das granadas, tal como no-lo dá a visão histórica de Remarque. Dessa hecatombe sinistra nada lucrou a Humanidade; da grande guerra nada saiu de novo, embora muito se esperasse.

A Grande Guerra deveria ter posto fim a uma civilização, e não pôs; em nome dos mesmos valores que a desencadearam reuniram-se os representantes dos povos para fazerem a paz, a paz armada em que temos vivido.

A velha civilização aí está!...

Agravaram-se apenas os seus males, as suas mazelas e os seus vícios e nós os homens de hoje é que sofremos; por isso é sobre nós que pesa a missão de realizar aquilo que os outros não realizaram.

Parece que o problema está pôsto com clareza, a questão de velhos e novos é esta: Velhos são aqueles que ainda vivem do outro lado da grande guerra e os novos são os outros.

A questão dos velhos e novos não é pois uma questão de idade, é uma questão de cultura, de inteligência e de sensibilidade.

COIMBRA, FEVEREIRO DE 1936

ANTÓNIO RAMOS DE ALMEIDA

## Variação em ré menor

No primeiro número desta revista publicámos uma nota em que, comentando um artigo dum jornal de Lisboa (*Revelação*), procurámos vincar a nossa negativa irredutível perante a proposta de atribuição unificação da juventude, apresentada no referido artigo. Tanto quanto isso nos foi possível, procurámos na altura, não definir rigorosamente um caminho, mas estabelecer, em linha geral e breve, o que sobre o caso pensávamos.

Viram alguns na pobre nota, não sabemos por que lamentável carga de água, pérfidas e segundas intenções ou, quando menos, intenções ruins e facadinhas subreptícias; mas tudo isso tinha de estar por força longe de nós numa altura em que, pretendendo marcar posições, nem por isso queríamos abdicar da atitude serena e compreensiva.

Acharam outros confusa ou, quando menos, pouco explícita, a mesma pobre e bem pouco exigente nota; e estes não podiam deixar de causar-nos espanto, uma vez que o seu ataque se dirigia a qualquer coisa de que nós não cabia evidentemente a culpa.

Enfim: tudo isso, intenções mais farejadas do que encontradas e o resto que para o caso não vem agora, — tudo isso passou e depressa há-de ser esquecido. De-resto, ao iniciarmos a publicação da revista, logo pensámos em que mais do que uma vez teria de ser nosso o gesto sabido de Pilatos. Seja esta, pois, uma dessas muitas vezes... E adiante...

A terminar o comentário que provoca esta nossa reincidentia, escrevemos as seguintes sintéticas palavras: — «A unidade exige uma única

posição concreta. O resto é lirismo». Passe a teimosia, mas tal como quando as escrevemos, ainda hoje seríamos tentados a escrevê-las.

Constituímos um núcleo de gerações para o qual o drama da vida, de simples fome ou *chômage*, se fez drama da cultura. Colocados, sob todos os pontos de vista, na parte mais ocidental da Europa (que Almada nos perdoe o pouco rigor geográfico), compete-nos, a nós, gente nova dêste país, não desenvolver uma cultura já sorvada, não também aproveitar essa cultura na «apagada e vil tristeza» da sua decadência; não ainda destruí-la com simples, cego gesto destruidor, — mas criar, animar, vivificar uma cultura nova.

Temos uma missão, missão que nos é conferida pelo nosso iniludível e inalienável direito à vida. A nós compete mostrar e, mais do que mostrar: provar que somos capazes de realizá-la. Mas essa missão que a história, na sua dialéctica inexorável, nos confia, é a de destruir criando e de matar vivificando. Será por isso bem pouco se nos quedarmos na destruição. Os garotos é quem quebra apenas os vidros; e mal vai à juventude se não fôr capaz de ir além da garotice.

Ora, do que fica dito se pode desde já concluir que, para nós, a destruição deve estar pre-ordenada por um sentido construtivo; que, quando preconizamos a ruína da cultura actual, em pensamento temos logo realizado o esquema da cultura nova. E' agora ocasião de dizer que nos batemos por um novo e verdadeiro Humanismo. Não nos satisfaz portanto o negar a consciência do mundo de hoje; interessa-nos sobretudo tornar possível uma consciência nova para todos os homens. E' a isso, é a uma integral consciência de todos, que em verdade aspiramos.

Disse Waldo Frank que «viver na acepção dócil e total da vida, aquiescer a tudo o que o nosso sangue execra, é também morrer». Eis uma frase que, partindo de alguém que pelo pensamento e pela acção está muito e muito longe dêle, podia ter sido escrita pelo autor do citado artigo do jornal lisboeta. Mas é evidente que, como já vimos, isto é pouco; e é por ser pouco, é porque vamos mais além, que só podemos pensar em unir-nos com quem estiver para além. Numa palavra: não nos basta não morrer: queremos também renascer.

Desejamos o advento dum novo Humanismo, humanismo que julgamos possível sob o lema duma constante e igual dignificação de todos. Que êle pode ser atingido, muito há que no-lo afirme já em pensamento e em experiência. E aí, onde se combate *contra* e onde se combate *para*, e onde se combate *contra* porque se combate *para*, todos que o desejarem nos podem encontrar. Fora de aí, á beira dos lagos plácidos, só compreendemos serenatas á lua. Por nós, decididamente confessamos que não temos vozes de tenor. Tenores, há muitos, por exemplo, na Itália. Talvez não pareça mal o recomendar-lhes que tenham cuidado com a *garganta*.

Uma outra breve e modesta nota, a que pusemos o título, porventura demasiado rígido e inex-

pressivo, de *Posição*, também não conseguiu de parte dos seus leitores aquela compreensiva boa vontade que a nossa boa fé nos levava a desejar — e a esperar. Queriam-na alguns (os histéricos do definitivo), esculpida no mármore eterno da *última palavra* sobre o caso; queriam-na outros (os nostálgicos das evidências, tão afastados êstes da realidade), mais cristalina, directa e persuasiva; outros ainda (sim, os inevitáveis *outros*), a consideraram, com desprêzo altivo, coisa chocha, insignificante e inútil. Mas já nada disso nos pode causar espanto. Se alguma convicção agora temos, essa é a de que todos quantos por um ou por outro motivo a censuraram, do mesmo modo a teriam censurado se acaso ela se aproximasse do que afirmam a todos os títulos preferível. E, de-resto, tivemos até a dolorosa satisfação de verificar que as pedradas contra nós vieram exactamente daqueles a quem ela mais queria atingir e a quem mais desprezamos, isto é: — os senhores narcisistas. Enfim: mais uma vez e pela última vez — adiante.

Através da referida nota procurámos, num convite já de antemão considerado quixotesco, chamar os homens cultos do nosso país ao cumprimento do dever social que lhes incumbe de exprimir para tôda a gente o que possivelmente pensam ou guardam dentro de si.

Parece-nos na verdade espantoso que, sendo o nosso um país cuja cultura tanto tempo se modelou pela francesa, nele se não tivesse aproveitado o que de mais nobre e de exemplar irradiava da França. Queremos referir-nos à consciência que da sua missão de *clerics* tinham os *clerics* dêste país.

Encontramo-nos por isso em frente duma *élite* desautorizada que, não contente com a cómoda assimilação passiva das conquistas do pensamento estranho, ainda por cima se queda na simples conversa com o que nela há de mais fechado: — os seus botões. Ora era contra isto que pretendíamos reagir.

Queríamos (e queremos) que os homens que entre nós se dizem cultos, a si próprios se não degradem e desautorizem. Queríamos (e queremos), que nos provem que em verdade o são. Queríamos (e queremos) que, lutando pelo respeito a uma cultura verdadeira, não a abandalhem em reles serviços de conta própria.

No século XIX o escritor era conhecido por *escritor público*, facto tanto mais de assinalar quanto é certo êle implicar a alta consciência duma nobre missão. Porém, com a queda no narcisismo estúpido e estéril, êsse conceito admirável, velho de pouco mais de trinta anos (uma eternidade...), a pouco e pouco foi esquecendo.

O resultado, aí o temos: — os homens de ciência não escrevem ou pouco escrevem; os jornalistas desertaram das ideas para se dispersarem pelo *fait divers*; os artistas engaiolaram-se em si mesmos; a Academia das Ciências entretém-se no jôgo de prendas do elogio mútuo (tática que o sr. António Ferro já um dia defendeu), — e todo o resto infelizmente assim e sempre a dobrar.

Mas, hoje mais do que nunca, é preciso transformar o mundo e não apenas explicá-lo. Chegá-

mos ao ponto em que a *massa*, cuja rebelião é cada dia mais consciente, tem o direito de exigir dos homens cultos — obras. Passou a época das classes privilegiadas para dar lugar à época da comunicação.

Pois bem: na nossa nota do número 1, quise-  
mos ser o porta voz do anseio da massa, anseio  
que quer encontrar uma *resposta* nos homens do  
pensamento. Essa resposta é o pensamento feito  
acção.

Senhores: a vossa pênna deve ser uma coisa  
séria. E é isso afinal que vos pedimos: a serie-  
dade que a consciência da vossa missão vos deve  
dar e vos tem de dar. Que se riam de nós os que  
se perdem nas regiões inacessíveis. Que êsses  
subam cada vez mais alto. Quanto mais alto  
subirem, maior será a queda. E quanto maior  
fôr a queda maior será também o estoio.  
Ou companheiros da vida — ou convidados da  
morte.

---

# A O B R A D E A R T E

*Dum discurso de*

ANDRÉ MALRAUX

Muito se falou aqui em manter a cultura. Mas  
o que de mais forte talvez possa sair dêste con-  
gresso, é que êle nos faça compreender que não  
é assim que a questão deve ser posta.

Eu me explico.

Quando um artista medieval esculpia um cru-  
cifixo, quando um escultor egípcio esculpia as  
figuras dos duplos funerários, criavam objectos a  
que podemos chamar feitiços ou figuras sagradas,  
e não pensavam em objectos de arte. Nem  
mesmo teriam concebido que isso pudesse existir.  
Um crucifixo existia para o Cristo, um duplo  
para um morto; e a idea que se pudesse um dia  
reuni-los num mesmo Museu para estudar os seus  
volumes ou as suas linhas não a teriam êles  
podido encarar senão como uma profanação.  
No Museu do Cairo, num armário fechado, há  
algumas estatuetas. São as primeiras figuras de  
homens. Até então não se conhecia senão o  
duplo, noção muito mais clara, o duplo que  
abandona o homem no sono antes de o deixar  
na morte. Quando por lá passei, um visitante  
media na minha frente as suas formas e eu pensei  
na vertigem que se teria apoderado daquele que  
as esculpira, se tivesse podido adivinhar que viria  
a tornar-se problema artístico o momento em  
que, algures junto do Nilo, por volta do terceiro  
milénio, um escultor desconhecido dera pela  
primeira vez forma à alma humana.

Tôda a obra de arte é criada para satisfazer  
uma necessidade, mas uma necessidade com pai-  
xão bastante para lhe dar origem. Depois a  
necessidade retira-se da obra como o sangue  
dum corpo e a obra inicia a sua misteriosa trans-  
figuração. Entra no domínio das sombras. Só a  
*nossa* necessidade, a *nossa* paixão a farão sair  
de lá. Até ali ela ficará como uma grande está-  
tua de olhos brancos, perante a qual desfila um  
longo cortejo de cegos. E a mesma necessidade  
que levará à estátua um dos cegos, faz-lhes  
abrir os olhos aos dois ao mesmo tempo. Basta  
recuar cem anos para que tantas das obras, de

entre as que nos são mais necessárias, sejam as  
mais ignoradas; duzentos, para que a própria  
definição da máscara seja o sorriso radioso e  
crispado do gótico. Uma obra de arte é um  
objecto, mas é também um encontro com o  
tempo. E eu bem sei que fomos nós que descobri-  
mos a história. As obras que passavam do amor  
ao sotão podem passar do amor ao museu, mas  
isso não remedeia nada. Tôda a obra morre  
quando o amor a abandona.

E todavia, há um sentido neste grande movi-  
mento. Arte, pensamentos, poemas, todos os  
velhos sonhos humanos, se nós temos necessi-  
dade dêles para viver, êles têm necessidade de  
nós para reviver. Necessidade da nossa paixão,  
necessidade dos nossos desejos, — *necessidade  
da nossa vontade*. Não existem como os móveis  
dum inventário de defunto, mas como aquelas  
sombras que esperam avidamente os vivos nos  
infernos antigos. Quer o queiramos quer não,  
somos nós que os criamos ao mesmo tempo que  
nos criamos a nós próprios. Pelo próprio movi-  
mento que o faz criar, Ronsard ressuscita a  
Grécia; Racine, Roma; Hugo, Rabelais; Corot,  
Ver-Meer e não há uma única criação individual  
que não esteja impregnada de séculos, que não  
arranque consigo grandezas adormecidas. A  
herança não se transmite: conquista-se.

.....  
Tôda a obra de arte se transforma em sím-  
bolo e signo, mas nem sempre da mesma coisa.  
Uma obra de arte é uma possibilidade de reincar-  
nação. E o mundo secular não pode perder o seu  
sentido senão na vontade presente dos homens.

Trata-se para cada um de nós de recriar no  
seu domínio próprio, por sua própria busca,  
para todos aqueles que se procuram, a herança  
de fantasmas que nos cerca; — de abrir os olhos  
de tôdas as estátuas cegas — e de transformar,  
de esperanças em vontades e de Jacqueries em  
Revoluções, a consciência humana com a dor  
milenária dos homens.

---

*Número visado pela Comissão de Censura*

romancista vivo e o legítimo representante da cultura alemã,—que tudo isto, dizemos, insignificâncias que não cabem na grandeza rática do espírito (?) nacional-socialista, . . . pudesse limpar o escritor da mácula de ter uma mulher judia! Não! meus Senhores! — Lá se diz no drama Schlageter do Sr. Johst: «Quando oiço a palavra *cultura*, destravo logo o revólver!»—Tudo se paga neste mundo, e nada justificava a situação privilegiada dêste Sr. Mann na Alemanha de hoje, permitindo-se ainda o aparecimento e circulação dos seus livros em vez de os deitar à fogueira juntamente com os do seu irmão Henrique. Grande e horrível crime, isto de ter cabeça própria e coragem de usá-la para o seu fim natural! — E depois, não foi êste mesmo Sr. Tomás Mann que, após o glorioso triunfo de 14 de Setembro de 1930, se atreveu a descer à praça pública, tentando chamar à razão a burguesia alemã de que saíra? . . .

Não, Senhor Mann! Não queremos continuar a envenenar o nosso povo alemão com êsses produtos da sua pena *industrial!* E não continue a conspurcar a nossa bela língua, atrevido-se a escrevê-la quasi tão bem como Goethe, ouviu? — Ela não se fez para indivíduos da sua laia, Senhor Tomás Mann! Quem, através daquilo que o senhor escreveu ou venha a escrever, — mesmo ligando-o ao passado da cultura alemã de que dizem ser o Senhor um continuador — julgue ter aprendido a amar a Alemanha e o que há de belo e de eterno na sua cultura, está redondamente enganado. Nós é que somos a verdadeira Alemanha! E quem o não acreditar. . .!

Depois, o Senhor teve o desplante de, esquecendo o que devia ao seu ofício de artista, — só para ter pé de nos difamar, a nós, nacionais socialistas que nos estávamos preparando para salvar a Alemanha! — vir dizer, entre outras enormidades, coisas como estas que se encontram nesse seu discurso de 17 de Outubro de 1930:

«Não sou partidário do activismo social implacável, e não desejaria, com êle, ver na Arte, no Belo-Inútil, um ócio individualista, cuja inactualidade quasi o reduz à categoria do criminoso. . . Há contudo horas, momentos da vida de comunidade, em que tal justificação da arte falha praticamente; em que o artista intimamente não pode avançar, porque os pensamentos imediatos da vida repelem a idea de arte, e a opressão crítica da comunidade o abala também de tal forma que a concentração veemente no humano-eterno que se chama arte ganha na realidade o cunho temporal do luxo e do ócio e se transforma em impossibilidade da alma» . . .

**F**indos os dois anos e meio de prisão a que fôra condenado por crime de «alta traição» pelos tribunais do seu país, entrou há pouco tempo na Suíça o escritor alemão Ludwig Renn.

E' de meditar êste caso de «alta traição»: — não foi só o facto de ensinar arte militar numa

escola de Berlim, antes do advento do actual regime político, que determinou a sua feroz condenação; há mais alguma coisa que a explica e fundamenta, embora já só isto de comunicar a uma camada a que se não destinam segredos científicos importantes para a manutenção duma outra, mesmo que seja só teoréticamente, constitua — claro! — crime de «alta traição». Há mais, dizemos: «Ludwig Renn» é apenas o nome literário de Arnold V. von Golsenau e é o desprezo da aristocrática partícula e de tãda a ideologia que ela implica que fez de Ludwig Renn um *trânsfuga* de certo meio para os arraiais dum outro «que traz nas mãos o futuro». A classe desertada e «traída» quis vingar-se, e dar exemplo em forma. E supõe que assim ficou vingada. . .

Do decurso do processo de que saíu condenado Renn nada se sabe — não era conveniente. . . Apenas um jornal deixou escapar frase que deixa entrever a sua grande coragem de convicção. Mas ela nos basta, — ela e a leitura dos dois livros de L. Renn «*Guerra*» e «*Após-Guerra*», do primeiro dos quais, se nos não enganamos, existe uma tradução portuguesa. Estes dois livros são o testemunho vivo que o antigo oficial trouxe da experiência dos quatro anos de fogueira, do homem que teve a coragem de viver o complexo de problemas que essa experiência lhe pusera e de lhes dar a única solução aceitável.

Damos a seguir parte da tradução francesa de M. Ingber dos únicos versos que se conhecem do prosador L. Renn:

*Après malheur, misère et peines  
Un nouveau monde naît hereux,  
Et nul lutteur, mort valeureux,  
N'aura été victime vaine!*

**C**hegou já até nós a mania das luxuosas edições, inacessíveis por isso à cada vez mais magra bolsa do pobre leitor medio português. O facto põe uma questão que só um inqualificável preconceito de classe pode levar a resolver pelo modo afirmativo: — será humanamente legítimo que uma doentia preocupação de refinada elegância gráfica restrinja o acesso das classes menos afortunadas à cultura? Talvez haja quem o pense em Portugal. E não admira porque, depois de tanto se ter macaqueado a França (onde a coisa chega a ser escandalosa, por exemplo, com as obras do académico sr. Paul Valéry), mal parecia que a macaqueação não fôsse completa.

Mas a França é grande — e lá talvez haja também um grande número de *patos*. Com efeito, ali bastam as duzentas famílias que a governam, aliadas a mais duzentos parasitas possíveis que ajudem a explorá-la, para logo se venderem quatrocentos vistosos exemplares. Ora Portugal é bem mais pequeno em tudo; por isso os livros luxuosos parecem caixões de primeira classe nas funéreas montras dos nossos livreiros, — os tristes cangalheiros da recalçada curiosidade do povo.

## M A N I F E S T O

DIRECTORES: Albano Nogueira e Miguel Torga. — EDITOR: Álvaro Taveira. — REDACÇÃO e ADMINISTRAÇÃO: Livraria Gonçalves, Rua de Sá de Miranda, 52, Coimbra. — ASSINATURAS: 3 números 5\$50. Número avulso: 2\$00  
Composto e impresso na Tipografia da «Atlântida» — Rua Ferreira Borges, 103 a III — COIMBRA

# MAAMI FESTO

Revista de Arte e Crítica

SUMÁRIO: *Via Pública* ■ Bento de Jesus Caraça  
— *Organização escolar* ■ J. Vitorino Namorado — *Poemas* ■  
Paulo Crato — *Poema* ■ Carlos Sinde — *Arquitectura* ■  
Miguel Torga — *R-7* ■ Albano Nogueira — *O romance  
português contemporâneo* ■ *Panorama*: João Farinha — *Daltonismo científico* ■ *Lá vai mote!*...

3

---

coimbra

j u l h o d e 1 9 3 6

**S**e os jornais falam verdade, os deuses vingam-se de **Unamuno**. Mas não faz mal que assim aconteça. O génio que falou *del sentimiento trágico de la vida*, começando por *el hombre de carne y hueso*, pode muito bem chegar ao fim estragado pela erosão do tempo. Pode mesmo, resguardada a sua cabeça dos muitos invernos com as borlas de tôdas as Universidades do mundo, falar hoje da sua Espanha, esquecendo as suas palavras de ontem:

— *Una vez, ¿te acuerdas?, vimos a ocho o diez mozos reunirse y seguir a uno que les decía: ¡Vamos a hacer una barbaridad! Y eso es lo que tú y yo anhelamos: que el pueblo se apiñe y gritando ¡vamos a hacer una barbaridad!, se ponga en marcha. Y si algún bachiller, algún barbero, algún cura, algún canónigo o algún duque les detuviese para decirles: «¡hijos míos!, está bien, os veo henchidos de heroísmo, llenos de santa indignación; también yo voy con vosotros, a hacer esa barbaridad; ¿no os parece que debíamos ponernos de acuerdo respecto a la barbaridad que vamos a hacer? ¿Qui barbaridad va a ser ésa»?; si alguno de esos malandrines que he dicho les detuviese para decirles tal cosa, deberían derribarle al punto y pasar todos sobre él, pisoteándole, y ya empezaba la heroica barbaridad.*

...Sim, pode esquecer isto e muito mais. Quantos conhecemos nós que esqueceram coisas mais fáceis!... Em todo o caso, tratando-se do grande espanhol, sempre é bom a gente perguntar-lhe na sua voz:

— *¿No crees, mi amigo, que hay por ahí algunas almas solitarias a las que el corazón les pide alguna barbaridad, algo de que revienten?*

**A**s meditações sôbre a História, em que por vezes se entretém o sr. **Paul Valéry**, valem para nós apenas como *jongleries* dum homem poderosamente inteligente. Falámos de *jongleries* e não nos arrependemos: —é que o sr. Valéry brinca com as idéas como o *jongleur* brinca com as 6 ou 9 laranjas. Trata-se de habilidade sômente, porque, quanto ao resto, as laranjas do *jongleur* e as meditações do venerando académico francês são coisas igualmente inúteis, embora divertidas. E muito se havia de rir a História se ela pudesse saber o conceito em que a tem o velho autor da *Jeune Parque*... Mas acontece às vezes a êste o que às vezes acontece ao atirador sem pontaria: — acertar. E como prova do que afirmamos, agora que estamos a lembrar-nos da fantochada que as negociações da diplomacia europeia representam, aí vai esta advertência do sr. Valéry, hoje mais do que nunca oportuna: — *L'Europe sera punie de sa politique; elle sera privée de vins et de bière et de liqueurs. Et d'autres choses. (Regards sur le monde actuel, pág. 51).*

**C**hegou-nos às mãos, não sabemos já por que artes de intercâmbio internacional e pseudò-cultural, um hilariante «**Appello agli Studenti di tutta Europa**», primitivamente publicado em «*Il Popolo d'Italia*» de 1 de Fevereiro de 1936-xiv (1936 da graça de Cristo exiv da desgraça de Benito), e agora aparecido em *Lisbona 20 Febbraio 1936-XIV*, acompanhado duma tradução portuguesa. Já que para os Estudantes se apela, os portugueses, passado o primeiro longo ataque de riso, extraem, com a devida vénia de agradecimento ao leão da fábula que deixa ver a longura das orelhas que a juba postiça não encobre completamente, os seguintes bocadinhos: (Vai no original, para não perder a ária!)

«E' tempo di inchiodare al muro della loro responsabilità i politicanti assetati di sangue. Essi preparano la più spaventosa delle conflazioni... Non è l'Italia che vuole la guerra. Ciò è nettamente stabilito... E' per evitare questa mostruosità che gli studenti d'Europa debbono stringersi in unità spirituale al di sopra dei politicanti. Per la solidarietà europea, contro gli incendiari, contro i petrolieri, contro gli imperialisti insaziabili, contro i bolscevichi sovvertitori che per la prima volta entrati a Ginevra vi preparano la catastrofe. La giovinezza d'Europa deve coprire di ignominia i propagandisti sanguinari che vorrebbero condannare altri milioni di giovani, di studenti, di contadini, di operai, di artigiani a non rivedere più il sole...»

Ouviste, *giovinezza*? Ouvistes, *giovani, studenti, contadini, operai, artigiani*...?

...Contro gli incendiari, contro i petrolieri, contro gli imperialisti insaziabili... Ouvistes? — Então gritai comnosco:

*Da capo, tenore! Da capo!*

**V**icissitudes, cada dia mais e mais agravadas, têm feito dos portugueses aqueles seres boçais para quem a **cultura** se mascara num dominó ridículo. Sempre hospitaleiro — oh! sim êle é hospitaleiro até à bacoquice de cair de cócoras... — o pobre do lusíada, coitado, encara os homens *da cultura* através do critério tacanho que lhe fornece um passaporte de estrangeiro e os manuais de boas maneiras. E assim: dá sempre muitas palmas aos conferentes que lhe falam em língua estranha ou na sua própria estropiada... não vá qualquer movimento de pés levantar do sobrado o pó das indelicadezas e o furor respeitável do grave *Parecemal*; nos jornais que compra, lê, admira e mantém, faz preceder o nome dos... *intellectuais* dum infalível adjectivo, cujo ínfimo padrão é o coçadíssimo *ilustre* — e recebe com requintes de veneração provinciana qualquer homem de letras mais ou menos gordas que, como única e bastante credencial apresente no seu bilhete de visita a marca infável de que habita Paris ou qualquer parvónia de além fronteira.

# ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

(Extracto duma conferência, realizada em 10 de Abril de 1935, na sede da Sociedade de Estudos Pedagógicos)

.....  
Das quatro condições necessárias, características da Escola Única — co-educação, laicismo, gratuidade e selecção — não me ocuparei, nesta exposição, da primeira; o seu exame levar-me-ia muito longe e exigiria desenvolvimentos incompatíveis com o tempo de que disponho. Frizarei, apenas, que o fundamento da co-educação está no reconhecimento, hoje quasi unânime no mundo pensante, de que não há, além das naturais diferenças fisiológicas, nada que inferiorize a mulher em relação ao homem em face da cultura e que nada justifica, portanto, uma escola diferente para cada um dos sexos — a sua formação humana deve ser a mesma; as diferenciações, quando tiver de as haver, pertencerão às escolas profissionais especiais, e não às da formação cultural básica.

Porei também de parte, momentaneamente, e para não alongar, o problema do laicismo; êle será encarado adiante, com todo o cuidado e importância que lhe competem.

Passo a ocupar-me da *gratuidade*.

A sua justificação no ensino público está, como acima disse, na abolição do privilégio resultante da fortuna, ou seja, da apropriação imoderada dos bens. Ora, como êste privilégio é uma consequência necessária dum dos princípios fundamentais da orgânica social vigente em cinco sextas partes do mundo — o direito à detenção individual, em quantidade teoricamente ilimitada, da propriedade dos meios de produção — é natural que, contra a sua negação, isto é, contra a gratuidade, tenham sido dirigidos ataques violentos. É o que, na realidade, tem acontecido.

Êstes ataques podem ser divididos em duas grandes categorias; colocaremos na primeira aqueles que, não dizendo respeito ao princípio como princípio, se dirigem abertamente, de frente, ao resultado a atingir. Revestem êles êste aspecto simples e brutal — que pague quem pode, quem não pode que deixe a escola — ou êste outro, que vai mais ao fundo da questão — a uma sociedade burguesa deve corresponder um ensino burguês; o ensino será burguês enquanto o rico o pagar, logo a gratuidade é, no fundo, contra a sociedade burguesa e, como tal, deve ser rejeitada.

Êstes argumentos tem, por si, o mérito da franqueza, não se pode negá-lo. Mas, como a franqueza no defender duma injustiça é coisa de que poucos têm já a coragem, antes a moda está para arrebitados de embalagem a disfarçar o avariado da mercadoria, não faltam argumentos doutra feição, mais subtis, mais engenhosos, a mostrar que o princípio da gratuidade é, afinal, impossível de aplicar, é mesmo injusto e imoral.

São êstes os argumentos da segunda categoria e que vou, brevemente, resumir.

1.º A gratuidade total do ensino vai agravar, notavelmente, os orçamentos e, para fazer face a êsse agravamento, é necessário aumentar os im-

postos, o que representa uma injustiça para com a totalidade da população.

O argumento é tendencioso, porque

a) o agravamento não é, em geral, tão grande como se quer fazer supôr, visto ser relativamente pequena a parte das despesas coberta pelas propinas dos alunos (o seu quantitativo relativo depende, evidentemente, do país que se considerar);

b) mesmo que assim fôsse, não seria necessário aumentar, para isso, os impostos; bastaria proceder a uma arrumação nova das despesas, cortando as parasitárias.

2.º A gratuidade vai ter como consequência um aumento enorme do número de diplomados, o que agravará a crise que já grassa terrivelmente entre êles.

A isto respondem, duma penada, os defensores da Escola Única, que, se há crise nas profissões intelectuais, a culpa não é da extensão da cultura mas, sim, da estrutura social que com ela se tornou incompatível.

3.º A gratuidade restringe a liberdade dos pais pobres, pois, entre mandar um filho a uma escola secundária e, depois, superior, gratuitas, ou metê-lo na oficina, o pai, dada a vantagem evidente que oferece a primeira solução, não está livre de coacção para resolver como melhor entender.

Como V. Ex.<sup>as</sup> vêem, o argumento é singularmente retorcido e testemunha um estado vizinho do desespero na procura de motivos de justificação...

A despeito destas e outras subtilezas no ataque à gratuidade, o que é verdade é que o princípio é, hoje, largamente reconhecido como justo, restringindo-se cada vez mais (nos países civilizados, entenda-se) o campo dos adversários. De-resto, a sua aplicação implica, apenas, uma extensão, ao ensino secundário e superior, dum princípio quasi universalmente aplicado hoje no ensino primário.

Poderá perguntar-se, porém, dado que assim é, de facto, e visto que o argumento orçamental não colhe, qual é a razão por que se não dá êsse pequeno passo da extensão da gratuidade ao ensino secundário e superior. A razão está, simplesmente, nisto — na necessidade de conservar, para a classe dos que podem pagar, o monopólio da cultura e, consequentemente, da direcção da sociedade.

A isto costuma objectar-se que, pelo sistema das bolsas de estudo, hoje mais ou menos corrente em tôda a parte, todo o indivíduo, realmente capaz, pode ascender, venha donde vier, ao mais alto grau da cultura; há mesmo, em todos os países, sempre pronto, um stock de exemplos, mais ou menos bastos, de notabilidades, a ilustrar a afirmação. É verdade; esquecem-se, porém, dois pequenos pormenores — o de perguntar quantos valores individuais se tem perdido no anonimato

nivelador da incultura; o de verificar quantos, dos que chegaram lá acima, se conservaram fiéis à sua origem e, pelo caminho, se não bandearam, por acção dos vários meios de que o aparelho dispõe, com os interesses dos que mandam. Acresce, ainda, que o sistema das bôlsas coloca os que as recebem na dependência dos que as dispensam, o que pode levar a arbitrariedades na sua distribuição. O direito à cultura deve ser realmente reconhecido como um *direito* inerente ao homem, e não como um favor, mais ou menos disfarçado, da administração pública.

Razão têm, de sobejo, aqueles trogloditas da burguesia que clamam — a escola será de classe enquanto o rico pagar o ensino que lhe ministram. E a isto pode acrescentar-se — e no dia em que o rico não pagar, isto é, em que fôr instituída a gratuidade, estará criada uma condição necessária, notem V. Ex.<sup>as</sup> bem, *apenas necessária*, para que a Escola deixe de ser de classe.

Passamos agora ao *problema da selecção*, sem dúvida o mais delicado de todos os requisitos da Escola Única, já pela sua complexidade própria, já pela importância dos problemas com os quais elle se encontra em conexão íntima. Pode mesmo dizer-se, sem exagêro, que aquelas questões centrais da nossa época, de cuja forma de resolução depende o caminho futuro da civilização ocidental, se encontram ligadas ao problema da selecção, na orgânica preconizada pelos defensores da Escola Única — relação entre o individuo e a colectividade, lugar da família na sociedade, formação e papel das élites, tôdas estas questões tocam a da selecção, como vamos ver.

Em primeiro lugar, recordemos o fundamento justificativo da selecção na Escola, tal como atrás o apresentámos — é elle que deve abrir-se o caminho às capacidades, de modo que as melhores, e só elas, sejam aproveitadas para o desempenho dos lugares de responsabilidade e sem que nenhum destes possa ser ocupado por quem para elle não tenha as qualidades indispensáveis.

Esta concepção — a de que cada povo seja governado pelos melhores — implica, para sua completa realização, o aproveitamento de tôdas as energias e exige, portanto, que *todos* passem pela fieira da selecção. Isto é, a proposição referente à selecção tem como corolário esta outra — *todos devem ser obrigados a frequentar a escola* e a ir nela até onde as suas capacidades o permitam e o exijam.

Ora dá-se a circunstância estranha, e aqui começamos a entrar no coração do problema, de que o princípio da obrigatoriedade, universalmente, por assim dizer, aceite no que diz respeito à educação chamada primária, encontra adversários encarniçados desde que se pretenda estendê-lo à secundária e superior, tal como acontece com a gratuidade. Razões? sensivelmente as mesmas, não deixando de ser curioso observar de passagem que, duma maneira geral, aquelas pessoas que se insurgem contra a obrigatoriedade da cultura na sua máxima extensão, são as mesmas que aplaudem a obrigatoriedade do serviço militar. E para quem teime em não querer ver relação entre os dois problemas, ofereço, como

motivo de meditação, a evolução presente da Alemanha — queima de livros em 1933, serviço militar obrigatório em 1935.

É claro que eu não deixarei de ser acusado, por alguns espíritos superiores de *peessoas-bem*, como agora se diz em calão fino, não deixarei de ser acusado de exagêro (na melhor das hipóteses) nesta apreciação a respeito da obrigatoriedade escolar. E a *peessoa-bem* dirá — não, não se é contra a cultura, e a prova está, precisamente, no aplauso sem reservas que se dá à obrigatoriedade da instrução primária; é-se contra a extensão dêsse princípio, porque considerações de ordem superior... Que a *peessoa-bem* me desculpe, mas antes de ouvir o resto da sua argumentação deixe-me dizer-lhe só que o interesse pela extensão da cultura é a última das suas preocupações ao defender a obrigatoriedade da instrução primária; a primeira, aquela que ofusca tôdas as outras, é que *essa* obrigatoriedade, *dessa* migalha de cultura, valoriza a mão d'obra e cria melhores instrumentos a trabalhar nos *seus* bens; seus, da *peessoa-bem*, entenda-se.

Pôsto isto, vamos aos argumentos contra a selecção e a obrigatoriedade.

O primeiro é um argumento de ordem moral — a responsabilidade da orientação dos filhos deixa de ficar pertencendo aos pais, visto que aqueles serão dirigidos conforme as suas aptidões, e irão até onde elas lh'o permitirem, sem que os pais nisso intervenham; ora isso representa uma quebra da autoridade e responsabilidade paternas e, por consequência, uma diminuição das virtudes familiares.

A isto respondem os defensores da Escola Única que, se os desejos e autoridade dos pais vão contra a orientação dada por uma selecção racionalmente feita, não há senão vantagens em que êsses desejos sejam ignorados e essa autoridade quebrantada. De-resto, se a limitação do poder dos pais é já um facto aceite em tantos compartimentos da actividade social, ¿por que razão o não há de ser também aqui? ¿E como se compreende que os defensores exaltados das virtudes familiares admitam com tam grande facilidade que um pai se oponha ao desenvolvimento largo da carreira dum filho que para ela tem aptidões? Absurda coisa! ¿São essas as virtudes familiares?

Seja como fôr, porém, a verdade é que o estabelecimento da selecção, conjugada com a obrigatoriedade, se prende com o gravíssimo problema da família. E, como tal, não admira que os adversários da selecção sejam, quasi sem excepção, aqueles que, em relação ao problema da família, adoptam uma posição de conservantismo.

Não ficam por aqui as críticas à selecção na Escola; várias outras têm sido feitas, mais ou menos especiosas, a disfarçarem sempre a mesma preocupação, sob roupagens de côres diversas.

Mas o problema, mesmo passado o escolho dessa argumentação tendenciosa, não deixa de encontrar dificuldades sérias para a sua resolução. Tem-se, com efeito, objectado, que essa «selecção racionalmente feita», a que acima me referi, está longe de ser coisa fácil. ¿Quem pode efectivamente, garantir que, aos dez ou onze anos

de idade, seja possível, com garantia de êxito e justiça, começar a fazer uma selecção de capacidades? ;E as florações tardias da inteligência? ;Não se corre o perigo de afastar, de cortar a carreira a uma criança que, por se desenvolver vagarosamente, apareceu aos seleccionadores como um inepto? Por outro lado, há que distinguir entre capacidade *ampla*, aquela que se exerce em extensão, pela diversidade de matérias assimiláveis, e capacidade *aguda*, a que se exerce em profundidade, num âmbito reduzido, mas com um grau de penetração maior. ;Não se corre o perigo de, sujeitando capacidades de naturezas diversas a uma escola comum, criar o desintereße de alguns, a fadiga de outros, que são obrigados a cursar matérias para que não sentem aptidão?

Como V. Ex.<sup>as</sup> vêem, são problemas de extrêma delicadeza, que há que estudar com o máximo cuidado, pois, da sua resolução, depende o êxito ou o descrédito duma instituição que já tem tanto com que lutar.

Sem pretender, de modo nenhum, fazer aqui um estudo completo dêstes problemas, o que, só por si, exigiria várias sessões de discussão, direi no entanto que, para evitar o perigo da condenação das florações tardias, se tem preconizado, não só que uma mesma criança se possa apresentar mais duma vez ao exame de selecção, como também que se alargue o tempo de escolaridade da escola-base do 1.º grau. E como esta solução não resolve o problema das capacidades *agudas*, tem-se proposto o estabelecimento dum número de disciplinas obrigatórias e, ao lado delas, de disciplinas voluntárias, sistema que tem sido seguido, com êxito, na Lichtwarkschule de Hamburgo. Esta solução levanta, porém, a questão dos programas, e da articulação entre os vários graus de ensino, questões em que não posso entrar aqui.

Uma outra questão, ligada directamente com o plano de estudos da Escola Única, é a da *formação dos professores*. Êste problema é da mais alta importância, como facilmente se reconhece, pois o corpo de professores constitui a medula dêste organismo, e do seu estado depende, portanto, a vida e saúde dêle.

Vou indicar, rapidamente, como êste problema é resolvido no interessante projecto de Escola Única organizado primeiramente pelos «Companheiros da Universidade Nova» e que hoje pertence à «Federação Geral do Ensino» de França.

Nêsse projecto, o ensino compreende três graus:

Um *primeiro grau* com três ciclos — *elementar*, dos seis aos doze anos; *complementar*, dos doze aos quinze, destinado àqueles que não são julgados aptos para seguir para o segundo grau; *post-escolar*, destinado aos adultos, em especial. Neste primeiro grau, a escola é rigorosamente comum para todos.

Um *segundo grau*, com dois anos preparatórios comuns, sem nenhuma opção, e cinco anos, progressivamente diferenciados, por secções, conforme as aptidões, tendo em conta, quanto possível, os desejos da família. A diferenciação con-

siste, não propriamente em disciplinas novas, mas, sim, no maior ou menor tempo escolar consagrado a certos grupos de disciplinas de opção, isto sôbre um grupo comum.

Um *terceiro grau*, correspondente ao ensino superior, onde os estudantes entrarão, normalmente, pelos 19 anos, cursando as Universidades e as grandes Escolas e freqüentando os Institutos de Investigação Científica. Estabelece-se no projecto que os professores do primeiro grau tenham, como preparação: em primeiro lugar, «os estudos regulares, completos, do segundo grau», em segundo lugar, «um complemento de formação geral, técnica e profissional, nos Institutos Pedagógicos dependente do terceiro grau (ensino universitário)».

Para o ensino no segundo grau, exige-se um curso superior (terceiro grau) e uma preparação pedagógica, dada nos Institutos Pedagógicos, em parte comum com a dos futuros professores do primeiro grau.

De assinalar, neste projecto, é a importância que, inteligentemente, nele concede à preparação do professorado do primeiro grau. Efectivamente, o nível cultural dum povo depende, não apenas do número e apetrechamento das suas escolas, como também, e essencialmente, do grau de responsabilidade profissional do seu professorado primário. Ora, essa responsabilidade só pode, de facto, ser tomada, quando o professor tiver uma formação cultural, e gozar duma situação económica tais, que a sua independência mental e a sua liberdade estejam inteiramente garantidas. Não é êsse, evidentemente, o caso com professores mal pagos, sobrecarregados de trabalho, e sem meios de desenvolvimento cultural, na sua esmagadora maioria.

Com esta ligeira enumeração, não está, de modo nenhum, esgotado o problema da selecção. Como V. Ex.<sup>as</sup> vêem, a maioria dos problemas foram apenas postos; a outros nem sequer me referi, como seja o do ensino dos anormais e atrasados, ensino tornado duma necessidade evidente, desde que funcione o aparelho da selecção.

Não quero, porém, terminar êste capítulo sem me referir a um aspecto da orgânica da Escola Única, em que ainda não toquei, e que tem sido motivo, também, de controvérsia, não existindo, sequer, unanimidade de vistas, a respeito dêle, entre os defensores da Escola Única — é o problema do ensino privado.

As opiniões são desencontradas e as lutas acerbadas: pretendem uns que a Escola Única significa o desaparecimento do ensino privado; pelo contrário, opinam outros que, com a nova orgânica, o ensino privado vai conhecer um período de florescimento, por serem atirados para êle, naturalmente, todos os que, com justiça ou sem ela, o aparelho de selecção segregou.

E não se julgue que o problema é de tam pequena importância como à primeira vista parece. A quem seja tentado a supor que êle se resume num mero aproveitamento (ou tentativa de aproveitamento) de impurezas e detritos, lem-

(CONTINUA NA PÁGINA 16)

# Lenda

Era uma vez . . .

—vou contar-vos a história  
dum que já fui,  
que partiu  
e nunca mais voltou—

Era uma vez . . .

. . . pelos caminhos em cruz  
três vezes me dividi;  
e em combates singulares,  
em batalhas sem igual,  
em transes de estranha angústia,  
eu fui ficando aos pedaços  
e aos pedaços fui morrendo . . .  
. . . e, pouco a pouco,  
surgi,  
da luta,  
um outro que agora sou,  
alma amassada de angústia  
nos tormentos dos naufrágios  
que havia em mim.

# Calmaria

Acaricia, assim, os meus cabelos,  
leve,  
que os teus dedos,  
passando sôbre a minha fronte,  
levem  
as rugas de pesadelo  
que a dor nela marcou;  
deixa que sonhe,  
embalado no teu colo,  
ser ainda o que partiu . . .

Mãe . . .

Acaricia, assim os meus cabelos,  
leve, carinhosamente,  
deixa que eu sonhe  
ser o outro  
que nunca mais voltou.

1936

J. VITORINO NAMORADO.

# e s t r u t u r a

Tal como fragmentos  
duma carta rasgada  
e atirada aos ventos,  
sofro as rajadas,  
procuro os remoinhos  
e nunca me junto . . .

Meu destino  
é mofino:  
—querer-me e perder-me.

Se acaso vierem calmarias  
já não serei,  
que eu nasci desejo.

PAULO CRATO.

# ARQUI TECTURA

— «A casa, quero-a assente na rocha. Há-de ter os alicerces cravados entre pedras imaculadas, oprimidos naquela ânsia informe que vem do centro da terra e se tornou como aço só depois de ter sido como fogo; hão-de ficar espalmados e duros — raízes monstruosas rompendo entre duas lages, mas que das lages conseguem tirar a vida: não há pedra que não deite chorume. O conto do gigante que espremeu um calhau até êle ressumar água, é verdadeiro; acreditei-o em criança, torno agora a acreditá-lo. Mais difícil me foi descobrir a ternura humana e cheguei lá!...

Quero, portanto, que as paredes da minha casa tirem a vida da rocha onde as fiz embutir tão sãbiamente que as outras, as que lá estão acamadas desde o princípio do mundo, as hão-de julgar irmãs nascidas na mesma hora. A minha casa há-de ser isso, já que não pode ser a fraga crescendo para o alto. Não lhe hei-de pôr barro, nem gesso, nem betume, nem cimento; apenas granito sôbre granito, rocha sôbre rocha, como nos muros de Micenas. A Torre de Babel caiu porque as pedras eram unidas com barro, não sei mesmo se era feita de barro. Ora uma coisa não pode ser ligada a outra por coisa diversa; isso não é unir, é separar durante todo o tempo em que existe a ligação. Ligam-se dessa maneira as coisas que se não podem unir, e eu quero que as paredes da minha casa sejam unidas, que os muros sejam de pedra, não de pedras. Quando se busca exprimir a destruição profunda é costume dizer-se: não ficou pedra sôbre pedra; mas barro, pedra e depois barro onde assente outra pedra isso pode ficar, que é o mesmo que nada fique. Terão as pedras que ser inteiras, pois os bocados de pedra são piores, para unir, que os bocados de barro; *pedras inteiras*, não sei se me faço compreender, destas que logo ao olhar nos pesam montanhas, blocos mudos e rudes onde só apetece talhar a cara duma esfinge ou o corpo dum elefante. Será com elas que irei construir a minha casa, paredes iguais às das cidades heróicas a cuja sombra os reis da Ilíada dormiram centos de anos, a máscara de ouro sôbre os ossos da face. Empenas altas como as dum castelo, por exemplo o castelo em que eu julgava que viveu Ferrabraz de Alexandria, o que foi vencido por Oliveiros. E não há-de ter porta, claro

está: Eu construo a minha casa por dentro, para viver, e dentro dela vou ficando. A' medida que as paredes crescerem, mais alto terei de subir para as fazer, mais a prumo tenho que erguer a cabeça para olhar o sol, quando estiver cá no fundo. As portas das outras casas são para entrar e sair; ora eu faço a minha para poder viver, faço-a porque não quero sair, faço-a porque não tinha casa. Quem é o tolo que vai fazer uma casa para sair dela? A casa dos outros, com porta para entrar e sair, com balcão para ver e ser visto, não me serve.

Na minha ninguém entrará, nem eu: feita por mim, há-de crescer à minha volta como eu muito bem quiser, e eu sempre dentro dela. Quando os muros estiverem altos, quando de cá do fundo o céu me parecer um lenço de quatro pontas ou um rectângulo de mármore azul, então direi que é bastante. Não importa que me venham insinuar que a minha casa lembra a torre vazia duma igreja... Parecerá assim aos que estão de fora e acostumados às casas deles com porta e balcão. Eu é que sei como a quero, já disse: basta que ela me feche do mundo — mas fechado!... — e aponte um retalho azul do céu! Livre do mundo alheio e sob um retalho daquele pano azul celeste, vou viver, enfim, como eu desejo. Mesmo rente ao chão, no sítio em que o penhasco foi rasgado para abrir os caboucos, queria que houvesse um grilo branco a cantar; mas também passarei sem isso, muito embora um grilo branco moendo junto à terra o seu *riu-riu*, me fôsse tão agradável como o azul lúcido lá no alto...

E porque não hei-de pôr telhado à minha casa? Se eu vivesse sempre no fundo, ali onde desejaria um grilo de lareira a cantar, não era preciso, pois o alto da casa não dava mais vista que uma janela. Mas como posso querer, — hei-de querer, por força! — subir e viver no cimo, tenho que fazer-lhe um terraço de vidro. Fica bem assim: pedras milheiras a tôda a roda, ao cimo uma janela para ver o céu, mais — uma janela que deita para o céu. O mundo desaparece, costuma estar e por isso talvez esteja para além dos muros; não me importa se existe desde que exista aquele que eu construí com estas mãos. O meu mundo talhado com largueza e a janelita que dá para o céu azul, para as

(CONTINUA NA PAGINA 12)

# R

Sim! Sou eu, o R-7,  
que fez o seu juramento  
no dia dôze de Agôsto;  
que tem um morse nos olhos  
e tôda a Europa descrita  
nalgumas rugas perdidas  
pelo rôsto!...

— Alta traição!  
Se morro cheio de fome  
neste país sitiado!  
O R-7 vendido!  
O R-7 vencido  
e julgado!

Eu não cheguei, camaradas,  
porque os meus passos  
davam em terra alheia e movediça!...  
Mas gastei tôda a energia  
que trazia  
no coração...  
Nem falhei por covardia  
nem preguiça:  
Falhei por condenação!...

Digo-vos esta verdade  
que é tão vossa  
como a Mulher é do Homem  
em certas horas danadas...  
(certas horas  
em que as almas são geradas...)

É falso! É falso! Juro-vos, Juizes!  
Nada me prometeram nem pediram!  
Quando cheguei,  
nem me patearam  
nem me aplaudiram!

De O Outro ro a  
MIGUEL O.

# 7

Havia neles o sono dos cansados  
e não me puderam ver!...  
Havia neles a paz, e eu era a Guerra  
(aquela Guerra de dentro,  
que todo o guerreiro traz  
ao nascer!... )!

Então  
como um louco bati a cada porta  
e em nome de Zaratustra  
falei da quimera morta  
e da nova Ressurreição...  
«E aqui há sentido», acrescentava.  
Mas a Bêsta devorava  
palha... e grão!

Meu corpo foi o drama do mistério  
que é mistério  
mas que se quiere revelar...  
Foi tudo como se um morto  
quisesse ressuscitar!...

Não! Nem fiquei adormecido  
entre as coxas duma espia  
nem me vendi; nessa terra  
um homem como eu não se vendia!...

Seus olhos eram daqueles  
que não olham para o Sol,  
e eu cheguei de noite! E nem assim!...  
Agora, venha o destêro  
para as Sibérias da vida.  
Já tenho a missão cumprida,  
já disse para que vim!

# O ROMANCE PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

Falar do romance português contemporâneo, falar da novela portuguesa contemporânea, numa época toda devotada ao fácil trabalho de negá-los, a muitos, por isso mesmo, há-de parecer coisa impossível. Mas, em boa verdade, não é impossível o que apenas se encontra manchado das tintas da dificuldade.

E' certo que no nosso meio só uma escassa meia dúzia de nomes merece atenção; mas isso, se de algum modo facilita (isto é: pelos estreitos limites do panorama), por outro lado dificulta a ampla generalização que permite definir as correntes literárias. Dois, três ou quatro nomes nunca, ou só raras vezes, consentem uma síntese segura. As linhas gerais, aquilo que, resumando de todas as obras, autoriza a sua avaliação sob um único critério, não chegam a revelar-se com suficiente nitidez; e pode até exagerar-se em ampla característica de movimento ou tendência literária aquilo que é simples coincidência de dois ou três temperamentos ou personalidades. Daí que o ponto de vista colectivo tenha de ceder à minúcia da rebusca individualizada.

Ora é isto o que entre nós hoje se passa: — não pode classificar-se em género o que apenas se entre-mostra em duas ou três tentativas individuais dignas de menção. E em tais tentativas, justamente as maiores evidências são aquelas em que se nega tudo ou a principal parte do que se pretende ser fundo específico dos portugueses.

De-resto, nunca o romance português (dou e darei à palavra o vasto sentido que, englobando o romance e a novela, esbate o que há de flutuante na linha divisória entre ambos), nunca o romance português emergiu de profundas bases nacionais. Garret, com as suas *Viagens na minha terra*, fez uma tentativa que, embora *réussie* como obra de arte, ficou entre o romance e a reportagem; Júlio Diniz esteve sempre prêso às suas grandes limitações de artista banal; e Camilo desperdiçou numa actividade forçadamente mercenária o melhor das suas formidáveis qualidades de romancista. E não se fale, sequer, de Herculano ou de Eça...

Mas ainda que cada um deles o tivesse realizado, ainda que o romance de cada um deles fôsse bandeira a acreditar um género, ainda assim isso seria pouco para que seriamente o estimássemos. A tirar-lhe todo o valor estava a ausência de repercussão nos romancistas posteriores, — facto êste bastante para suscitar cautelas, quando não dúvidas, sobre o seu fundo nacional. (1)

E' caso, porém, para darmos graças a Deus por as coisas assim se terem passado. E não teremos nada de que nos arrependermos...

Com efeito, entre nós, um romance nacional só poderia dar um romance nacionalista. O que hoje, como no século passado, nos define e nos particulariza (adeus, saúdoso tempo dos descobrimentos), não é o conceito que de nós podemos ter como homens; não é, por outro lado, a consciência que tenhamos da humanização duma religião em nós e por nós representada, — mas o *facto da terra*, — o facto de termos nascido nestes quatro palmos encharcados de sol e de céu azul. Foi a terra que nos modelou: seremos portugueses enquanto a ela ou na medida em que a ela nos submetermos. E' a terra que nos une: seremos portugueses enquanto, aqui ou no estrangeiro, ao mesmo solo nos sertirmos ligados e por êle nos sentirmos irmanados.

(1) Entendamo-nos. Claro que não quero negar as influências dum Camilo, por ex., em alguns dos nossos romancistas. Quero apenas notar que essas influências, quando existem, são determinadas por casos pessoais — e não ressonâncias de qualquer encontro fatal e subterrâneo de dois portugueses.

E' a terra que pensa em nós: seremos portugueses enquanto o pensamento duma universal fraternidade se quebrar ao choque com o nosso amor por ela. Acima do solo não se levantam os nossos olhos: — temos valores, mas não valores de pensamento: — só sentimento e ternura ou, pelo menos, sentimento e ternura predominando. Nós somos, na verdade, como país, um país de líricos. E somos até, decerto, o país em que mais se abusa dos possessivos egoístas: — o *nosso país*, a *nostra pátria*, a *nostra ordem*, a *nostra prosperidade*, os *nosso estadistas*, o *nosso vinho*...

Fica-nos longe a França, para quem, como país, o homem não é o ser que *nasce*, mas o ser que se consciencializa no dever de viver com os seus semelhantes. A tradição francesa é uma tradição de pensamento e universalista; nós fizemos uma tradição de emoção e particularista. Por isso o francês é tanto mais do seu país quanto mais pensar e realizar a universalidade da sua tradição. Por isso o romance francês, caracterizadamente intelectual, nos pinta heróis que não são apenas franceses porque são cidadãos do mundo.

Fica-nos longe também a Inglaterra, país moldado pelo protestantismo e sentindo todas as conseqüências que êste insinua no campo moral. É uma religião nunca tem um significado particularista. Atribuir-lho, seria negá-la. Ora, havendo por êsse facto um herói romanesco inglês, êsse herói, puritano, dado tantas vezes em poesia, (para alguma coisa há-de valer a fé), é por si a aproximação dum ideal ecuménico, — nunca aquele ser de estufa incapaz de atravessar a Mancha e de entender quem vive além da sua ilha. E' inglês, sim, mas é homem; só o pobre português o não seria integral — mas apenas um ser exótico, alvo de curiosidade, sem despertar o impulso fraterno que atrai quem descobre as grandes identidades dos homens.

Condenado, pois, a ser um romance sem nobre ressonância humana, foi melhor que o português nunca se diferenciasse em características propriamente portuguesas. Vivendo pelo que em nós há de comum com todos os homens, êle perde talvez o seu prestígio cenográfico mas ganha decerto em amplitude humana. (1)

Seja qual fôr o critério adoptado, pecará sempre por arbitrária qualquer delimitação de fronteiras no romance português. Em Portugal, como de-resto em toda a parte, a passagem do século foi acidente que só teve valor para o calendário. Por outro lado, se procurarmos essa influência em qualquer facto literário ou social, nenhum encontraremos a oferecer-nos já não digo um critério certo mas ao menos — um critério. Os futuristas portugueses não deram romancistas; a Grande Guerra não provocou alterações profundas. Será melhor dispensarmos fronteiras e atendermos a esta coisa vaga: — ao romance dos nossos dias. E decerto que, partindo de ponto de vista tão largo, iremos encontrar uma grande dispersão nos caminhos seguidos: — de Aquilino a José Régio, por exemplo, é longa a distância a separá-los.

Mas, se é assim: se, colocados num ponto de vista amplamente humano, verificamos a natural divergência das tendências pessoais, — nem por isso temos de abdicar da descoberta duma característica comum entre êles. Ora, essa tendência existe, pode verificar-se e — digamo-lo — é lamentável. Refiro-me à subordinação, ao amor, à reverência do *estilo* de que os romances portugueses dão exuberantes provas.

Temo, porém, agora que a escrevi, pela sorte da palavra, isto é: pela assimilação do significado que,

(1) Condenando, não por falta de conflitos de alto valor humano e universal interesse: o mal está nos olhos do romancista, — não no barro que se lhe oferece para que êle o modele.

sem dar ouvidos aos anátemas das gramáticas, quero emprestar-lhe. Contentar-me-ei, todavia, se êle decorrer e se explicitar do que em seguida eu disser.

Há um aforismo de Julien Benda que, à parte o exagero provocado naturalmente pela concisão aforística, encerra uma verdade nem sempre proclamada como o merece: — *le substantiel n'est pas littéraire* (na *Nouv. Rev. Française* de Agosto de 1935). Ora é relacionando de tal modo o substancial com o literário que podemos concluir pelo reconhecimento do pendor literário do nosso romance contemporâneo.

E' certo que imputei além à reverência do estilo aquilo que agora atribuo ao pendor literário. Mas uma e outra expressão se equivalem, — o que, contudo, não significa que as tome no seu sentido mais vulgar e mais imediato. Predomínio de estilo, presença de ganga literária, sim. Simplesmente com isto quero referir-me ao que há de convencional ou de imposto na atitude assumida pelo romancista perante o ambiente que sugere e as personagens que movimenta.

Um romance é sempre o desenrolar duma acção, o desenvolvimento dum conflito. Como acção que é síntese de vida, como conflito que é espelho de almas, o romance não pode dispensar-se da naturalidade em virtude da qual nós sentimos real e vivo, erguendo-se em nós como visto pelos olhos, aquilo que nas suas páginas deparamos. Mas isso só se consegue desde que o romancista alguma vez se tenha comportado como leitor, — como êste espectador de qualquer coisa que se lhe revelou. O romancista é, assim, o primeiro a sentir a nudez da carne que se lhe oferece, o primeiro a desvendá-la e a possuí-la, — o único que comete a ignomínia de publicamente a denunciar. Por isso se pode afirmar que o romance deve ser resposta a uma solicitação exterior; nunca simples construção arbitraria de quem se sente levado a tentar o acto demiúrgico sem subordinação a leis.

Mas não se julgue por isto (que é tão pouco e tão comezinho afinal), que tenha propósito de reduzir o romancista a um simples e passivo copista, — pobre homem prêso à letra exacta do velho alfarrábio. Não: sômente quero mostrar que o romancista deve obedecer à lógica da vida, desdobrando-se e fragmentando-se, procurando captá-la em tôdas as suas minúcias e cambiantes, — sem se colocar a si próprio no centro ou no princípio do mundo, reduzindo as personagens a um esquema que seja apenas o seu próprio desmembramento. Concretizando, direi que os *Amores Infelizes* de João Gaspar Simões são o romance (bom ou mau, não importa) dum romancista, — enquanto o *Jôgo da cabra cega* de José Régio é simples *meditação expressa* (êle próprio aceitou esta definição) duma inteligência poderosa e senhora de si.

Agora estamos, porventura, mais habilitados a compreender o sentido em que atrás tomei a reverência do estilo. Pretendo com isso denunciar um acto de rebeldia: — a presença exagerada e inconveniente do romancista no romance, — ou seja: o romancista primeiro comparsa e qualquer coisa como o sr. França que apresenta a sua companhia de formidáveis atracções; — ou seja: o romancista déspota odioso como todo o déspota.

E agora entendemos também o a-propósito do aforismo de Benda: — o substancial, isto é: a vida, pedindo medida certa; o romancista, esquecido do substancial romanesco, excedendo consigo próprio aquela medida certa. É isto, é êste excesso, o literário, — o estilo. Ora a vida, se é (que eu não o creio), dirigida por altas e inatingíveis interferências da divindade, não o pode ser nunca pelo livre-arbitrio dum pobre ser terreno. E muito menos até o homem se pode achar capaz de reproduzir-se por cissiparidade...

Estilo, ganga literária, — escrevi atrás; e a uma e a outra expressão (afinal expressões diferentes duma mesma coisa), emprestei um significado de excesso da medida certa. Mas, em que consiste ou, em que pode consistir êsse excesso da medida certa? Será isso o que, pelo recurso à concretização, passará a interessar-nos. Para tanto, porém, nós que estamos ainda fazendo equilíbrios nas palavras, temos de ir mais longe um pouco. Seja: — demos o salto para o campo das

atitudes e identifiquemos o excesso com a convenção. Convencional é quasi todo o nosso romance contemporâneo; convencional é, portanto, a atitude da maioria dos nossos romancistas em frente dos seus romances. Dentro disto, contudo; dentro desta palavra: — *convenção*, é muito o que em boa verdade cabe.

Entre o que mais tem seduzido os nossos romancistas, a *forma* ocupa, sem dúvida, um lugar proeminente. A tortura da página a construir, a dor pungente da construção da página, a volúpia final da página construída, — eis a perversão masoquista a que poucos, entre nós, conseguem furtar-se. Mas repare-se em que não há neles, determinando-os e conduzindo-os, um desejo honesto de conquista do exacto (como êsse persistente desejo que dominou Flaubert); nem a preocupação de conseguirem a *nonchalance* dum Lawrence; nem a busca da oralidade fiel dum Céline; nem a forma adequada ao conteúdo e por êste condicionada dum Proust. Nada disso. O que há é o desejo provinciano do exquisito, a ataxia produzida por aquele palavirão, ao mesmo tempo sedutor e pedante, que é — a originalidade. E para quem reverencia tal entidade, a obra, ou é, em última análise, pretexto para farfalhada exibição de prosa (por ex., a *Leviana* de António Ferro), ou é franca e lamentavelmente prejudicada por ela (por ex., os romances de Ferreira de Castro). Daqui uma primeira forma de convenção: — a convenção pela forma (passe o involuntário jôgo de palavras que, se acaso nada exprimisse, bem podia ser de António Ferro).

É certo que, em Ferreira de Castro (no F. de C. liberto das superficialidades mundanas e magazinescas da *China do Avenida Palace* e de outras *mulheres inverosímeis*), há muito que merece simpatia e admiração: — o interêsse que revela pelos grandes temas humanos, pela tragédia esquecida dos humildes...; mas o preciosismo da forma, às vezes roçando impiedosamente pelo mau gôsto, tem deixado nos livros do romancista o sinal da sua presença, evidente e indesejável. Note-se de passagem que *A Selva*, justamente pelo estilo epicoico que a descrição das margens do Amazonas permite, é de longe o seu melhor livro. Mas, continuemos.

... Há ainda um estudo a fazer, um estudo muito curioso e necessário, sôbre o *realismo* do romance contemporâneo. Entenda-se que aplico a palavra no seu sentido mais lato, longe portanto de sacrificá-lo ao sentido restrito que lhe dê qualquer particular tendência literária. E, se lembro o problema, isto é: se agora me refiro ao problema da realidade do romance, é porque êle me parece ser mais de verosimilhança do que de verdade. Entre a vida do romance e a vida real (esta vida que vivemos fora dos romances), não é incondicional o compromisso. Pelo contrário: nem tudo o que é real tem verdade romanesca. O *fait divers* é fronteira que o romancista deve ter receio de ultrapassar.

Mas isto que se diz quanto à actividade seleccionadora pode também dizer-se para a actividade realizadora. E é aí até que, com referência ao romance dos nossos dias, o problema adquire a sua maior agudeza.

Na linha da sua evolução, o romance, que em certa altura pareceu querer cristalizar em *tipos* as suas personagens, mais tarde, pelo abandono daqueles, tendeu para fixar-se em *casos*. O *tipo* é o encontro num só do que se acha disseminado em muitos; daí que em certo sentido êle seja um fenómeno colectivo. O *caso* é a aceitação do indivíduo naquilo e na medida em que êste se diferencia e individualiza. É além assimilação de semelhanças o que é aqui dissecação de diferenças. Mas esta sôbre-estimação das diferenças (levada ao seu mais alto expoente por um Joyce), pelo amor do humano levou afinal à criação duma deshumanidade monstruosa. E o homem, dissecado, triturado, desfeito, apreciado em detalhes, pode dizer-se que se perdeu na serradura dum boneco metendo dó.

Aí não é já o homem-personagem que vive: é o romancista-inteligente que constrói. E a realidade triturada na mastigação monstruosa, escoia-se no objecto que os homens não reconhecem. Podemos aproximar desta tendência (esquecendo o muito que a forçada esquematização não permite desenvolver), o *Elói* de João Gaspar Simões.

Notemos ainda esta coisa curiosa:—Passando do tipo para o caso por amor do real, o herói deveria desclassificar-se como personagem romanesca. Ora, se houve quem o apeasse do seu pedestal (como o norte-americano John dos Passos no *Manhattan Transfer* e o brasileiro Jorge Amado no *Suor*), — êsses actos corajosos não deixam de ser excepção. E até nos livros que parecem desprezá-lo (lembro-me agora do *Berlin-Alexanderplatz* de Alfred Döblin), o herói (no exemplo, Franz Biberkopf), é um verdadeiro herói de romance. Mas isto nos lembra de novo que a verdade humana, cuja lógica é incoercível e só vence o homem pela sua evidência, nem sempre se apresenta por si como verdade romanesca. No romance não há outro controle que não seja o da lógica desenvolvendo-se sem o correctivo da vida (ai do romance que tivesse de apresentar a certidão de nascimento das personagens e os demais papéis igualmente em ordem!). Ora o heróico a personagem leva quasi sempre ao desprezo daquela verosímil verdade a que já me referi. Tudo vive para o herói; e isto quer muitas vezes dizer que no romance ninguém vive excepto aquele por via do qual os outros se passeiam cadáveres. Do mal não se salvou, por exemplo, Vitorino Nemésio com a sua *Varanda de Pilatos*: história de Venâncio Mendes (e talvez verdadeira), essa história não fez um romance. E o mesmo se diga da *Fôlha de parra* de Tomaz Ribeiro Colaço. E o mesmo se diga ainda da *Páscoa Feliz* de Rodrigues Miguéis.

Sacrifício ao estilo e desde logo convenção pela forma; sacrifício ao individualismo extremo e desde logo deshumanização pela perda duma total perspectiva; sacrifício ao herói e desde logo adulteração das perso-

nagens secundárias ou, pelo menos, desinterêsse por elas, — eis o que até agora encontramos no romance português contemporâneo. Decerto que a classificação peca por demasiado rígida e que alguns dos romances referidos poderiam admitir outra arrumação. Decerto ainda que a enumeração exemplificativa poderia ser mais completa e que muitos casos frizantes se terão esquecido. Mas tal facto não invalida o que fica feito; e, num panorama em que tudo se perde para apenas o conjunto limitado pela linha do horizonte se agarrar aos olhos, a aproximação do exacto é já qualquer coisa de satisfatório. E de tudo quanto fica dito, uma conclusão se tira: — a de que os nossos romancistas precisam de aprender a grande lição da humildade. Humildade que não é renúncia mas simplesmente aceitação da vida. Humildade que só um João Gaspar Simões parece ter compreendido ao escrever o mais romance dos romances portugueses de hoje: — os *Amores Infelizes* (não estabeleço qualquer juízo sobre o valor do romance que não seja referido ao ponto em discussão). Humildade que Aquilino não teve ao escrever essa inacreditável *Maria Benigna*. Humildade que José Régio não teve ao sobrepôr-se a tudo no seu *Jôgo da Cabra-Cega*. Humildade que... Mas para quê continuar?...

Quis apenas definir tendências; não quis sugerir orientações. Panorama que olhei, guardei para mim a minha opinião sobre se é belo ou se é feio. E aos que me preguntarem porque não fiz referência a Manuel Ribeiro ou Nuno de Montemor, não terei, estou certo disso, que confessar-me parcial: — a êsses direi sómente que pretendi falar de romances e que não foi meu intento violar necrópoles.

ALBANO NOGUEIRA.

#### (CONCLUSÃO DA PAGINA 7)

nuvens que passam, para as aves que voam, é tudo o que preciso. Viverei assim na minha casa. Ora sentado no fundo da torre e lá no cimo a fresta vidrada que eu mais adivinho do que vejo e o mundo dentro das quatro paredes que encamei e dispus; ora encabritado no último andaime, a face estampada no vidro do terraço a ver o céu, as nuvens e as aves. Viverei assim na minha casa...

.....  
— ... Até que cheguei a aborrecer-me, foi fatal... Tive ódio às pedras dispostas por mim naquela muralha onde não luzia a mais ligeira fisga; faltou-me o ar dentro daquela torre que parecia um pço sem água, um pço morto, feito apenas para encher de ossos ou entulho.

Ah! se alguém então me ouvisse, como eu saberia gritar!... Mas, sozinho, a minha raiva foi brutal como as pedras que me cercavam e contra elas é que eu arremessei o meu corpo de homem que nunca trabalhou ao sol. Saí da luta com o rosto como um santo sudário, com os olhos mais roxos que vinagre. Tinha ainda a janela e até lá me alonguei, de rastos e a boca entreaberta para respirar ou morder. Parti o vidro e tentei. Que importava rasgar os últimos pedaços de carne? E aos meus olhos mais roxos que vinagre apareceu o mundo que eu expulsara, o mundo dos outros com seus montes e árvores e por cima o azul que estava, afinal, também por cima deles! Mas até o céu me fez pena por ser azul e estar — senti-o bem — em

cima de mim. Quem é que disse que o céu era a libertação, que o espaço era infinito? Como o espaço sem névoa me pesou!... O azul do céu tapava-me, era uma mortalha. Estendido, exangue, aquele ar aquoso moldava-me a testa e as mãos cruzadas, salientava-se no sítio do nariz e dos pés...

Onde poderia eu encontrar a libertação e o vazio? Não seria melhor ter continuado a viver na minha casa em que as pedras pesavam menos que o ar imóvel e este céu tão puro que parece nunca ter servido?!... Deitado sobre as espáduas, como os lutadores vencidos, eu sofria a inércia do farrapo em que me transformara. Mas ainda tinha repeões: Porque não seria a abóbada, esta campânula de vidro fosco que me asfixiava, uma coisa inqualitativa, sem cor, sem som, sem forma, como o espaço insensível que separa os objectos próximos?! A cor, por mais desmaiada que fosse, ainda me oprimiu, era um véu, escondia. Não consegui, sequer, adormecer... Voavam sobre mim as aves, mas tão altas e serenas que só na memória eu sabia que eram negras e tinham garras; iam-se desfazendo de encontro ao meu corpo as nuvens felpudas, mas tão de manso e impalpáveis que não sentia a frescura em que me sepultavam. Não consegui adormecer. Esperei, até ao fim, que o que ainda restava acabasse por cair no fundo da minha casa onde nunca um grilo cantou, do pço erguido por estas mãos e que só serve — há quanto tempo eu o sabia!... — para encher de ossos ou entulho, tanto faz. —»

CARLOS SINDE

# PANORAMA

## Daltonismo Científico

Coube a vez ao Sr. Dr. Serras Pereira de dizer da sua justiça nas conferências de extensão universitária que se vêm realizando na Biblioteca Geral da nossa Universidade.

Para doirar o problema que pretendia tratar, foi S. Ex.<sup>a</sup> lançar mão da melhor conquista da ciência moderna: a teoria geral da Relatividade.

Em má hora, porém, o fez.

A teoria da Relatividade não merece ser utilizada como paramento de gala para um acto solene, e muito menos ser divulgada por quem não tem para isso a menor competência, como vamos provar.

Cingir-nos-emos apenas a uma parte da conferência, pois esta amostra elucida da qualidade da mercadoria.

O Sr. S. P. resolveu a certa altura apresentar o Universo quadridimensional da Relatividade Generalizada.

E que fez S. Ex.<sup>a</sup>?

Começou por descrever a experiência verificadora da propagação curvilínea da luz num campo gravitacional, cujo resultado era previsto pela teoria de Einstein.

Começa já aqui, na descrição da experiência, a revelar-se a ignorância do Sr. S. P. em questões de física elementar.

Assim, diz o Sr. S. P.:

«Os astrónomos haviam fotografado uma zona celeste onde certo dia, pela conjunção do sol e da lua, se daria um eclipse total.

A fotografia de determinadas estrêlas dessa zona celeste tinha revelado, antes do eclipse, na placa micrométrica, as suas imagens à distância  $x$ .

No dia do eclipse... fez-se noite.

Obtiveram-se então novas fotografias da mesma zona celeste, precisamente quando a massa solar, em conjunção com a lunar, estava entre os raios luminosos das estrêlas conhecidas.

E verificou-se que as imagens destas apareceram, na placa micrométrica, não à distância  $x$ , mas à distância  $x - \gamma$ .

Era evidente: o sol exercera acção atractiva e os raios luminosos haviam encurvado».

Ora o facto dos raios luminosos se terem encurvado, não tem como consequência a aproximação das imagens das estrêlas do centro da placa, como S. Ex.<sup>a</sup> quer fazer notar, dizendo que elas se encontram agora à distância  $x - \gamma$ .

Pelo contrário, as imagens aparecem na placa mais afastadas do centro desta.

E depois de profunda meditação sôbre a estrutura do espaço, diz o Sr. S. P.:

«Os einsteinianos ensinaram que o Universo é o agregado de massas dispersas, num espaço limitado, definido por um raio de 150 milhões de

anos de luz, por um diâmetro de 300 milhões e por um círculo de 900 milhões.

Quere dizer se possuísemos um automóvel capaz da velocidade de 300 mil quilómetros por segundo, gastaríamos 150 milhões de anos para ir do centro do Universo à sua periferia.

«Aqui tendes o Universo tetra-dimensional que vos queria apresentar».

Com que então o Universo, limitado por um círculo?

Não saberá S. Ex.<sup>a</sup> que o círculo é um lugar geométrico plano, e que por consequência só seres infinitamente chatos o poderiam habitar?

O que o Sr. S. P. talvez quisesse dizer, era que o Mundo estava limitado por uma esfera.

Mas, valha-nos Deus!, não é nada disto.

O Universo quadridimensional da teoria de Einstein, o contínuo espaço-tempo tem uma estrutura geométrica pseudo-riemanaiana e não é finito nem limitado.

O espaço tridimensional, que é a secção feita no contínuo espaço-tempo em cada instante, êsse sim, é finito mas ilimitado.

Em cada ponto êle apresenta uma determinada curvatura média, positiva.

Quere dizer, se partirmos dum certo lugar seguindo uma linha de *directão invariável*, voltaremos sensivelmente ao ponto de partida.

E' o que acontece, por exemplo, a um ser infinitamente chato cujo Universo espacial se reduza a uma superfície sensivelmente esférica. Na verdade, tal mundo é finito, porém o nosso habitante, pôsto a caminhar, jãmais lhe encontrará limite.

O seu espaço só tem contudo duas dimensões. O nosso é da mesma natureza, mas difere daquele em ter uma dimensão mais.

Em conclusão:

O Sr. S. P., ao pretender inicialmente mostrar o Universo quadridimensional, esqueceu-se duma dimensão. Depois, como ouvira falar no raio de curvatura do espaço, cogitou: raio!... logo esfera... e sem hesitar encafuou o mundo num saquinho esférico.

Não, Sr. S. P., o universo espacial de Einstein não é uma cabaça de pontear as meias...

Depois de tão extravagante concepção, S. Ex.<sup>a</sup> resolve idealizar uma viagem de automóvel, com a velocidade de 300 mil quilómetros por segundo, com partida do centro do Universo.

E depois de viagem tão exaustiva, com faróis apagados e sem fósforos para se alumiar, chega o Sr. S. P. à periferia e pergunta:

«E para além?»

Para além, Sr. S. P., dizia Aristóteles que era o primeiro motor e a mansão dos bem-aventurados...

# Lá vai mote!...

Aqueles que, confinando-se na actividade puramente intelectual, esquecem a humanidade, enquanto corpo plástico a requerer estruturação e sentido, não deixam passar as ocasiões propícias sem que lancem sôbre a política as mais ou menos torneadas frases do seu altivo e infalível desprezo. E' certo que pretendem justificar-se com a invocação inefável e oportuna do Santo Espírito (não confundir com o Espírito Santo), entidade, se é certo o que afirmam, bastante amiga de passear sem a canga de qualquer disciplina que lhe seja estranha. Mas, afinal, nisto de cangas, há muito que conversar.

Ser livre e, porque se é livre, ser objectivo, — eis o argumento de quem gulosamente sorve as delícias da assistência do Santo Espírito (é permitida agora a confusão com o Espírito Santo); e daí até negar-se tôda a actividade política nem sequer vai um breve passo. Contudo (há sempre nestas coisas uma voz discordante e uma adversativa antipática), — contudo, talvez que a razão estivesse do lado de Máximo Gorki quando êle, na juventude estupenda dos seus sessenta anos, escreveu as palavras, queimando na sua ironia de ferro em braza e aparentemente inofensivas, assim traduzidas em francês: — «*Le malin aime l' «objectivisme». Cette idée, si on la développe, signifie: d'une part, on ne peut pas ne pas reconnaître; de l'autre, on ne saurait admettre*». Ora daqui pode concluir-se sem esforço que afinal os senhores «objectivistas» também usam canga — embora se dêem ao altíssimo luxo de usá-la ao contrário...

Que, em França, um Gide (hoje com certeza caído em desgraça para êsses que ontem o julgavam quási excelso), um Romain Rolland, um Malraux, um Guéhéno e tantos outros se lancem decididamente no culto ou no exercício da política; que, na América, um Dos Passos, um Upton Sinclair, um Waldo Frank a tenham como actividade digna; que um Ramuz a considere tão alta e delicada que êle próprio tem mêdo de a macular com a sua inexperiência ou a sua inhabilidade — tudo isso são coisas que só nos admirariam se em Portugal se passassem. Mas, neste país de... intellectuais, talvez se não tenha ainda reparado suficientemente nos altos benefi-

cios que o exercício duma sã actividade política pode trazer.

Com efeito, a política é, antes de tudo, uma alta lição de humanidade. Em todo o... intelectual há, pelo simples convívio das idéas, uma tendência para a evasão, — para aquilo enfim a que os franceses, na sua língua onde a menor *nuance* encontra expressão exacta, chamariam *le refus du réel*. Ora a política, trabalhando com o barro humano duro ou maleável, estimando em valores aquilo que sofre a modelação e o correctivo da vida, contactando o intelectual com o homem surpreendido ali onde êle vive e nenhum véu o cobre, será a resposta do real ao apêlo vibrante daquela vida.

Decerto que a política se viu adulterada no seu conceito e enxovalhada na sua pureza; mas àqueles que nos julguem defendendo-a com tais aleijões, nem sequer nos dirigimos para que nos entendam. Queremos ser ouvidos pela gente de boa fé; e essa, insolidária com os maus embora transviada, não nos pensará acendendo velas em capelinhas. De-resto, só isto pretendemos: — que se reconheça o valor humano da política; que todos a considerem antídoto eficaz contra os devaneios de quem se isola e se evade para as altas regiões em que a razão começa a ser maquinismo bem lubrificado.

Além disso, talvez nada como a política dê ao homem a consciência da sua responsabilidade. Já não falamos no valor que pode dar-se ao acto grandioso de o homem assumir um compromisso (no caso, não sub-estimar a actividade política e exercê-la): basta que nos refiramos à responsabilidade que ao homem traz o facto de saber-se controlado pelos outros homens, — obrigado portanto a querer-se ponderado e ao mesmo tempo muito exigente de si.

A política humaniza, assim, e responsabiliza o homem; e só o homem responsável é afinal verdadeiramente humano.

Por aqui ficamos porque só isto queríamos: sugerir uma questão, arriscar dois alvitres, — jogar no «outeiro» pitoresco dos nossos... intellectuais um mote sério a pedir glosas...

---

■ Manifesto, cuja regular publicação foi prejudicada por motivos poderosos, chega com êste número ao fim da sua primeira série. E fiel ao destino que a si próprio se impôs e estimulado pelo necessário aplauso do público, promete para o próximo Outubro o seu reaparecimento.

■ Feita a cobrança das assinaturas, verificou-se que alguns recibos foram devolvidos por não terem sido encontrados os respectivos destinatários ou por motivos semelhantes. Para evitar as despesas de nova cobrança e a incerteza de melhor êxito, a administração de Manifesto (revista que vive exclusivamente do produto da sua venda), pede a quem não pagou o envio por qualquer modo dos 5\$50 em débito ou a devolução dos números recebidos.

---

N ú m e r o v i s a d o p e l a C o m i s s ã o d e C e n s u r a

De-resto, aí temos a demonstrá-lo, com desnecessária exuberância, a atitude bronca e servil do público português perante certos conferencistas de encomenda que o *sud-express* periodicamente nos traz.

Aí está, por ex., o caso do prof. francês sr. G. Pirou, economista celebrado no seu país e dócilmente reconhecido como tal nesta santa terra portuguesa. Falou-nos s. ex.<sup>a</sup> dum problema cheio de agudeza e interesse: — *la crise du capitalisme*. Fartamente aplaudido ao terminar, nem por isso o professor francês deixou de ser superficial e vago. Não nos interessa tanto o sentido em que a *lição* se dirigiu (no que podíamos ser tidos como suspeitos), mas sobretudo as conclusões apresentadas e as soluções sugeridas. E nisso o pitoresco só pode comparar-se ao talento de dizer que o sr. Pirou revelou. Enfim, pela sua clareza, pela sua elegância e pela sua futilidade, o sr. prof. G. Pirou mostrou-se digno émulo do seu glorioso compatriota Maurice Dekobra. E mais uma vez se provou que por onde andaram galos de fama (como Marx, Sombart e outros), não se deve aventurar um *pirou* quasi implume...

Pouco tempo depois (vá lá mais êste exemplo), veio a poetisa romena Helena Vacaresco, — com a fatal roseta da Legião de Honra e o seu sorriso claro de velhota simpática. Falou em Coimbra, na Biblioteca da Universidade, tribuna de glórias e de misérias onde tivemos o prazer de ouvir a brasileira Cecília Meirelles e o não menor prazer de gozar as tolices e a indigência intelectual do português Alfredo Pimenta.

Foi-nos prometida uma conferência sobre *la femme à travers les ages* mas, por considerações psicológicas e não sabemos já que mais de igualmente esquisito, à última hora s. ex.<sup>a</sup> decidiu substituí-la pela narração minuciosa e fatigante do seu país muito amado. Falou s. ex.<sup>a</sup> de tudo: do clima, da fertilidade do solo, do aspecto de *ces beaux villages de mon pays*, etc., etc., etc., etc. *Oh! la Roumanie*, para um lado... *oh! la Roumanie*, para o outro, — em resumo: um autêntico guia de turismo, deselegantemente impingido a quem foi para ouvir falar de mulheres. Mas o público deu palmas e a velhota ficou enternecida. E afinal, também nós ficámos enternecidos. Não para sermos agradáveis à velha; apenas pela expressão provincianamente pitoresca de certos ouvintes importantes, olhando elevados não se sabe bem o quê...

**M**orreu em Moscovo com 87 anos Ivan Petrovitch **Pavlov**. Julgamos que êste nome tão russo não é vasio de sentido para o leitor; usou-o, na verdade, um homem que os historiadores da ciência colocam ao lado de Pasteur e de Claude Bernard.

Pobre e filho de pobres, Pavlov conheceu directamente a miséria e o esforço esgotante; a casa onde habitou com a família teve que ser construída pelas mãos dos que a habitaram. Mas o temperamento permitiu-lhe achar nesse desconforto dos primeiros tempos de vida uma circunstância indiferente, por vezes até a origem de satis-

fações. A sua necessidade de acção transbordava do laboratório, que nunca pôde absorvê-lo inteiramente. Foi-lhe sempre preciso o trabalho, o combate, quer na actividade física quer intelectual; nunca pôde dispensar o que êle chamava a *alegria muscular*. No conjunto, a sua personalidade moral não é inferior à sua personalidade científica.

Célebre já, ganhou em 1904 o prémio Nobel de fisiologia e medicina; muito antes, o conceito que formava da dignidade humana levava-o a protestar contra a tirania do director da escola onde professava, não hesitando em arriscar a carreira; a experiência da miséria nunca o entibiou ou prendeu; a idade e a glória também não prejudicaram a sua inteireza de carácter, que sempre exigiu dos subordinados e de si próprio, fôssem quais fôssem as circunstâncias. A simplicidade, a regularidade da sua vida, que alguém já comparou à de Kant, não resultou de acomodações, de transigências; ao contrário, foi através de graves conflitos, quer sob o governo czarista, quer sob o governo soviético, que conseguiu manter a coerência e a dignidade. Não simpatizava com o regime bolchevista, mas, falando ou escrevendo, nunca o ocultou; como participante de instituições oficiais não temeu protestar contra as medidas que supunha perniciosas, muito embora trouxessem a chancela governamental. Tem que confessar-se, entretanto, que o actual governo russo o tratou sempre com mais que solicitude, com carinho: os seus laboratórios foram apetrechados de maneira formidável e chegou-se ao ponto de proibir o trânsito que pudesse perturbar a calma das suas investigações científicas; em 1929 a Academia de Ciências da União Soviética, o Instituto de Medicina Experimental e outras colectividades congêneres celebraram brilhantemente o 80.<sup>o</sup> aniversário de Pavlov.

Quanto ao alcance dos seus estudos e à repercussão que podem ter as suas experiências aparentemente ridículas, basta dizer que Bertrand Russell o considera o verdadeiro continuador de Galileu e Darwin na evolução do método científico; é ainda o mesmo autor que, marcando as fases de expansão da ciência, atribuiu a Pavlov o primeiro lugar nas tentativas para emancipar o estudo da psicologia. É natural que o leitor esclarecido conheça a doutrina dos *reflexos condicionados* e saiba então como daí se pode partir para uma concepção naturalista da vida mental; se não sabe e tem curiosidade também não queremos tirar-lhe o gosto de, por alguns francos, adquirir sobre o assunto uma erudição congestiva. Nós é que não podemos estar por mais tempo a esta esquina da *via pública* a impedir o passo aos senhores que se seguem...

**A**lexéi Maxímovitch Péchkov -- **Máximo Górkí** — (1868-18. 6. 1936) ocupa na morte o lugar que em vida conquistou dentro das muralhas do Krémelin.

Tinha nos olhos a vontade firme que uma certeza íntima ilumina, e na cara ossuda o cur-tume das dores seculares da classe donde veio.

Um mundo estafado e hipócrita pretende ignorar e abafar a sua morte, esquecendo que Pavel Vlassov é vivo e ajuda a aperfeiçoar o projecto da lei nova. Quando muito, o mundo velho vai buscar momentânea excitação de impotente aos passos «românticos» da vida do vagabundo esfo-meado e independente. E, incapaz de viver-lhe a vida forte, supõe poder enterrá-lo de vez na cova do esquecimento.

Mas os Novos não esquecerão a longa mocidade dêle e recordam e guardam o desejo que lhes legou:

— «*Meus jovens amigos! No vosso interesse, sinceramente desejo que a vida vos dê uma boa lição, que sintais sobre a pele a carga da sua pesada mão rugosa — da mão da grande e implacável educadora que nós mesmos, os humanos, impregnamos da nossa razão e da nossa vontade.*»

... e meditam a lição de optimismo do jovem Pavel Vlassov:

— «*Os homens são maus. Sim... Mas quando soube que havia uma verdade na terra, pareceram-me melhores. Tenho dó deles... Não compreendo como, mas o meu coração tornou-se mais terno quando soube que havia uma verdade para os homens e que nem todos êles eram culpados da ignominia da sua vida...*»

A' «*inteligentsia*» da nossa terra, principalmente às suas mais recentes camadas, lembramos esta passagem dum discurso de M. Górkí feito num congresso de escritores em Agosto de 1934:

«*Que levou a literatura da Europa à impotência que se revela no século 20? Violentamente e com muitas palavras foi defendida a liberdade da Arte, a vontade própria do pensar criador; e por tôdas as formas se afirmou serem possíveis a existência e desenvolvimento da literatura independente das classes, independente da política social. Foi esta uma má política, pois foi ela que inevitavelmente levou muitos escritores a restringir o círculo das suas observações da realidade, a desistir dum largo exame universal dessa realidade, a fechar-se na «solidão da sua alma», a dar-se a uma infrutífera «auto-contemplação» que estava desligada da vida. Verificou-se que o homem, fora da realidade completamente repassada de política, não é reconhecível. Viu-se que o homem, por mais fantasias que arranque da cabeça, é e continua a ser uma unidade*

*social e não um ser cósmico. E viu-se que o idealismo, que se transformou em egocentrismo, produziu «homens supérfluos».*

**N**a noite de 11 para 12 de Julho de 1536, há precisamente quatrocentos anos portanto, morreu aquele que personifica o mais alto exemplo do humanismo renascentista: — **Erasmus**. Decerto que o homem, encarcerado na sua tórre, que um dia escreveu:

— «*Quem tenciona dizer a verdade, deve usar de modéstia e de prudência, e o silêncio é preferível, se a verdade provoca desordens...*»

... está longe de servir de modelo aconselhável aos intelectuais de hoje. Mas é-nos grato lembrar aqui a sua independência indefectível, — independência que o levou a pôr na bôca da Loucura estas palavras mordazes como tôdas as palavras irónicas:

— «*É pois dêste jôgo extravagante e ridículo a que presido que provêm estes filósofos presunçosos, aos quais sucederam êstes indivíduos a que o vulgo chama monges; é daí que vêm tanto os reis cobertos de púrpura, como os padres do Senhor, e os papas nossos santíssimos Padres; enfim é daí que vem também tôda esta multidão inúmera de divindades poéticas que o Olimpo, por maior que seja, mal pode conter.*»

E para que de todo se não extinga hoje a sua voz tão prêsa ao tempo em que viveu, arquivemos mais estas palavras suas, certas e actuais:

— «*Ponhamos na mesma classe os dialéticos e os sofistas, indivíduos que fazem mais barulho que todos os caldeirões de Dódona, e cuja menor tagarellice poderia rivalizar com as vinte mais loquazes comadres que se encontrem debaixo do céu. Felizes, sem dúvida, se não fizessem mais que tagarelhar; mas disputam e querelam com teimosia pelas coisas mais vãs e mais ridículas, e à fôrça de altercações, perdem muitas vezes de vista a verdade que perseguiam. O amor-próprio torna-os perfeitamente felizes. Armados de dois ou três silogismos, não temem entrar em luta com tôda a espécie de campeadores, e de disputar sobre qualquer assunto que seja. Mesmo que tivessem de haver-se com o Stentor, nunca os veríeis ceder; a sua teimosia torna-os invencíveis.*»

#### ( CONCLUSÃO DA PÁGINA 5 )

bremos que esta questão põe de pé o problema dos direitos do Estado e dos indivíduos em relação à educação da juventude — ¿até onde vão os direitos duns e doutros? ¿Monopólio do Estado, ou regime de livre concorrência, sob o contrôlo do Estado?

É, sob um outro aspecto, o problema da família — são os pais obrigados a mandar os filhos às

escolas públicas, ou é-lhes reconhecido o direito de os enviarem àquelas escolas privadas que quiserem, embora sujeitando-se às normas gerais oficiais, quanto a validade de diplomas?

Aqui entra em jôgo um novo personagem, a defender a liberdade dos pais.....

.....

BENTO DE JESUS CARAÇA

## MANIFESTO

DIRECTORES: Albano Nogueira e Miguel Torga. — EDITOR: Álvaro Taveira. — REDACÇÃO e ADMINISTRAÇÃO: Livraria Gonçalves, Rua de Sá de Miranda, 52, Coimbra. — ASSINATURAS: 3 números 5\$50. Número avulso: 2\$00  
Composto e impresso na Tipografia da «Atlântida» — Rua Ferreira Borges, 103 a III — COIMBRA

# MAANI FESTO

Revista de Arte e Crítica

SUMÁRIO: *Via Pública* ■ Miguel Torga — *Uma página qualquer* ■ Carlos Sinde — *Acto de Fé* ■ Vitorino Nemésio — *Ode ao mar* ■ António Ramos de Almeida — *Panorama literário* ■ Gil Vicente.

4

---

coimbra

j u l h o d e 1 9 3 7

# v i a p ú b l i c a

«**T**ôdas as coisas são difíceis; o homem não as pode explicar com palavras». Esta lamentação é do Eclesiastes, que era inspirado por Deus e escrevia em hebraico. Ora nós não somos dêsses, e escrevemos em português, do mau. Por isso, como justificação dêstes 365 dias de ausência do **Manifesto**, diremos apenas ao leitor que a coisa não pôde ser por menos. E o mesmo para êste reduzido número de páginas.

**C**omo homens peninsulares dói-nos a dor de perdermos **Unamuno** um dos maiores génios da terra. Quem escreveu o *Cristo de Velazquez*, os *Comentários ao Quixote* e o *Sentimento Trágico da Vida*, é grande como Velazquez, como Cervantes e como a Vida. Mas o seu corpo morreu. E nós, que sabemos de cor êstes versos que Êle transcreveu do cemitério de Mallona,

*Aunque estamos en polvo convertidos,  
en ti, Señor, nuestra esperanza fia,  
que tornaremos a viver vestidos  
con la carne y la piel que nos cubria,*

que sabemos até onde pode ir a angústia de quem vive a morrer a sua eternização, só podemos honrá-lo chorando de puro desespero sobre a terra que o come.

**E**ra uma vez um brasileiro que gostava muito de enguias. Um dia, ao voltar a Portugal, resolveu ir fartar-se delas a uma hospedaria. Não era tempo de enguias. O brasileiro, porém, sentou-se e pediu enguias. O criado, depois de o ter informado de que não havia enguias naquela altura, passou a enumerar-lhe todos os pratos da lista.

O homem ouviu, ouviu, e acabou por dizer:  
— Enguias!!! Arranje-me enguias!

O criado, perplexo, retorquiu que, além dos da lista, poderia ainda preparar-lhe outros pratos que — evidentemente — não eram de enguias. O homem só respondeu:

— Traga enguias!!!

O dono da hospedaria, informado da teimosia do frêguês, acercou-se da mesa para dizer que, além daquilo que o criado tinha dito, ainda se conseguia arranjar, se êle quisesse ter a bondade de esperar um instantinho, qualquer outra coisa a seu gôsto. O brasileiro, que nem tinha levantado os olhos do prato vasio, limitou-se a murmurar:

— Enguias!...

.....  
Acabou por morrer de fome.

... Mas lá tinha as suas razões o pobre do brasileiro: — Uns, morrem a pedir enguias; e outros vivem a oferecer **Empirismo-lógico**.

**D**esapareceu em circunstâncias misteriosas e próprias da guerra civil o poeta espanhol Federico García **Lorca**. Quando se é poeta como êle tem-se talvez direito a uma morte violenta e a que os outros não ponham em cima da pura memória um adjetivo. Mas nós temos necessidade de fixar as pessoas pelos seus perfis, e, quando essas pessoas foram pessoas de palavras, não há remédio senão tentar retê-las com a mesma matéria que as compôs.

García Lorca é um poeta para quem a terra se apresenta como uma colecção misteriosa de côres e de sabores; poeta visual e sensual. Espanhol no feitio um pouco barroco do seu instrumento lírico e na aspereza de certos tons, era essencialmente andaluz pela ebriedade das suas visões, em que tudo tomava uma côr quente e um arranjo sonoro. Cantou a vida dos ciganos que moram em covas e no dorso dos burros pelados, e a sua compenetração com a alma andaluza foi tamanha que parte da sua poesia se tornou popular. Para reter essa outra feição barroca do génio de Lorca lembraremos apenas a *Ode al Santísimo Sacramento del Altar*. Para apontar o seu andaluzismo recordaremos ainda o *Llanto en la Muerte de Inácio Sanchez Mejias*. Em suma: poesia de experiência e de sugestão, ao mesmo tempo essencial (isto é, nua) e cheia de roupagens e símbolos.

Talvez pouca gente cá saiba que a Espanha moderna tem grandes poetas. A qualidade dos poemas de Lorca muito contribuía para êste estado de coisas. As suas atitudes, poéticas na própria vida, corroboravam a autenticidade da sua inspiração. Morto ou simplesmente desaparecido, estamos com êle.

**A**dler (há nomes que assentam bem...) foi o criador duma corrente interpretativa do espírito humano conhecida pela designação de *psicologia individual*. Conforme à nossa tradição cultural, a sua obra é quasi desconhecida dos portugueses, e entretanto, já em Lisboa alguém muito competente procurou divulgar e aplicar os princípios essenciais da sua doutrina, ao que supomos sem qualquer êxito. Cientista e filósofo, Alfredo Adler aparenta-se a Nietzsche, a Schopenhauer, a Freud; as suas teorias radicam em preocupações profundamente humanas e concretas, o que explica a projecção imediata das suas soluções teóricas no campo da pedagogia e da psicologia infantil. Era, precisamente, um curso para interessados em questões educativas (professores, médicos, pais) que Adler se propunha realizar êste verão em Inglaterra. Mas na página da revista onde lêmos o plano do curso acrescenta-se, em nota, que Adler morreu, repentinamente, numa rua de Aberdeen.

# UMA PÁGINA QUALQUER

E era no meio dêste inferno que as cartas de meu pai chegavam, a aconselhar juízo e obediência! Era no meio dêste desespero, cercado por arame farpado, que a letra de minha irmã, redonda e calma, falava em lembranças para minha tia! E eu sem coragem para lhe responder a explicar quem era e como me tratava minha tia! Mas entregava as lembranças. E ficavam-me as palavras de meu pai a bater na cabeça: «Juízo e obediência!» Depois vinha a festa da Senhora do Amparo, que tinha sido muito bonita... Um arraial que só visto. E a missa que meu tio prometera rezada pelo senhor Prior, que só agora perdoara a minha saída estúpida do Seminário. O Seminário! Que seria feito do Arménio, sempre de bexiga cheia?! Do senhor Ramos já sabia que tinha deixado a vida de padre. Mas os outros? E relia novamente a carta: «A missa que o tio prometeu...»

Regressava à noite da promessa. Um incêndio pavoroso na mata-virgem do Grotão. No meio do mundo em trevas, aquela fogueira! Meu tio, desganhado, aos berros àqueles cem homens que abriam o aceiro. E os estoiros medonhos dos bambus aquecidos! E os gritos angustiosos daquela manada de macacos cercada de fumo e de labaredas em cima duma sapocaia! Quando o fogo saltou a picada, a promessa. Uma missa à Senhora do Amparo. Depois o milagre, a lua a nascer cheia de paz, e aquele braseiro no meio das pèrobas, dos ipés, das garapas, das braúnas, de tôdas as árvores de boa raça, carbonizadas, com fôlhas teimosas lá no alto, — de pé, olhando para o céu como um protesto!

E vinha novamente o arraial da carta de meu pai. De certeza, os mesmos foguetes de três respostas, os mesmos macacos de papel, que rodavam, rodavam e por fim se desfaziam num estoiro. Senhora do Amparo! Senhora do Amparo! E minha tia lá estava, como sempre, às investidas contra os ouvidos surdos de meu tio:

—É um desavergonhado, um malcriadão...

Teria feito o milagre, teria... Mas a mim tinha-me desamparado duma vez. É certo que nunca mais fôra a uma missa, a uma confissão, ou rezara um Padre-Nosso e uma Ave-Maria... Mas não era cousa que merecesse um castigo daqueles... Minha tia lá continuava:

—Não prendeu o bezerro da *Canária* e o leite não chegou para fazer canjica...

Senhora do Amparo! Mas qual Senhora do Amparo naquela terra, se tudo ali era uma feitiçaria de meter mêdo! O grande homem, na Morro Velho, era o negro Cristóvão, que vivia a trocar raízes por rapaduras, cachaça e carne sêca.

Depois, pobre de meu tio e de mim, que comíamos aquilo na sopa preta, onde se não enxergavam as feitiçarias...

O grande homem da fazenda era o Cristóvão. Era em casa dêle que havia os bailes célebres em tôda a região. Caía lá o poder do mundo. Vinham negras velhas das fazendas das redondezas trazendo filhas novas, vestidas de branco e de vermelho. O feitiçeiro morava na derrubada do Retiro, numa casa de barro batido, cercada de um espaçoso terreiro. A' volta disto, cafezais. Ao luar, sob um teto de fôlhas de bananeira, os pares iam chorando o mancada. A Etelvina, nos braços do amante, ondulavo cadenciadamente as largas ancas, feliz. A filha dum português de Viana do Castelo, uma mulata muito clara e delicada, olhava enternecida o Salvador, negro retinto. A horas mortas, o Cristóvão cantava. Os seus olhos vidrados fitavam o céu. A sua bôca desdentada ficava-se parada e aberta a deixar sair umas palavras misteriosas embutidas numa toada misteriosa:

O galo canta, sinhá...  
O galo canta, sinhá...  
O dia arrompe, sinhá...  
O dia arrompe, sinhá...  
Eu vou-me embora, sinhá...  
Eu vou-me embora, sinhá...

As negras velhas, sentadas à volta do terreiro, fumavam em cachimbos de barro, pensativas. Dentro de casa bebia-se café e cachaça. Cheirava a cachiço e a brilhantina barata. O Óscar pegava-se num desafio medonho com o Anacleto.

Lançava o repto:

Ai, canta o mulato  
neste assunto do *ão*;  
negro pra cantar comigo  
lava a bôca com sabão...

Insistia:

Negro, pra cantar comigo  
lava a bôca com sabão;  
se não lavar bem lavada,  
comigo não canta, não...

Até que o outro se atirava ao abismo... E o abismo eram aquelas rimas em *ão* que enchiam a noite inteira... Embebedavam-se de aguardente, de versos e de cio. Depois vinham do cafezal gemidos, gritos agudos e tiros. Naquelas sombras se amavam, se desfloravam, se matavam, donos dos seus destinos. No dia seguinte meu tio ralhava e aparecia a polícia. Mas o Cristóvão era negro velho, muito velho, do tempo da senzala, e sabia do seu ofício... Pedia perdão, jurava, e daí a pouco tempo havia baile outra vez.

(DE A CRIAÇÃO DO MUNDO, NO PRELO)

MIGUEL TORGA

# ACTO DE FÉ

## I

— «Como foi que começou?... «No princípio era...». Sabe-se lá nunca o que era no princípio! Não é para quem principia e acaba saber o começo e o fim. Tenho do caso umas reminiscências e poderia construir com elas a lenda fatal de todas as origens; mas quem me conhece, sabe que não valia a pena. Por mim, sinto que não posso. Levava muito tempo. E, principalmente, levava um tempo que eu já perdi. A recordação fragmentária que guardo poderia fornecer a história diplomática do acontecimento. Estaria bem, se me satisfizesse uma espécie de livro branco com seus textos oficiais, onde os salamaleques e as fórmulas substituem os passes cabalísticos do conto do vigário. Mas não. Deus me livre de apresentar a quem lê o aspecto daqueles velhos batoteiros que jogam uns com os outros empregando um baralho marcado. Evito sempre o que é possível evitar.

Declaro que pensei bastante no que ia dar-se; a pontos de me parecer que essa fase não teria outra seguinte; de me parecer, agora, porque na altura só pensava na fase seguinte. Chego, neste episódio, a confundir geração com nascimento. E o pior é que me sinto disposto a aceitar — sempre e só neste episódio — a confusão exposta.

... Princípio assim, porque começo a passar a limpo o rascunho que para aqui tinha desde há meses. Ao rever os papéis, fiz-me a pergunta sobre os antecedentes, querendo, como é meu costume, antecipar-me a pergunta igual manifestada pelos outros. Mas o que me interessa é copiar correctamente, aproveitando esta ascensão da natureza que faz aluir os montes e as árvores ainda nuas e vibrar enganadoramente os corpos já gastos. Escrevo ao som dos cânticos que se alegram com a Ressurreição de Cristo, num dia em que basta deitar os olhos fora da janela para sentir que não há lages nem centuriões capazes de guardar na cova certos mortos. E apesar de tudo estar feito, apesar de ser agora apenas um homem que apura a letra, torno a envergonhar-me do passado e prevejo as pessoas que me consultam e estimam, espantadas... Como eu. Nenhum dos leitores me conhece, sequer o nome ou a figura; mas não é dos leitores que eu empalideço, é de mim. E eu sei perfeitamente quem sou e o que fiz. O mundo — é por isso que lhe tenho medo — só consegue, quando o consegue, que eu volte para dentro a minha atenção que, por instinto de defesa, gosta de perder-se sobre as pessoas alheias.

E não hei-de ter motivo para me envergonhar... Andei toda a vida a criar um segredo, a falar com êle, a defender-me e a justificar-me com êle por cada derrota que me caía em cima; sempre pensei que era diferente dos mais: tinha

um segredo e não tinha necessidade de o proclamar. Que importava que o meu segredo fôsse uma ilusão e que todos o soubessem? Para mim, chegava que eu ignorasse tudo isso, que estivesse convencido de que tinha um segredo. E afinal sou, como os meus semelhantes, uma senhora comadre! «Um corvo tinha um queijo no bico e vai daí chegou uma raposa...». Aquela tentação de exclamar: Saibam que eu tenho um segredo e que vou dizê-lo!... para poder gosar a cara tôla dos que se voltaram perante o berro! Uns segundos depois, era minha a cara de tôlo ao ouvi-los: E que temos nós com isso? Quem lh'o perguntou? Na verdade... Eu era, como êles, senhor dum campo onde se davam flores que cresciam até ao momento de poderem ser devoradas pelas larvas.

Vivi fechado por dentro até esta altura e tão bem fechado que ninguém sentiu a tentação de roubar-me. Tinha a consolação de me supôr ignorado e melhor que os demais, sem isso me custar e sem nada fazer para sair da situação. E de repente, no fim da vida, esta desgraça de falatório, de comunicações! E não hei-de envergonhar-me? Vou para a frente porque estou a contar o caminho andado, mas nem assim posso matar a necessidade do diálogo, para melhor disfarçar a inquietação e o desalento. Procuo não chegar à leviandade dos que tudo, tudo descrevem supondo que assim conseguem descrever-nos tudo o que se passou; mas por uma questão de honestidade, que herdei dos meus e conservo, confesso que, na redacção inicial, a primeira página do massô que estou a passar a limpo não tinha qualquer título. Só mais tarde, quasi no fim e quando reparei no tom dêstes desabafos de velho, é que me surgiu o nome que lhe dou. Ia pondo ao sol os achaques interiores, mas não era só uma túnica de penitente o molde que podia servir-me; talvez que tivesse ao escrever o aspecto de quem se confessa e procura a absolvição ou o céu, mas conservava, sem saber como, a fôrça e a coragem de escolher entre os actos do catecismo aquele acto afirmativo e seguro que apetece gritar de cara erguida.

Levado pelo hábito, tentei enganar-me e dizer que era apenas uma forma de passar o tempo, de recordar cenas, de puxar à boca o amargo e o enjôo de certas horas; lembrar para esquecer, pouco mais. Mas as palavras da infância não me saíam de diante e tive que as escrever ali mesmo, entre parêntesis. Agora, ao copiar, coloquei-as no seu devido sítio, ao alto da primeira página. Não me satisfazem nem me satisfizeram quando as encontrei. É uma corda qualquer capaz de enfeixar o molho das prosas. Mal encamadas como são, bem precisam de atilho que as prenda; não levam, asseguro, o

(CONTINUA NA PÁGINA 8)

# O D E A O M A R

Vejo-me só, de pêlo e pele, numa ilha negra.  
Meus irmãos homens desertaram  
Com os documentos em regra  
Nos barcos que me roubaram.

Sim, porque eu era o Rei da ilha em questão...

Aí nascera.

Lá, uma vaga dera  
Uma pancada rara  
(A vaga minha madrinha),  
Não sei com que fôrça ou vara:  
Sei que a pancada vinha  
Direita ao meu coração,  
Que ainda hoje a reproduz.

Minha Mãi deu-me de mamar.  
Santo nome de Jesus!:  
Eu vinha sujo da viagem;  
Vinha na ponta da vara  
(Que a vaga lá brandiu  
Com sua ampla coragem  
Em minha Mãi, cara a cara)  
Como um bichinho do mar,  
Uma coisinha de nada  
Que a vaga arrancou, cobriu  
E trouxe, a vaga do mar.

Nas praias me criei  
Dos peixes e das lotas,  
Comendo o podre e o fresco,  
Ensinado das gaivotas,  
Que são o meu parentesco.

Aí me criei e recriei.  
Aí — conchas, tons, nudezes e mergulhos.  
Metiam na pele do Rei  
Pedrinhas de sal e porcarias  
Para êle lavar os seus orgulhos.  
E eu — sujo, sujo, todos os dias!

Nítido, azul até à exactidão de uns olhos,  
Ou verde como uma bôca desgostosa,  
O mar enchia-me de amor;  
Eu descia, directo, a êle, que em mim subia  
E tomava-me até aos olhos  
E dava-me a sua rosa —  
A sua grande rosa de sal e de amor...

Amplo, cheio, sufocado,  
Vestido de um azul viril que me bebia,  
Dentro do mar fui proclamado  
Rei, e ali logo embalsamado  
Por causa das dúvidas que havia.

Ah! Súbditos fiéis que viestes!  
Peixes de côr tremendo em círculo e coroando-me!  
Sereias levando-me as veias para cabelo!  
E o baobá de coral, lá do reino de Orestes,  
Puxado pelos Seis Tritões do Cabedelo!

Movimento do mar que te coaste por mim!  
Sabor do mar que estalaste a tua língua em mim!  
Salgadas extensões imperiais que eu herdo!  
Gota que atravessaste o Atlântico Norte  
Só para vires pulsar no meu mamilo esquerdo!

Aresta e rôlo sem impulso  
Que tudo isso me atiraste  
E que, menino, em mim crescestes e em mim pegaste  
Levantando-me a pulso,  
Oh mar!  
Água súbita, rente e transparente nexo  
Urdido por aqueles peixinhos por criar,  
Que, vendo-me de papo ao ar, sóbrio em minhas  
colunas,  
Vinhão picar-me o sexo!

Oferendas leais, meu mar, delicadas como estas,  
Mestre, tinham de ser tuas filhas e alunas.

E assim os madeiros rolados, cheios de furos e de  
frestas —

Brutalidades flutuantes,  
Utilidades manifestas —  
Cobertos de lágrimas e bicos duros  
De têtas antigas e funestas  
De certas sereias honestas...  
E nós impuros! E nós impuros!

Mar, amplo como o Aro de ti mesmo,  
Estirado como aquele que dá com a nuca no chão,  
Alto como o respingo inviolável,  
Profundo, doce e arável  
Como terra de pão!

Mestre de angústia, mar! como uma pedra no peito  
(E só água!);  
Mestre de coragem — diante a terra, ali direito!  
(E tudo isto, com água!);  
Mestre de limpeza — o sujo de todos os vestígios  
Que vai, com o peito exposto e de cristal cortado,  
Desafiando os prestígios,  
Provocando os prodígios  
E atirando às vezes por desprezo à terra um afogado!

E depois — mar parado... neutro... fosco...  
Uma tenaz qualquer, de pedra — e eis a bacia;  
Aí está íntimo connosco.

Ali é pobre: até se via  
O seu espumante andrajo  
Na triste pedra em que o batia.

Ali o conheço e o viajo,  
Eu, o Rei da Ilha Negra, o das águas tocado,  
O coroado de peixes  
Que vêm sôbre êle à uma,  
E que te pede a ti, Pai Mar, que o deixes  
Viver na imitação da tua espuma.

VITORINO NEMÉSIO

# Panorama literária

O panorama anual da Literatura Portuguesa cabe numa página de síntese, se entendermos que tal panorama só vale naquilo que contém de vivo, de progressivo ou de novo, isto é, se dentro dêle estiver exclusivamente o que representar um acréscimo à literatura nacional.

Bem pouca é a actividade literária séria, bem poucos são os verdadeiros artistas que vivem para a construção de uma obra ou que se revelam capazes de a realizar através de tudo e por tudo, e só êsses conseguem depois de longos anos de luta entrar definitivamente na história literária de uma nação. Muitos julgam alcançar tal posição à custa dos adjectivos da grande imprensa, da literatura de circunstância, do réclame, do mudar constante de feitios e de côres como o camaleão. Tudo isso é demasiado pueril para resistir ao tempo; o que fica tem de estar para além da grande imprensa, do réclame, da circunstância.

Apesar de tudo o ano não se perdeu — o ano a que nos referimos fica compreendido entre a última publicação desta revista e o presente número —. Três poetas do primeiro plano da literatura moderna enviaram ao público mais uma vez o apêlo das suas mensagens. Foram êles, cronologicamente: José Régio, Miguel Torga e Casais Monteiro. *As Encruzilhadas de Deus, O Outro Livro de Job, Sempre e Sem Fim* constituem um passo progressivo da poesia portuguesa.

*As Encruzilhadas de Deus* representam, na obra já realizada de José Régio, uma síntese dos seus dois livros anteriores, *Poemas de Deus e do Diabo* e *Biografia*, e mostram-nos um poeta com plena consciência da sua personalidade e segurança dos seus meios estéticos.

*O Outro Livro de Job* é um conjunto de poemas que são o espelho de um verdadeiro poeta, até aí revelado numa obra algo fragmentária mas que constitui documento bastante para provar que Miguel Torga é uma das figuras mais fortes e vivas da poesia moderna. *O Outro Livro de Job* teve ainda a suprema virtude de ampliar o conhecimento da personalidade do poeta do *Abismo*, que até então se encontrava velada ao grande público pelo hermetismo dos seus meios de expressão.

*Sempre e Sem Fim* é a demonstração de que Casais Monteiro é um poeta, um poeta que não concentra a sua poesia em versos mas deixa-a espalhada sobre os seus poemas semelhante à brisa que balança os ramos da paisagem. O mais moderno dos modernos poetas de Portugal, Casais Monteiro é através da sua poesia o homem novo que busca a liberdade e a certeza profunda dentro da vida moderna, feita de prisão e de certezas fáceis e equívocas. Casais Monteiro representa a inquietação do homem culto moderno, em oposição a José Régio, que é o homem com todo o pêso do ancestral, senhor de uma cultura coada pela osmose do tempo, prêso

e enraizado ao passado deitando raízes para o presente, e a Miguel Torga, que é por sua vez a inquietação eterna e sempre virgem do homem primitivo.

Na poesia é tudo, acrescentando a *Ilha Deserta* de António de Sousa, que nos dá o poeta saúdossista de *O Encantado* e *Caminhos* numa nova fase formal e de fundo, sempre enriquecida pelo seu invulgar talento literário.

Os prosadores ficaram-se, como de costume, abaixo dos poetas, exceptuando a maravilhosa aventura de D. Sebastião «imaginada» pelo maior prosador português vivo: Aquilino Ribeiro.

O romancista de *Terras do Demo* e da *Via Sinuosa* tinha perdido o seu verdadeiro caminho e enveredado por um atalho que felizmente já encontrou saída. O Aquilino Ribeiro que romancou a alma bárbara de Portugal atraçou-se quando se julgou capaz de fazer labirintos de psicologismo ou de freudismo, sem reparar sequer no abismo que existia entre um *Malhadinhas* e uma *Maria Benigna*, abismo tão profundo que se não transpõe somente com talento literário. O último livro de Aquilino Ribeiro é uma nova aurora, além de ser mais uma revelação do poder estranho da sua prosa, plena de audácias, que a outro qualquer faria resvalar no ridículo, e de subterfúgios estilísticos, que mais ninguém sabe manobrar. E' sobretudo uma obra de imaginação literária, o que é muito importante, se repararmos que a falta de imaginação é um dos pecados mortais dos artistas modernos, que construíram uma estética que vive do egoísmo e da auto-contemplação umbilical.

É justo destacar entre os últimos livros de prosa, *Isabel de Aragão, Rainha Santa*, vivência histórica de Vitorino Nemésio. Fazer reviver figuras históricas já transformadas em insignificâncias por literatura tendenciosa, adjectivos de manual ou cartazes de romaria, é muito difícil, e Vitorino Nemésio conseguiu-o, escrevendo uma «vida» onde os personagens são vivos e humanos, e não fantasmas do passado ou figuras de retórica que rodassem na acção puxadas por cordelinhos invisíveis.

Esperamos que V. Nemésio continue a aproveitar o seu talento em obras do mesmo género.

João Gaspar Simões ofereceu-nos a segunda parte de *Uma história de Província*, da província portuguesa filtrada por Eça de Queiroz, e revelou mais uma vez os seus dotes de romancista, contando admiravelmente uma história quási sem interesse. Porém, *Uma história de Província* é pouco, muito pouco, para ser um romance do nosso tempo.

Os últimos livros de prosa de Teixeira de Pascoais são documentos poéticos, interpretação poética de personagens, da vida e das ideias, e como tal valem e ajudam a compreender a porção de metafísica e de mística contida na sua poesia. A prosa de Teixeira de Pascoais amplia o conhecimento de certos caminhos ínvios da sua

obra e ajuda a desvendar a sua misteriosa génese poética, mixto de cristianismo e paganismo. Quere dizer: a prosa de Teixeira de Pascoais não tem existência autónoma, é apenas um complemento

do seu caso poético, e a crítica tem de a aceitar assim, esquecendo-se de tôdas as exigências prosaicas em homenagem ao miolo poético que enche de lés a lés as suas páginas.

ANTÓNIO RAMOS DE ALMEIDA

## Gil Vicente

O IV centenário da morte de Gil Vicente foi pretexto para várias comemorações bem intencionadas, embora muitas delas funestas... Talvez porque, tratando-se de celebrar um *passamento*, os eruditos pensassem que matar outra vez mestre Gil era uma maneira adequada. E lá o meteram outra vez na Barca do Inferno, carregada de académicos de «caro à ré», com todos os riscos de ir ao fundo.

É justo distinguir o esforço de algum actor da velha guarda, como Adelina Abranches, e um ou outro novo, que procuraram honrar o guinhol vicentino com interpretações capazes. Mas ainda nisso a pouca sorte de Gil Vicente se acusou. Não houve um conjunto teatral que tentasse a fundo repor o nosso grande reportório primitivo. Teimou-se no critério estreito e fácil de podar os autos, extraíndo-lhes as tiradas de efeito seguro e declamando-as e mimando-as pela bitola do D. Maria. Mal se representou uma *Mofina Mendes* na íntegra, deixando-se no limbo perpétuo aqueles dos autos que são uma feliz e pouco reparada tentativa de teatro de coturno, ou «per dignidades altas», como dizia Gil Vicente.

Já era tempo de convencer as pessoas que têm nas mãos os papiros do teatro português de que o estilo de cena mudou. Ninguém suporta os olhos em alvo, os «trinados na garganta», o tom cavo à brigadeiro de peça patriótica — como, em matéria de cenário e disposição, se não toleram as lonas de *vaudeville* e o chiquismo de mobiliário. Para em tudo tentarmos ser justos é bom sublinhar que Amélia Rey Colaço tem, nesse ponto, bastantes intuições e bom gosto. Mas é pouco. O teatro moderno exige uma extrema pureza de meios, que vá desde a própria matéria verbal dramática às condições e vivências de cena. Ora, dir-se-hia que a nossa grande escola de actores do fim do século XIX só existiu para ser mal copiada pelos modernos. Ainda hoje se representa à Augusto Rosa, como se dêle para cá não tivesse havido uma revolução histriónica, recursos vocais descidos do tom *transposto*, de uma espécie de sustenido enfático que passou de moda; um estar em cena que deve hombraear com o estar em qualquer parte naturalmente, e uma cena que, longe de fingir a vida com ripados sempre sujeitos a que role das traseiras do palco traste ou pessoa que os fure — despejando assim sobre a ficção os intestinos da realidade — sugira a realidade pela própria nudez desartificiosa com que se compõe.

E o que dizemos do teatro moderno implica o mínimo de condições para se fazer teatro antigo. O próprio Fr. Luís de Sousa tem que levar uma

notação técnica inteiramente nova se não quiserem fazer cair uma obra prima pelo ridículo. Em suma: deixar as máscaras e trombêtas pintadas nos antigos panos de bôca para um Museu do Teatro Nacional e para vinhetas de artigos do sr. Brás Burity.

Mas voltemos a Gil Vicente. Quem tem aí coragem para fazer representar a *Comédia de Rubena*? Já se reparou no comêço de urdidura clássica que aí há, uma espécie de fronteira entre Gil Vicente e Racine, qualquer coisa como um milagre que está para se dar? Rubena tem uma alma trágica. Líricamente trágica, é certo (que é êsse o modo português), mas de uma qualidade dramática que estremece, que começa a fugir à medida do teatro medieval. É ver o belo monólogo corneilliano (de um Corneille que é Gil Vicente por cima; de um Corneille que fôsse um grande poeta, bem entendido...) que se segue, na primeira cena, ao que o Licenciado argumenta. O desaparecimento de Rubena por um resto de maquinismo medieval, que se estende à criação de Cismena em Creta, remergulham a peça, evidentemente, no teatro primitivo. E' por isso que dizemos que esta *Comédia* é um compromisso, e a sua linha de modernidade uma simples fronteira. Mas leiam-se os diálogos de Cismena e Clita e sintam-se o nobre e composto desenvolvimento de tôda a *cena terceira*, o seu préclassicismo a que a intromissão das bordadeiras dá um sabor deliciosamente arcaico e vivo; finalmente o recorte daqueles Felícios, daqueles Darios já complicadamente galantes, de um teatro que anuncia a sua saída dos simples mistérios de Natal para El-Rei ver.

Como a representação da *Comédia de Rubena* (problema delicado; mas para que estamos aqui, nós os artistas e a vida, se não ela para nos dar e nós para lhe resolvermos dificuldades?), muita outra operação de urgência haveria a fazer com e das obras de Gil Vicente. Esgotada a já deficiente edição popular de Mendes dos Remédios, precisamos de uma como de pão para a bôca. Felizmente que parece que Rodrigues Lapa a vai dar nos Clássicos Sá da Costa. Será um alívio e é uma certeza antecipada do bom.

Pobre e genial Gil Vicente! Exhumaremos nós, os um pouco mais novos, êsse grande corpo lírico que para aí confundiram com as tuas boas piadas e com a transcendente e politécnica questão do «ora venha a caro a ré»? Êsse halo de poesia trágica que circunda a tua Ilha Perdida? Essa tua estupenda poesia da morte, o teu unanismo antes de Unamuno no *Diálogo sobre a Ressurreição* e no *Auto da História de Deus*? E essa massa estelar e labrega de que são feitas

as tuas mocinhas da Beira, as tuas pastorinhas de seio áspero e cantiga doce, os teus Meninos Jesus de frio e pupu português, e principalmente essa dimensão inefável da tua obra que a faz cheirar a Portugal e deitar, como diria o Fernando Pessoa, «êste fulgor baço da terra que é Portugal a entristecer»?

Temos medo de nos falharem as fôrças para isso e para mais. Êste Gil Vicente, além disso, devia ser o nosso professor de desassombro, o o nosso mestre de sinceridade. Êle ensina como a arte não é nenhuma receita nem moda, e como criar à imitação da vida bárbara sem se cair na falsa violência nem na obscenidade. Êle acabou com todos os rodeios falsamente decentes, criando entre nós a linguagem que recobre como pele os músculos e os ossos autênticos.

E, depois, o santo riso para rir de tanta coisa

que há aí para a gente se rir dela — mas rir sem perder o sentido dramático e fatal de tudo o que nos rodeia. E a admirável e salubre capacidade de fazer títeres. E a fantasia capaz de preencher tôdas as vagas da monotonia nacional, multiplicando as coisas e as pessoas dignas do nosso convívio por um sistema de espelhos alegres, que de quando em quando deitam uma pontinha de loucura numa faúlha de sol.

Aí estão uns esquemas da exemplaridade de Gil Vicente. Quanto ao mais — Barcelos ou Guimarães, mestre da balança ou não mestre da balança, caro à ré ou caro à proa — : averiguadas essas coisas de uma vez para sempre pelos eruditos honestos, que os tontos as vão glosando, que também são filhos de Deus. E não é dos menores talentos de Gil Vicente o ter compreendido e dado representação aos tontos.

---

(CONCLUSÃO DA PÁGINA 4)

que eu desejava. Serve como taboleta e é quanto basta. Precisava de arranjar um título — andei sempre mergulhado em nomes e em rótulos — e, se desprezasse o actual, cairia noutra diferente, tão certo como o sol existir. Ora não era um título diferente o que me interessava, era um título melhor: quem me garantia que o conseguisse? Ficar aqui às voltas por causa dum título!... Depois se veria. O que mais tarde se foi vendo é que o texto pouco ou nada tinha com o letreiro da capa. Nisto — parece-me que em nada mais — êle se arriscava a lembrar alguns livros de versos. Estava na minha mão, porém, livrá-lo de mais essa vergonha: não se faz idéia do cuidado com que vou catando as rimas traçoeiras em que por vezes adormeço... Não foi só o título que me lembrei de substituir ou modificar; mas a tentação da emenda venci-a sempre apelando para a minha experiência: não valia a pena. Nada de discutir com os impulsos espontâneos.

Já começava com hesitações... Nem perante as palavras, nem perante os sons vulgares empregados para transmitir coisas vulgares, deixava de ser como fôra sempre em casos sérios e ridículos! Nunca fui capaz de alinhar todas as minhas fôrças para alcançar o que desejava. Os raros intervalos de paz tinha-os conquistado a fingir desejar o que sabia ser-me indiferente. Para conseguir tal ilusão valia-me da minha natural credulidade. Quando o veu se adelgaçava a ponto de se poder observar o que ia surgir em breve do outro lado, ainda me satisfazia o pensamento de que, se me apetecesse, podia ter evitado aquilo que fizera supondo-o inevitável. Aprendi à minha custa a conhecer-me e por isso bem sabia o valor de cer-

tas veleidades que costumam apoquentar o homem na decadência; recorria, para combatê-las, a um fatalismo pessoal que tinha criado e de que tirara ótimos resultados. Que importava que nada ficasse de pé quando o soltava? As desilusões que me poupava valiam bem as esperanças sacrificadas. Era êsse fatalismo — um sábio talvez lhe não desse êste nome... — que me permitia não cõr das minhas incapacidades e da minha preguiça e ter sempre pronto um voluntarismo — em relação ao passado, está de ver... — que me levava a exigir dos outros o respeito pela minha pessoa, que tinha, sentia eu, qualidades e equilíbrio incontestavelmente dignos de respeito.

Talvez que nunca conseguisse o que queria só porque não sabia querer na altura devida; queria antes ou depois da ocasião; por isso oscilei entre a esperança e o desengano, desconhecendo sempre a calma e a confiança. Construir projectos nunca passou, em mim, de uma manifestação de inércia. A consciência do que ia suceder dava-me audácia desordenada no imaginar: gastava nos projectos tôda a energia, por supor que para nada mais seria precisa. Depois, habituei-me tão sinceramente a êste jôgo, que argumentava na defesa dos meus falhanços com a falta de energia gasta a idealizar o projecto miraculoso... Por isso mesmo, não sei onde irão ter as considerações que vou lançando ao papel, que não resultaram dum projecto, que julgo absurdas e justificadas por si mesmas. Se eu as tivesse planeado minuciosamente dizia-lhes já o meio e o fim... Mas como tudo foi arbitrário, pouco mais posso fazer além de acompanhá-los amigavelmente até final da escritura.

(FRAGMENTO DUMA NOVELA)

CARLOS SINDE

Coimbra, Maio de 1936

---

*Número visado pela Comissão de Censura*

---

# MANIFESTO

DIRECTOR: Miguel Torga. — EDITOR: Álvaro Taveira. — REDACÇÃO e ADMINISTRAÇÃO: Livraria Gonçalves, Rua de Sá de Miranda, 52, Coimbra. — ASSINATURAS: 3 números 5\$50. Número avulso: 2\$00

Composto e impresso na Tipografia da «Atlântida» — Rua Ferreira Borges, 103 a III — COIMBRA

# MAAMI FESTO

Revista de Arte e Crítica

SUMÁRIO: Miguel Torga — *História Trágico-Marítima* (Sagres, A largada, A' espera, O regresso, O achado, Tormenta, Mar) ■ *Via Pública*.

5

---

coimbra  
julho de 1938

# HISTÓRIA

## Trágico -

### *Sagres*

Vinha de longe o Mar...  
Vinha de longe, dos confins do mêdo...  
Mas vinha azul e brando, a murmurar  
aos ouvidos da Terra o tal segrêdo...

E a Terra ouvia, de perfil agudo,  
o tal segrêdo que nem Deus lhe disse  
quando falava e revelava tudo  
para que Adão ouvisse...

— Era o resto do mundo que faltava  
(Porque faltava mundo!).  
E o agudo perfil mais se aguçava,  
e o Mar jurava cada vez mais fundo.

Sagres sagrou então a Descoberta  
e partiu encoberto a descobrir.  
Lá na distância o Novo Mundo, álesta,  
esperava o Velho para se lhe unir.

### *A largada*

Foram então as ânsias e os pinhais  
feitos navios de costado forte,  
onde a agulha a tremer dava sinais  
do caminho a seguir ser o da sorte.

Foram então os beijos desmedidos  
na Pátria-Mãe-Viúva que ficava  
na areia fria aos gritos e aos gemidos  
pela morte dos filhos que beijava.

Foram então as Horas no convés  
do grande Sonho que mandava ser  
cada Homem tão firme nos seus pés  
que a nau tremesse sem ninguém tremer.

Foram então as velas enfunadas  
do sôpro quente dessa pobre Mãe  
que com as mãos terrosas, calejadas,  
dizia adeus e apontava Além...

### *À espera*

E, namorada em sonho, a nau partiu.  
Partiu, e o coração da Mãe parou.  
E parado de angústia assim viveu  
enquanto a caravela não voltou.

# ÓRIA Marítima

## O regresso

« Lá vem a Nau Catrineta  
que tem muito que contar,  
ouvi, agora, Senhores  
uma história de pasmar... »  
A Mãe correu à varanda  
e pôs os olhos a olhar,  
mas os seus olhos disseram  
que era um ceguinho a cantar:  
« Passava mais de ano e dia  
que iam na volta do mar,  
já não tinham que comer,  
já não tinham que manjar... »  
A Mãe quando tal ouviu  
pôs os olhos a chorar,  
porque a sola era tão rija  
que a não puderam tragar...  
« Deitam sortes à ventura  
qual se havia de matar ».  
(A Mãe tinha pão na arca  
e não lho podia dar!)

« Logo foi cair a sorte... »  
(Que sorte tão singular!)  
O gageiro olhava, olhava,  
mas só via céu e mar.  
A Mãe chorava e gemia,  
o vento norte a soprar,  
e o gageiro lá no tópo  
do mastro grande a sondar...  
« Alviçaras, Capitão... »  
E a Mãe sem reparar  
se era o gageiro na gávea,  
se era o ceguinho a cantar!  
« A minha alma é só de Deus,  
o corpo dou eu ao mar... »  
E a Mãe a dizer que sim,  
com sua mão a acenar...  
« Deu um estoiro o demónio,  
acalmaram vento e mar. »  
E quando o cego acabou  
estavam em terra a varar...

## O achado

Traziam nova terra e nova luz  
nos românticos olhos lusitanos;  
e uma cruz  
que depois carregaram largos anos.

Traziam quanta dor o mar gerou  
desde que Deus o fêz;  
e traziam a Fé que lhes sobrou  
da Fé sem fim dessa primeira vez.

Traziam a promessa de voltar  
a ver se a côr do Sonho se mantinha...  
Vinho dos Deuses, tinha de tornar  
à vinha.

# Tormenta

Noite medonha aquela!  
O mar tanto engulia a caravela  
como a exhibia à tona, desmaiada!  
No abismo do céu nem uma estrêla!  
E a cruz de Cristo, a agonizar na vela,  
suava sangue sem poder mais nada!

A fúria cega dum tufão raivoso  
vinha das trevas dêsse Tenebroso  
e varria a quimera do convés...  
O mastro grande que Leiria deu  
era um Homem de pinho, mas caiu  
quando um raio o abriu de lés a lés...

Novo guarda dos rumos da Nação,  
o Pilôto guiava a perdição  
como um Pai os destinos do seu lar...  
Até que o lar inteiro se desfez,  
até que ao Pai chegou também a vez  
de fazer uma prece e descansar...

O gageiro sem gávea, dessa altura  
que a alma atinge ao rés da sepultura,  
olhou ainda a bruma em desafio...  
Mas a Sereia Negra que cantava  
no fundo dêsse mar, tanto chamava  
que êle deu-lhe aquele olhar cansado e frio.

O naufrágio cresceu a sua dor.  
E o corpo morto de Frei Gil, senhor  
do maior infantado dêste mundo,  
no dorso frio duma onda irada,  
mandou aos mortos, com a mão na espada,  
boiar o sonho, que não fôsse ao fundo.

# Mar

Mar!  
Tinhas um nome que ninguém temia:  
Era um campo macio de lavar  
Ou qualquer sugestão que apetecia...

Mar!  
Tinhas um chôro de quem sofre tanto  
Que não pode calar-se, nem gritar,  
Nem aumentar nem sufocar o pranto...

Mar!  
Fomos então a ti cheios de amor!  
E nem eras um campo de lavar,  
Nem um corpo a gemer a sua dor!

Mar!  
Enganosa sereia rouca e triste,  
Foste tu quem nos veio namorar,  
E foste tu depois que nos traíste!

Mar!  
(Cada povo lá tem o seu abismo!)  
De nada nos valeu saber lutar:  
O teu ódio enguliu todo o heroísmo.

*Do livro a sair:  
POEMAS IBÉRICOS*

MIGUEL TORGA

v i a p ú b l i c a

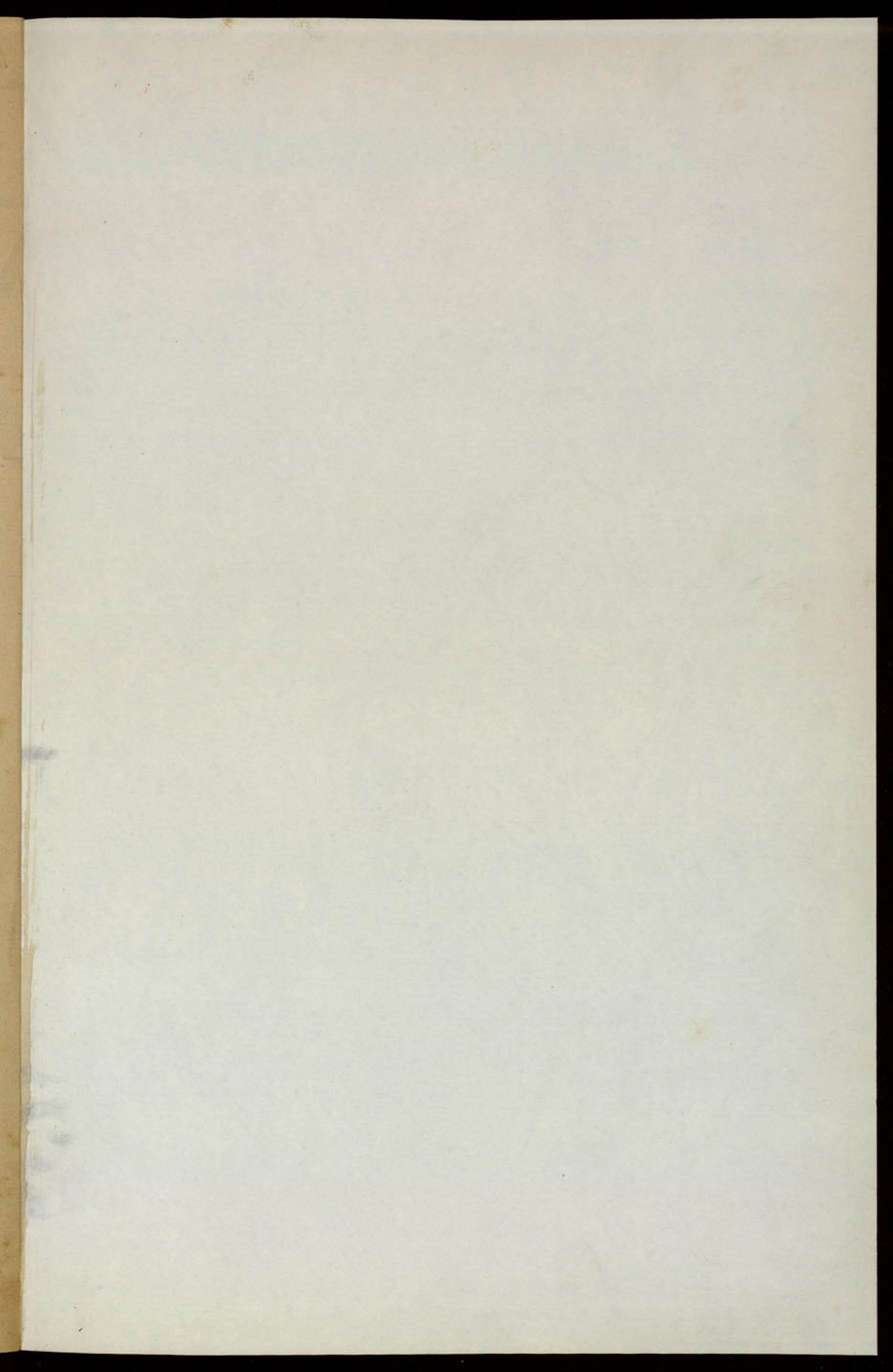
Põe-se a gente a puxar pelos miolos para arranjar uma palavra de conforto que se diga aos leitores do *Manifesto* por estas saídas enigmáticas e anuais, e a palavra não aparece! Porque era preciso um termo expressivo e ao mesmo tempo discreto, como aquele que se deseja quando se vai a uma visita de condolências. Mas não sei se já repararam que nessas ocasiões acaba-se sempre por um abraço esquerdo e por aqueles fatídicos «Sinceros Pêsames» que fazem estremecer o morto, Tristezas... Aqui as palavras são duas e um o: Garantir o título. Se alguém quiser o abraço... Como nós te compreendemos, Eça amigo, quando depois de sonhar, sonhar, e ao cabo de tanto esforço e tanto sonho, só conseguiste dizer, àquele supremo Fradique que Deus haja, esta enormidade verdadeira: «Está de derreter os untos»...

*Número visado pela Comissão de Censura*

M A N I F E S T O

DIRECTOR: Miguel Torga. — EDITOR: Álvaro Taveira. — REDACÇÃO e ADMINISTRAÇÃO: A. C. E.: Rua Alexandre Herculano, Coimbra. — ASSINATURAS: 3 números: 5\$50. Número avulso: 2\$00

Composto e impresso na Tipografia da «Atlântida» — Rua Ferreira Borges, 103 a III — COIMBRA



# Manifesto

## Notas de imprensa

Este documento contém as notas de imprensa emitidas durante o processo de elaboração do Manifesto. As notas são organizadas em duas colunas, correspondendo às datas de 10 de Janeiro e 10 de Fevereiro. Cada nota descreve as discussões e decisões tomadas em reuniões com membros da comunidade académica e outros stakeholders. O texto é apresentado em português e inclui citações de participantes relevantes.

## Mar

Esta secção contém as notas de imprensa emitidas em Março. O texto descreve as atualizações e alterações feitas ao Manifesto, bem como as reações da comunidade académica. Inclui referências a reuniões e documentos relacionados.

## MIGUEL POISSA

Dr. Miguel Poissa  
Presidente do Conselho Académico

# Manifesto da comunidade académica

Este documento apresenta o Manifesto da comunidade académica, elaborado em conjunto com os membros da comunidade académica. O texto aborda os desafios e oportunidades da educação superior em Portugal e propõe estratégias para melhorar a qualidade e a relevância dos estudos superiores. O Manifesto é resultado de um processo participativo que envolveu milhares de académicos e investigadores.

# MANIFESTO



